



ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



Departamento de Ciências do Mar

Tiago Afonso Paiva Fatela Figueiredo

Operações Ribeirinhas – Enquadramento e Aplicabilidade do Conceito em Forças de Fuzileiros

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais,
na especialidade de Fuzileiro**



**Alfeite
2024**



ESCOLA NAVAL

ta sântre biefaire



Tiago Afonso Paiva Fatela Figueiredo

**Operações Ribeirinhas – Enquadramento e
Aplicabilidade do Conceito em Forças de Fuzileiros**

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais,
na especialidade de Fuzileiro**

Orientação de: CMG FZ Joel Carlos Neto dos Santos Formiga

Coorientação de: CFR FZ RES Joaquim Almeida Gabriel

O Aluno Mestrando

O Orientador

ASPOF FZ Fatela Figueiredo

CMG FZ Santos Formiga

Alfeite

2024

Epígrafe

“As nações ribeirinhas têm no mar o seu cordão umbilical;
sem o seu livre uso morrerão à míngua.”

Armando de Roboredo

Dedicatória

À minha Família

Agradecimentos

Um dos momentos mais marcantes na vida de um futuro Oficial Fuzileiro é, inevitavelmente, o término da sua dissertação de mestrado e respetiva defesa pública. O apoio e auxílio que me foram prestados durante o período desta investigação foram cruciais para que fosse possível a construção desta dissertação. Expresso a minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

Começo por agradecer aos orientadores da minha dissertação, ao CMG FZ Santos Formiga e ao CFR FZ RES Almeida Gabriel, pelo privilégio das suas orientações, pelos importantes contributos e conselhos que me deram e por toda a ajuda prestada na edificação desta tese. Os meus agradecimentos por toda a disponibilidade demonstrada constantemente desde o início.

Quero agradecer aos CFR FZ Jesus Alves e CTEN FZ Mau Raposo pelos esclarecimentos e conselhos dados durante a realização da dissertação.

Quero agradecer ao Coronel Paiva Neves por todas as conversas e pelas monografias emprestadas que me permitiram recolher contributos importantes para esta investigação.

Quero agradecer a todos os meus camaradas do curso Contra-Almirante Manuel Armando Ferraz por terem caminhado comigo, lado a lado, no meu percurso académico militar.

Quero agradecer, por fim, à minha família por toda a ajuda prestada durante este longo percurso académico e militar. É nela que reside grande parte da minha motivação.

A história portuguesa funde-se secularmente com a descoberta do Mundo e com a defesa da Pátria, aquém e além-mar. Hoje, como ontem, a presença da Marinha assegura os interesses de Portugal, no mar e a partir deste, no âmbito da sua responsabilidade enquanto ramo das Forças Armadas de assegurar a defesa nacional de uma nação soberana e no âmbito da defesa coletiva enquanto membro da Aliança Atlântica. No mundo atual as solicitações de cariz militar são incertas e obrigam a um permanente estado de prontidão das forças navais, perante ameaças crescentes de inimigos cada vez mais assimétricos e imprevisíveis, numa era de rápido avanço tecnológico, que exige constante adaptação e mais e melhores capacidades para operar em diferentes ambientes. Aos Fuzileiros, cabe dar a resposta no ambiente ribeirinho.

O propósito desta investigação é estudar e analisar a capacidade do Corpo de Fuzileiros para realizar operações ribeirinhas. Recorre-se à análise histórica de conflitos passados, à análise da doutrina ribeirinha, identificam-se procedimentos, modelos de organização e avalia-se a capacidade ribeirinha atual dos Fuzileiros.

Com esta investigação procura-se determinar a adequabilidade dos meios existentes e tirar conclusões sobre eventuais necessidades de investimento. Conclui-se que o conceito operações ribeirinhas é parcialmente aplicável aos Fuzileiros e os resultados obtidos sugerem a necessidade de aumentar, desenvolver e consolidar a capacidade ribeirinha do Corpo de Fuzileiros. Esta capacidade deve ser encarada como mais uma ferramenta ao dispor dos comandantes para atingirem os seus objetivos militares, num ambiente complexo por natureza.

Palavras-chave: Capacidade, Ribeirinha, Fuzileiros.

Abstract

Portuguese history has been fused for centuries with the discovery of the world and the defense of the homeland, at home and abroad. Today, as yesterday, the presence of the Navy ensures Portugal's interests, at sea and from there, within the scope of its responsibility as a branch of the Armed Forces to ensure the national defense of a sovereign nation and within the scope of collective defense as a member of the Atlantic Alliance. In today's world, military requests are uncertain and require a permanent state of readiness for naval forces, in the face of growing threats from increasingly asymmetrical and unpredictable enemies, in an era of rapid technological advancement, which requires constant adaptation and more and better capabilities. to operate in different environments. It is up to the Marines to respond in the riverside environment.

The purpose of this investigation is to study and analyze the riverine capabilities of the Fuzileiros. Historical analysis of past conflicts is used, analysis of riverside doctrine, procedures and organizational models are identified and the current riverine capacity of the Fuzileiros is assessed.

This investigation seeks to determine the suitability of existing resources and draw conclusions about possible investment needs. It is concluded that the riverine operations concept is partially applicable to the Fuzileiros Corps and the results obtained suggest the need to increase, develop and consolidate their riverine capacity. This capability should be seen as another tool available to commanders to achieve their military objectives, in a complex environment by nature.

Key-words: Capacity, Riverine, Fuzileiros.

Índice de Figuras

- Figura 1 - Operações Ribeirinhas no Espectro do Conflito;
- Figura 2 - Fotografia Ilustrativa da Subida dos Caudais do Rio Tejo;
- Figura 3 - Estrutura das Operações Militares;
- Figura 4 - *NATO Joint Functions*;
- Figura 5 - As Componentes do Poder de Combate;
- Figura 6 - Áreas de Operações dos Comandantes de Componente;
- Figura 7 - Esquerda: RTU holandesa em apoio a um CATG;
Direita: RTU holandesa em apoio direto à força de desembarque;
- Figura 8 - Ciclo da Intel (*IRs Management and Collection Management*);
- Figuras 9 e 10 - Manuseamento de UAVs para ISR;
- Figura 11 - Movimento em Ambiente Ribeirinho;
- Figura 12 - Comparação das Forças Navais;
- Figura 13 - Carta General da Indochina Francesa;
- Figura 14 - Comboio Ribeirinho Francês no Vietname do Norte;
- Figura 15 - Típica Formação de Desembarque Francesa;
- Figura 16 - Organização das *FEC*;
- Figura 17 - Os Rios da Indochina Francesa;
- Figura 18 - Panorama Geral das Forças Americanas no Delta do *Mekong*;
- Figura 19 e 20 - *III e IV Corps Tactical Zones*;
- Figura 21 e 22 - Rio *Mekong* e *RSSZ*;
- Figura 23 - Organização da *TF117*;
- Figura 24 - Organização do *River Assault Squadron*;
- Figura 25 - Base Móvel na Guerra do Vietname;
- Figura 26 e 27 - Estrutura de Comando da *MRF*;
- Figura 28 - Formação de Desembarque Típica da *MRF*;
- Figura 29 - AOs Ribeirinhas da *MRF*;
- Figura 30 - Províncias Ultramarinas;
- Figura 31 - Primeiras Radio-estações Navais e Postos;
- Figura 32, 33 e 34 - Especificações das LFP, LFG e LDs;
- Figura 35 - Disposição das Unidades de Fuzileiros (1961-1974);
- Figura 36 - Mapa de Angola;

Figura 37 - Fronteira Ribeirinha do Zaire;

Figura 38 e 39 - Posto Fixo em Quissanga;

Figura 40 - LDM 403 modificada para Base Movel;

Figura 41 - Operações Ribeirinhas no Zaire;

Figura 42 - Guiné Portuguesa;

Figura 43 - *Task Units* que constituíram o sistema de comboios;

Figura 44 - Desembarque de Fuzileiros na ilha Como, durante a Operação Tridente;

Figura 45 - Helicóptero a aterrar numa plataforma temporária no navio Nuno Tristão;

Figura 46 - Recuperação de meios e equipamentos no final da Operação Tridente;

Figura 47 - Localização dos Incidentes da Patrice Lumumba e da Bandim;

Figura 48 - Operação Mar Verde;

Figura 49 - Equipas e Objetivos da Operação Mar Verde;

Figura 50 - Recuperação da LDM 302, após incendio a bordo, no rio Cacheu;

Figura 51 - Mapa de Moçambique;

Figura 52 - Operação Atum;

Figura 53 - NRP Mercúrio levantado para passar na ponte;

Figura 54 - Sistema de Caminhos de Ferro da Operação Atum;

Figura 55 - *SURC (Small Unit Riverine Craft)*.

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AO – Área de Operações

APB – *Self-propelled Barracks Ship*

ASPB – *Assault Support Patrol Boat*

ATC – *Armored Troop Carrier*

BF2 – Batalhão de Fuzileiros Nº 2

BLD – Batalhão Ligeiro de Desembarque

BMEO - *Brigade Marine d'Extreme-Orient*

BNL – Base Naval de Lisboa

C2 – Comando e Controlo

C3 – Comando, Controlo e Comunicações

C4 – Comando, Controlo, Comunicações, Computadores

CATF – *Commander of the Amphibious Task Force*

CAS – *Close Air Support*

CASEVAC – *Casualty Evacuations*

CCA – *Close Combat Attack*

CCB – *Command and Communications Boat*

CDM – Comando de Defesa Marítima

CEMA – Chefe de Estado Maior da Armada

CEOM – Centro de Experimentação Operacional da Marinha

CF – Corpo de Fuzileiros / CFs – Companhias de Fuzileiros

CIMIC – *Civil-Military Co-operation*

CLF – *Commander of the Landing Force*

COI – *Contact of Interest*

COMNAV – Comando Naval

COP – Comando Operacional Permanente

CS / CSS – *Combat Support / Combat Service Support*

DAC – Destacamento de Apoio de Combate

DFE – Destacamento de Fuzileiros Especiais

DFZ – Destacamento de Fuzileiros

DOTMPLII – Doutrina, Organização, Treino, Material, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade

EC – Elemento de Combate
 ELFG / ELG – Esquadilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné
 ELLN – Esquadilha de Lanchas do Lago Niassa
 EOD – *Explosive Ordnance Disposal*
 EUA – Estados Unidos da América
 FA – Forças Armadas Portuguesas
 FAP – Força Aérea Portuguesa
 FEC – *Corps Expéditionnaire Français d'Extrême-Orient*
 FFFM – *Flottilles Fluviales de Fusiliers-Marins*
 FFZ – Forças de Fuzileiros
 FND – Forças Nacionais Destacadas
 FOB – *Forward Operating Base*
 FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
 FZ – Fuzileiros
 GC – Grupo de Combate
 HA – *Humanitarian Assistance*
 HADR – *Humanitarian Assistance/Disaster Relief*
 HET – *Human Exploitation Team*
 HLZ – *Helicopter Landing Zone*
 HN – *Host Nation*
 HUMINT – *Human Intelligence*
 IMINT – *Imagery Intelligence*
 IN – Inimigo
 IR – *Intelligence Request*
 IED – *Improvised Explosive Device*
 ISR / ISTAR – *Intelligence, Surveillance, Reconnaissance and Target Acquisition*
 JFC – *Joint Force Commander*
 JFMCC – *Joint Force Maritime Component Commander*
 JFLCC – *Joint Force Land Component Commander*
 JFSOCC – *Joint Force Special Operations Component Commander*
 LARC / LAR - *Light Amphibious Resupply Cargo / Lancha de Assalto Rápida*
 LCA – *Landing Craft Assault*

LCM – Landing Craft, Mechanized
LCPL / LCVP – Landing Craft Personal Large / Landing Craft, Vehicle, Personnel
 LDM, LDP, LDG – Lancha de Desembarque Média, Pequena, Grande
 LDN – Lei da Defesa Nacional
LF – Landing Force
 LFM, LFP, LFG – Lancha de Fiscalização Média, Pequena, Grande
LOC – Lines of Communication
LSIL / LSSL – Landing Ship Infantry Large / Support Large
LST/D – Landing Ship Tank/Dock
LTATV - Light-weight Tactical All Terrain Veicle
MACV – Military Assistance Command Vietnam
MCM – Mine Coustermeasures
MPA – Maritime Patrol Aircraft
 MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MRB – Mobile Riverine Base
MRF – Mobile Riverine Force
MSO – Maritime Security Operations
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NBQR – Nuclear, Biológico, Químico, Radiológico
NEO – Non-Combat Evacuation Operation
NFS – Naval Fire Support
OMFTS – Operational Maneuver From The Sea
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ORDOP / OPORD – Ordem de Operações
 PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde
PBR – Patrol Boat Riverine
 PO – Posto de Observação
RAG – Riverine Action Group
RFI – Request For Information
ROE – Rules Of Engadgment
RPG – Rocket Propelled Grenade Launcher
RSSZ – Rung Sat Special Zone

SA – Situational Awareness

SANT – Sistemas Aéreos Não-Tripulados

SAR – Search and Rescue

SOM – Scheme of Manoeuvre

SOF – Special Operations Forces

STCAN/FOM - Services Techniques des Constructions et Armes Navales / France Outre Mer

STOM – Ship-to-Objective Maneuver

SURC - Small Unit Riverine Craft

TACOM – Tactical Command

TF – Task Force

TO – Teatro de Operações

TOA – Transfer of Authority

TTPs – Tácticas Técnicas e Procedimentos

UAV – Unmanned Aerial Vehicle

UE – União Europeia

UMD – Unidade de Meios de Desembarque

UPA – União das Populações de Angola

UPF – Unidade de Projeção de Força

U.R.S.S – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USMC – United States Marine Corps

USN – United States Navy

VC – Viet Congs

VLA – Vietnam Liberation Army

VM – Viet Minhs (Liga para a Independência do Vietname)

WBGP – Waterborne Guard Post

ÍNDICE

Epígrafe	IV
Dedicatória.....	V
Agradecimentos	VI
Resumo	Erro! Marcador não definido.
<i>Abstract</i>	VIII
Índice de Figuras	IX
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	XI
Introdução	1
Questões e Objetivos da Investigação.....	2
Estrutura	2
1. Enquadramento Histórico do Tema	6
1.1. Guerras da Indochina	6
1.1.1. I Guerra da Indochina (Guerra Colonial Francesa)	7
a) Nascimento da <i>Dinassaut</i>	8
b) Organização da <i>Dinassaut</i>	10
c) O Encargo Operacional da <i>Dinassaut</i>	11
1.1.2. II Guerra da Indochina (Guerra do Vietname)	15
a) Nascimento da MRF	16
b) Organização da MRF	18
c) O Encargo Operacional da MRF	20
1.2. Guerra do Ultramar	22
a) Angola	24
b) Guiné-Bissau.....	27
c) Moçambique.....	32
1.3. O Legado e a Atualidade das Operações Ribeirinhas	35
2. Definição e Caracterização dos Conceitos Operacionais	43
2.1 O Ambiente Ribeirinho	43
2.2. Caracterização das Operações Ribeirinhas	47
2.3. Empregabilidade de Forças Ribeirinhas	51
3. Identificação e Análise de Procedimentos Doutrinários.....	57
3.1. Comando e Controlo	59
3.2. Capacidade <i>ISR</i>	65

3.3. Manobra	71
3.4. Fogos	75
3.5. Cooperação Civil-Militar (<i>CIMIC</i>)	79
3.6. Sustentação.....	81
3.7. Proteção de Força.....	85
4. Aplicabilidade do Conceito em Forças de Fuzileiros	90
4.1. Organização Atual das Forças de Fuzileiros	90
4.2. Capacidade Ribeirinha Atual do Corpo de Fuzileiros	92
4.2.1. Doutrina.....	95
4.2.2. Organização.....	95
4.2.3. Treino	96
4.2.4. Material	97
4.2.5. Liderança	98
4.2.6. Pessoal	99
4.2.7. Infraestruturas.....	100
4.2.8. Interoperabilidade.....	100
4.3. Conceito <i>Light and Fast</i>	101
4.4. Aplicabilidade do Conceito <i>Ligth and Fast</i> às Operações Ribeirinhas ..	102
Conclusões.....	105
Referências Bibliográficas.....	112
Lista de Anexos:	120
ANEXO I: Primeira Guerra da Indochina	121
ANEXO II: Guerra do Vietname.....	127
ANEXO III: Guerra do Ultramar.....	133
ANEXO IV: SURC (Small Unit Riverine Craft)	145

Introdução

Humanidade e rios são indissociáveis. Os rios e os sistemas ribeirinhos têm sido testemunhas fundamentais da evolução do Homem, acompanhando-o no curso da sua história, desde os primórdios da civilização. Ao longo de milénios, têm desempenhado papéis multifacetados, que vão além de serem meras fontes de água indispensáveis à agricultura e à alimentação do homem e da fauna. (PEREIRA, 2021). Os rios e sistemas ribeirinhos são uma parte específica da geografia da terra, são fonte de riqueza e de biodiversidade, têm forte relevância na componente cultural e na identidade de diversos povos, são fronteiras naturais entre diferentes estados, são importantes vias de transporte e desenvolvimento económico, são fundamentais para a produção industrial e para a produção de energia, são locais de atividade lúdica e desportiva. Várias regiões do globo são ricas em recursos hídricos e deles fortemente dependentes, mas, devido ao seu elevado valor geoestratégico, têm sido frequentemente a fonte de várias disputas e reivindicações territoriais e o palco de várias guerras, com vista ao seu domínio. Em operações militares passadas, houve a necessidade de realizar travessias de cursos de água (não consideradas operações ribeirinhas) para assegurar o domínio militar dessas regiões. Garantir por meio de operações ribeirinhas a navegabilidade das linhas de comunicação fluviais, a segurança das suas margens e das áreas adjacentes, é fulcral para o sucesso dessas operações.

Dada a tendência de crescimento da população, (ONU, 2024) é oportuno considerar-se que a densidade populacional nas regiões litorais e nas regiões de águas interiores tenderá a aumentar e, como tal, a probabilidade de ocorrência de conflitos armados em áreas ribeirinhas será maior, abrindo espaço à necessidade de intervenção de forças ribeirinhas que, no enquadramento da presente dissertação, são as forças de Fuzileiros. (SANTOS, 2017).

O ambiente ribeirinho é um ambiente complexo que apresenta várias dificuldades e limitações, as quais poderão ser transformadas em vantagens pelas forças que nele operam, caso estejam bem preparadas. Esta dissertação pretende estudar a capacidade ribeirinha a nível maioritariamente operacional, procurando formular alguns contributos que se considerem úteis para a atualidade do CF, tendo por base operações ribeirinhas realizadas no passado e a atualidade do conceito.

O Corpo de Fuzileiros é uma unidade da Marinha criada em 1974, com o intuito de responder à “necessidade de centralizar as atividades relacionadas com a preparação e

emprego das unidades de Fuzileiros.” (Decreto nº 275/74). As unidades de Fuzileiros desempenharam um papel fundamental no Ultramar. Apesar de todas as limitações existentes na altura, conseguiram adaptara-se e dominar as operações onde estiveram envolvidos, nas três províncias ultramarinas.

Questões e Objetivos da Investigação

O principal objetivo da dissertação é investigar e analisar a importância que as operações ribeirinhas tiveram, têm e poderão vir a ter para o Corpo de Fuzileiros. Pretende-se analisar a capacidade ribeirinha, formulando contributos que possam dar resposta aos desafios do futuro, tendo em conta aprendizagens passadas e o atual contexto militar global. Foram definidos alguns objetivos específicos para a condução da investigação.

- Enquadrar historicamente o tema, nomeadamente nas operações ribeirinhas decorrentes da Guerra da Indochina (1946-1954), da Guerra do Vietname (1955-1975) e dos três teatros de operações da Guerra do Ultramar (1961-1974);
- Analisar e caracterizar as operações ribeirinhas, o ambiente ribeirinho e o conceito de emprego de forças ribeirinhas;
- Analisar e identificar os procedimentos doutrinários relativos às operações ribeirinhas, no âmbito das funções de combate previstas pela *NATO*, exemplificando com acontecimentos históricos;
- Estudar a aplicabilidade atual do conceito operações ribeirinhas ao Corpo de Fuzileiros (CF), bem como a aplicabilidade do conceito *Light and Fast (L & F)* às operações ribeirinhas;

Estrutura

No que respeita à estrutura do presente trabalho, esta encontra-se de acordo com as normas para elaboração de dissertações de mestrado, projetos ou relatórios, atualmente em vigor na Escola Naval. A metodologia da investigação utilizada centrou-se na análise documental histórica e atual e em entrevistas a oficiais do CF. O estudo tem

essencialmente em consideração experiências passadas, considerando a incerteza das operações futuras.

A presente dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro pretende-se o enquadramento histórico e a introdução ao tema. Inicia-se com a análise da experiência francesa resultante da Guerra da Indochina e do importante contributo das *Dinassaut* para o esforço militar francês, em ambiente ribeirinho. Segue-se a análise do papel da *Mobile Riverine Force (MRF)* na Guerra do Vietname, no mesmo ambiente geográfico e da importância do essencial controlo do delta do rio *Mekong*. O capítulo continua com a análise do envolvimento da Marinha e dos seus Fuzileiros no Ultramar, onde participaram em operações ribeirinhas com um papel notável e imprescindível, reconhecido internacionalmente, e termina com a opinião do autor sobre o legado deixado por elas, bem como o seu enquadramento atual.

No segundo capítulo é analisado e caracterizado o ambiente ribeirinho, como sendo o palco deste tipo de operações, bem como o conceito de emprego das forças que nele operam. Posteriormente são analisadas várias definições de operações ribeirinhas, à luz da doutrina de diferentes países e é atribuída uma definição a este conceito, elaborada pelo autor.

No terceiro capítulo desta investigação abordam-se os procedimentos doutrinários que estão atualmente em vigor na doutrina Aliada. São analisadas as funções de combate previstas pela *North Atlantic Treaty Organization (NATO)*, sendo enquadradas e justificadas historicamente, com o objetivo de perceber o panorama atual relativo à adoção de procedimentos, aquando da realização deste tipo de operações, ao nível operacional.

No quarto capítulo analisa-se a aplicabilidade do conceito operações ribeirinhas ao Corpo de Fuzileiros. É analisada a organização atual desta unidade operacional, que desde 2015 tem sofrido reestruturações organizacionais, bem como as implicações que a mesma tem no emprego da capacidade ribeirinha e possíveis limitações que dela advêm. Para analisar a atual capacidade ribeirinha do CF, recorre-se ao método DOTMPLII – Doutrina, Organização, Treino, Material, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade. Por fim é estudada a aplicabilidade do conceito *Light and Fast* às operações ribeirinhas.

CAPÍTULO I

Enquadramento Histórico do Tema

1. Enquadramento Histórico do Tema

O apoio naval teve um papel predominante nos esforços ao combate contra a insurgência, durante todo o séc. XX. Quando se considera a aplicabilidade do poder naval em cenários de contrainsurgência durante este século, é pertinente considerar seis exemplos históricos: EUA e França na Indochina, Ingleses e Franceses no Mar Mediterrâneo, Israel e países fronteiriços; Sri-Lanka; Ingleses no Sudeste da Ásia e, por fim, os Portugueses no Ultramar. (RID & KEANEY, 2010, p. 115). No âmbito desta investigação, com o objetivo de identificar e analisar a necessidade que existiu no passado, de empregar a capacidade ribeirinha, serão abordadas as duas primeiras Guerras da Indochina e, posteriormente, a Guerra do Ultramar.

1.1. Guerras da Indochina

As Guerras da Indochina foram um conjunto de conflitos armados que ocorreram no sudeste asiático, entre os anos de 1946 e 1975, numa região colonial francesa (a Indochina Francesa), que compreendia os atuais Laos e Camboja, três províncias do atual Vietname (Tonquim a norte, AnNam ao centro e Cochinchina a sul) e ainda o pequeno enclave chinês de Guangzhouwan (atualmente denominado de Zhanjiang). (MAGNOLI, 2006, p. 395).

A Primeira Guerra da Indochina (1946-1954), também conhecida como Guerra Colonial Francesa, foi um conflito armado disputado entre as forças expedicionárias francesas (*FEC*) e o movimento revolucionário Liga para a Independência do Vietname (*Viet Minh*), que tinha por objetivo reconquistar a independência do Vietname do domínio francês. A Guerra terminou em julho de 1954 com a derrota francesa na Batalha de *Dien Bien Phu* e em julho do mesmo ano os Acordos de Genebra dividiram temporariamente o território em duas partes, a norte e a sul do paralelo 17. (BINNS & WOOD, 2016).

A Segunda Guerra da Indochina (1955-1975), mais conhecida por Guerra do Vietname foi um conflito mais prolongado que o anterior, entre a República do Vietname (a sul, apoiada pelos EUA) e a República Democrática do Vietname (a norte, apoiada pela U.R.S.S. e pela China). Esta, começou como sendo uma luta contra a expansão comunista, mas evoluiu para uma guerra de guerrilha prolongada e controversa. Terminou com a

retirada das forças americanas em 1973, culminando na reunificação do Vietname sob governo comunista em 1975. (SAVILLE, 2022).

1.1.1. I Guerra da Indochina (Guerra Colonial Francesa)

Quando em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão decide atacar e invadir o Vietname, o domínio francês e a estrutura colonial da região começam a ruir. Em maio de 1941, e inspirado pela ideologia da Revolução Bolchevique de Lenin, o líder político Ho Chi Min cria um movimento independentista (Liga para a Independência do Vietname, também conhecida por *Viet Minh*) destinado a garantir a expulsão dos dominadores japoneses e pôr um fim definitivo à administração colonial francesa. Com a rendição oficial do Japão na Segunda Guerra Mundial a 2 de setembro de 1945, as suas tropas são retiradas e Ho Chi Min aproveita para tomar a cidade nortenha de Hanói e proclamar a independência da República Popular do Vietname. (BINNS & WOOD, 2016).

Em novembro de 1946 as tropas francesas, não aceitando a independência do Norte e com o intuito de retomar o controlo colonial sobre todo o território, desembarcam em Tonquim e atacam o porto de Haiphong, incidente que marca o início da Primeira Guerra da Indochina, que iria durar até 1954, com a derrota dos franceses em maio desse ano na decisiva batalha de Dien Bien Phu, ao fim de um cerco de quatro meses e mais de dois mil mortos, pondo fim a quase um século de domínio francês.

Os franceses tentaram a difícil tarefa de igualar a mobilidade tática que o *Viet Minh* privilegiava, única forma encontrada para combater um inimigo assimétrico, instável e irregular. O inimigo operava num terreno que conhecia bem, não se regia por qualquer doutrina e mantinha sempre do seu lado a iniciativa, não tendo pudor em recorrer a uma guerra suja. (BINNS & WOOD, 2016). Como refere Alpoim Calvão num artigo publicado nos Anais do Clube Militar Naval sobre a guerra revolucionária e a guerra subversiva, “sendo o objetivo da guerra revolucionária a implantação do comunismo mundial, todos os meios são bons para atingir o objetivo desejado”. (CALVÃO, s.d., p.716).

As duas primeiras Guerras da Indochina foram excelentes exemplos da utilização da capacidade ribeirinha no séc. XX. “Demonstraram praticamente todos os aspetos

possíveis do apoio naval, mas dois em particular são dignos de nota: o apoio “*river-based*” a forças terrestres em ações de interdição, e “*blockade*” – tentativa de cortar o abastecimento externo dos insurgentes (armamento, equipamento e outros abastecimentos)”. (RID & KEANEY, 2010, p. 115). Segundo Robert McClintock (1954), almirante da marinha dos EUA, alguns oficiais franceses estimaram que “aproximadamente 90% das linhas de comunicação eram por água”, ou seja por zonas costeiras, rios e canais. Refere também que as poucas linhas de comunicação terrestres eram bloqueadas pelo *Viet Minh*, o que aumentava a importância dos sistemas ribeirinhos. Segundo o almirante francês Paul Ortoli, num artigo publicado na *Revue Maritime*, em dezembro de 1952, as cinco principais missões da marinha francesa nesta guerra foram: “controlar a costa a fim de garantir liberdade dos acessos e da manobra; interditar a zona costeira ao IN; dragar minas nos portos e rios; fazer uso da aviação naval para patrulhas, bombardeios e apoio direto a forças terrestres e navais; controlar os sistemas ribeirinhos interiores [...]” (McCLINTOCK, 1954). Para realizar estas missões a marinha francesa percebeu que necessitava de edificar e utilizar uma capacidade ribeirinha robusta que fosse capaz de transportar poder de combate através dos rios, apoiando as unidades em terra, quer com fogos quer com logística. Foi neste seguimento que se criou a *Division d’Infatarie Navale d’Assault (Dinassault)*. A pertinência de se estudar a experiência francesa durante a sua Guerra Colonial, pós Segunda Guerra Mundial, é justificada, no âmbito desta investigação, por se considerar ser um excelente exemplo da utilização operacional da capacidade ribeirinha, principalmente entre 1950 e 1951.

a) Nascimento da *Dinassaut*

Após a rendição do Japão em 1945, o *Viet Minh (VM)* proclama unilateralmente a independência da República Democrática do Vietname, mas Charles de Gaulle não pretende abdicar da sua antiga colónia querendo repor a honra da sua pátria. (DALLOZ, 1990, p.53). Os movimentos independentistas alastravam rapidamente e era urgente o restabelecimento da autoridade francesa e a criação de uma força militar permanente, capaz de combater continuamente os insurgentes e pacificar o território pela força das armas. Essa responsabilidade foi atribuída ao General Leclerc, comandante das *FEC – Corps Expéditionnaire Français d’Extrême-Orient*, que cedo percebe que o ambiente

operacional é complexo, que a natureza do inimigo é diferente e que a mobilidade das suas forças é uma questão vital para o sucesso. (Ver Anexo I, fig. 16). Para tentar dar resposta a este problema foi materializada dentro das *FEC*, a criação da *Brigade Marine d'Extreme-Orient – BMEO*. “De acordo com uma fonte estas [...] velhas barcaças enferrujadas [...] podiam ir quase a qualquer lado. Para curtas distâncias eram capazes de transportar uma companhia completa de atiradores, incluindo o seu equipamento.” (KENNEDY, 2001, p. 13). Apesar do sucesso da criação da *BMEO*, as primeiras operações confirmam a Leclerc a “necessidade urgente de possuir uma flotilha de barcos e veículos anfíbios para transportar as tropas, surpreender o inimigo e apoiar as operações.” (LADRANGE, 1992, p. 88). Esta tarefa ficou a cargo do comandante Jaubert que, baseando-se na *BMEO*, reorganizando-a e utilizando os recursos possíveis existentes localmente, criou as *Flottilles Fluviales de Fusiliers-Marins (FFFM)*. A primeira flotilha das *FFFM* prestava serviço a norte, sob comando do *capitaine de corvette* Hébert, e a segunda flotilha na Cochinchina, sob comando do *capitaine de frégate* Buchaine. “Tudo o que flutua nos rios e riachos é reunido, especialmente as barcaças de transporte de arroz [...]. Os equipamentos recuperados dos japoneses formarão a flotilha das pequenas aliadas [...]. E para completar, missionários são enviados a Singapura e às Filipinas para comprar equipamentos nos excedentes britânicos e americanos.” (LADRANGE, 1992, p. 90). Na primavera de 1947, ocorreu uma divisão formal entre as unidades ribeirinhas da marinha e do exército que se tornaram grupos de combate anfíbio ("*groupes de combat amphibies*") e em agosto do mesmo ano a sua reorganização deu origem às *Dinassaults*. “O verdadeiro nascimento da *Dinassault* ocorreu algum tempo após 1 de janeiro de 1947 com o desdobramento da *BMEO* em duas flotilhas ribeirinhas.” (KENNEDY, 2001, p. 17).

“A principal unidade das forças ribeirinhas francesas era a *Division d'Infanterie Navale d'Assault*, mais conhecida por *Dinassault*. Composta por uma variedade de lanchas [...] era versátil e deu aos franceses a capacidade de executar operações ribeirinhas, não só nos rios principais, mas também em zonas costeiras” não muito distantes de costa (porque a adição de blindagem às embarcações tirava-lhes estabilidade). (RID & KEANEY, 2010, p.115).

Pode considerar-se que a criação da *Dinassaut* foi “uma pequena solução encontrada para uma guerra muito complexa. A natureza da guerra requer forças com

mobilidade, incluindo aquelas capazes de controlar os rios.” (KENNEDY, 2001, p. ii). Esta solução foi a melhor solução encontrada na altura pelas forças francesas para combater um inimigo que não estava preparado para lutar com forças convencionais. O *Viet Minh*, ao deparar-se com forças motorizadas e mecanizadas (convencionais), retirava. As forças francesas não só não conseguiam lutar contra o IN, porque ele fugia, como não conseguiam persegui-lo devido aos problemas da mobilidade naquele ambiente ribeirinho. Também perceberam que o “controlo físico dos rios não era tão importante quanto a capacidade de se movimentar neles, transportando poder de combate a bordo e projetando-o em terra em perseguição do inimigo.” (KENNEDY, 2001, p.ii). Foi para dar resposta a estes e outros problemas que nasceu a *Dinassault*. (Ver Anexo I).

b) Organização da *Dinassault*

A organização da *Dinassault* foi variando durante o decorrer do conflito a fim de se adaptar aos requisitos operacionais que iam surgindo. Inicialmente, as suas forças de desembarque eram compostas por comandos navais franceses. Estas forças desembarcavam e assaltavam objetivos em terra e eram usadas como elemento de manobra em situações de emboscada ou em proteção das unidades ribeirinhas (embarcações), garantindo em terra a segurança das suas progressões. Mais tarde, segundo a tese de Paul Kennedy (2001, p. 19) foram recrutados comandos vietnamitas para servirem como forças permanentes naquele território, mas os seus efetivos de baixo escalão geralmente faziam com que estas fossem apenas atribuídas a unidades maiores do exército francês, enquanto forças de apoio. Esta foi uma das maiores falhas da organização das forças francesas. (JACKSON, 2005, p. 44 e 45).

O principal problema da organização da *Dinassault*, também sentido pela marinha norte-americana uma década mais tarde, era o facto de ser muito volátil e constantemente dependente da missão, ou seja, era constantemente alterada, adaptada e modificada para conseguir responder aos requisitos operacionais, inviabilizando a otimização dos procedimentos. Uma força só pode ser otimizada com treino recorrente, com uma boa interiorização dos procedimentos e com um relacionamento recorrente entre a cadeia de comando e os restantes elementos constituintes da(s) unidade(s). O facto de não existir uma organização fixa e permanente, devido à natureza das missões, originou ineficiências

operacionais em várias áreas. Apesar disso, o sistema funcionou, até em unidades de grande escalão. (KENNEDY, 2001).

“O termo *Dinassault* referia-se à divisão de assalto como um todo, mas também a cada unidade, individualmente.” Cada *Dinassault*, segundo Kennedy (2001, p. 17) tinha uma organização ligeiramente diferente, bem como o material e equipamento que as suas lanchas transportavam a bordo, mas geralmente as capacidades operacionais de cada uma eram similares. Cada *Dinassault* era comandada por um primeiro tenente e era composta por aproximadamente 13 embarcações que se dividiam em áreas funcionais: “*opening*”; “*command*”; “*assault transport*” e “*support groups*”. Esta organização permitia “um alto nível de mobilidade, poder de fogo letal, coordenação próxima com as armas de apoio e sustentabilidade.” Esta “organização da força para a tarefa continuou durante a guerra” e refletiu-se mais tarde na organização da *MRF – Mobile Riverine Force*. (KENNEDY, 2001, p.17).

O “*opening group*” funcionava como um grupo avançado de reconhecimento e patrulhas, pois tinha embarcações variadas que desobstruíam o movimento do corpo principal. O poder de fogo materializava-se em “*Landing Craft Mechanized (LCMs-8)* convertidos em *monitors* blindados.” Estes, eram capazes de transportar e operar peças de 40mm, metralhadoras médias e pesadas e morteiros de 81mm. Os *monitors* tinham a capacidade de “cobrir ou suprimir emboscadas inimigas enquanto o corpo principal manobrava pelos flancos”. O “*command group*” era representado por *Landing Ship Infantry Large (LSIL)* ou *Landing Ship Support Large (LSSL)*, os quais permitiam ao elemento de comando um melhor controlo visual sobre a formação e comunicações mais robustas, não só para controlar melhor a artilharia, mas também para melhor coordenar o *close air support (CAS)* e a manobra de unidades adjacentes. O grupo de transporte era composto por *LCM-5s* e *LCM-8s*. Era este grupo que transportava as forças de desembarque. Cada embarcação era capaz de transportar aproximadamente um pelotão. Algumas lanchas “mais pesadas transportavam carros de combate (ligeiros), veículos blindados e camiões”. (KENNEDY, 2001, p.19).

c) O Encargo Operacional da *Dinassaut*

“Os esforços franceses para reclamar as suas colónias perdidas [...] aparentaram um bom começo, mas no final tornaram-se muito dispendiosos [...]” (PAUL, 2013, p. 23).

Com o desenrolar do conflito, as *Dinassauts* foram adaptadas e melhoradas com o objetivo de aumentarem o tamanho das suas formaturas permitindo um consequente aumento da proteção e do poder de combate que conseguiam transportar. Essa adaptação foi necessária porque, segundo Kennedy (2001, p. 19), os “rios não oferecem ao elemento de manobra nenhuma ocultação ou cobertura apropriada. Quando estão debaixo de fogo as embarcações não se podem abrigar. A melhor proteção era a reação rápida, com uma superioridade de fogos avassaladora.”

As *Dinassauts* assumiram um papel distintivo em três situações: “ao repelir três ofensivas vietnamitas lançadas no delta do *Red River* entre janeiro e maio de 1951, em que foram usadas para transportar forças e apoiar pelo fogo (*gunfire support*); nas contraofensivas em junho, nas quais o controlo do *Day River* era essencial; e na operação *Lotus* lançada em novembro para ganhar o controlo do *Black River*.” O *Viet Minh*, “[...], nunca desenvolveu uma *coutervailing marine capacity* sua, mas utilizou mergulhadores, minas e emboscadas lançadas das margens dos rios para atacar a *Dinassaut*” (RID & KEANEY, 2010, p. 116).

Enquanto os franceses mantiveram a superioridade aérea e convencional, durante todo o conflito, os insurgentes do *Viet Minh* aprenderam que só poderiam atacar as forças francesas quando a sua desvantagem numérica fosse evidente e confirmada. Isto levou a uma irregularidade constante nos combates, como se de um “constante conflito de guerrilha de baixa-intensidade” se tratasse. (PAUL, 2013, p. 23). Os insurgentes só entravam em contacto com as forças francesas quando tinham a certeza de que iriam infligir dano, quer através da superioridade numérica, quer através do fator surpresa, ou, preferencialmente, de ambos. O ambiente decisivamente favoreceu o inimigo nesta abordagem. As zonas delta a sul, separadas da selva a norte por uma cadeia montanhosa localizada na região central, davam cobertura ao inimigo, permitindo a continuidade das suas ações insurgentes.

Existiram alguns problemas, sentidos pelas forças francesas, no âmbito do seu encargo operacional, que para esta dissertação se revestem de alguma importância.

“Embora a *Dinassault* fosse um bom conceito operacional, sofria de falta de recursos, como todos os aspetos do esforço francês, algo de que os seus sucessores americanos não sofriam.” (RID & KEANEY, 2010, p. 116) As forças francesas sentiram a necessidade de combater em profundidade, em direção ao interior da selva, e fizeram-no, mas sempre com “altos custos devido à dificuldade do terreno e ao risco de emboscadas.” (PAUL, 2013, p. 25). Estes custos foram-se multiplicando porque à medida que os franceses aumentavam a profundidade das suas operações, o inimigo ameaçava as linhas de comunicação logísticas e cortava os eixos de retirada.

As forças francesas tinham falta de helicópteros, em particular, e isso fazia com que o seu “raio de ação” ficasse limitado à utilização da capacidade ribeirinha. “Devido às condições meteorológicas no Vietname do Norte, o apoio aéreo não podia ser sempre entregue, mesmo que este estivesse disponível.” (RID & KEANEY, 2010, p. 116). Estes problemas e limitações, alguns anos mais tarde, foram superados pelos EUA na Guerra do Vietname.

Outra dificuldade sentida pelos franceses foi a falta de interoperabilidade entre os ramos, principalmente entre o exército e a marinha. Por vezes, as diferenças ao nível da doutrina, do treino, dos meios e equipamentos e dos procedimentos, podiam constituir um entrave à eficiência das operações ribeirinhas.

Como Bernard Fall escreveu em 1964, “[...] entre dezembro de 1946 e novembro de 1949, os franceses pensaram simplesmente em levar todas as forças do *Viet Minh* para uma série de conflitos convencionais clássicos, aos quais apelidou de “*classical pincers*”. Mas o que realmente aconteceu durante todo o conflito foi que “o inimigo escapava entre as linhas convencionais, [...], rendiam o seu armamento e depósitos se fosse necessário, mas viveu para lutar mais um dia.” (FALL, 1964, p. 27-30). O *Viet Minh* aprendeu da maneira mais difícil que os franceses teriam sempre vantagem no combate convencional. Isso fez com que se focassem mais na guerra de guerrilha, orientando para ela os seus esforços militares, “aprendendo a conduzir [...] raids e emboscadas aos comboios franceses [...], através da selva.” (PAUL, 2013, p. 25).

Existiram alguns fatores chave que desfavoreciam as forças francesas. As *FEC* tinham “superioridade aérea, mas a utilização do espaço aéreo era significativamente contestada”. Os franceses “não conseguiam utilizar o poder aéreo” devido às características da selva. O terreno teve um papel fundamental porque “encobria os

insurgentes de ataques aéreos”. Também dificultou a manobra dos *FEC* e alongou as linhas logísticas. O apoio externo aos insurgentes (principalmente China e União Soviética) também foi um fator chave para o seu sucesso. (PAUL, 2013, p. 26).

O ponto de viragem na Indochina foi a revolução chinesa em 1 de outubro de 1949, que veio permitir que a China e a URSS aumentassem o apoio externo dado ao VM, o que levou ao lançamento da campanha de assistência aos franceses, por parte do presidente Truman, em 1950. (PAUL, 2013, p.26). Os recursos do VM passam a vir diretamente da URSS e do novo regime comunista de Mao-Tse-Tung conduzindo a um aumento considerável do tamanho e da capacidade das suas forças. Do outro lado, os EUA financiavam 80% do esforço de guerra francês. A Guerra da Indochina já não é uma “mera escaramuça entre um império europeu e os seus relutantes súbditos coloniais. Está a tornar-se num campo de batalha global.” (BINNS & WOOD, 2014).

“O Viet Minh dominava os franceses em termos de *intelligence*.” (PAUL, 2013, p. 27). Como os franceses se viam obrigados a movimentar-se com forças de elevado escalão (para garantir a proteção de força e a integridade), com veículos pesados no meio da selva, o VM sabia sempre quando os franceses estavam a chegar. Pelo contrário, os franceses eram constantemente surpreendidos pelo VM. Como não tinham informadores ou outras fontes de informação dentro do inimigo, os pontos fortes franceses, isolados, ficavam vulneráveis a ataques surpresa por formaturas grandes do VM. (FALL, 1964, p. 65). A estratégia do VM consistia em “esticar e isolar” as forças francesas, dispersando-as e atacando em massa as que ficavam isoladas. (BRADLEY, 2009).

De acordo com Christopher Paul, existem algumas explicações para o sucesso do VM: “o terreno e a familiaridade que o VM tinha com este, em conjunto com o modesto tamanho das forças francesas”, tornavam as operações de cerco quase sempre impossíveis; a “falta de empenho do governo francês” devido à sua posição enfraquecida no período pós Segunda Guerra e a “falta de cedências políticas francesas para ganhar a empatia da população”, que influenciava negativamente o acesso que os franceses tinham à informação. Isto quer dizer que o VM usufruía do fator surpresa e da superioridade de informação, contrariamente aos franceses. (FALL, 1964). Para além disso, Christopher Paul considerou que seria “impossível reconquistar uma colónia que já tinha provado o sabor da independência.” (PAUL, 2013, p. 28). De acordo com James Joes (2010, p. 130), os fatores pelos quais a Guerra terminou como terminou devem incluir: “a situação política

interna francesa”; “o inadequado esforço militar dos franceses”; a percepção crescente de que esse “esforço já não se justificava” e, por último, mas não menos importante, “o efeito que a revolução chinesa teve” no VM.

Podemos considerar que o maior contributo que a *Dinassault* deu às forças armadas francesas foi a capacidade de ir mais além, ou seja, de operar em profundidade. A sua capacidade ribeirinha foi notória e fez com que fosse possível combater o inimigo através dos rios, de forma dinâmica. O seu encargo operacional não se cingiu simplesmente aos combates propriamente ditos. Esta unidade foi muito importante para os franceses, não só pelos efeitos que por si só gerava, mas também por permitir a outras forças terrestres a continuidade das suas operações através do apoio logístico, que constantemente lhes fornecia. Há quem considere que a criação das *Dinassaults* “[...] pode muito bem ter sido uma das poucas contribuições valiosas da guerra da Indochina para a doutrina militar”. (FALL, 1964, p. 51).

1.1.2. II Guerra da Indochina (Guerra do Vietname)

A divisão do Vietname entre Vietname do Norte e Vietname do Sul e a forma como iriam ser governados gerava preocupações a nível internacional, principalmente nas duas superpotências mundiais, EUA e União Soviética. O crescente receio dos EUA de que o norte comunista de Ho Chi Min vencesse o sul e criasse as condições para atrair o restante sudeste asiático para o comunismo (o denominado efeito dominó previsto pelo presidente americano Dwight Eisenhower, que deveria ser evitado a todo o custo) veio a confirmar-se com a derrota dos franceses na batalha de *Dien Bien Phu*. (MARKEY, 2020, p. 14 a 16).

Em julho de 1954 os Acordos de Genebra dividem provisoriamente o país latitudinalmente no paralelo 17 e agendam eleições com vista à reunificação, a realizar em 1956. (MANGOLI, 2006, p. 391). Tais eleições, por forte influência dos EUA, nunca chegaram a ter lugar. O Vietname foi dividido em plena Guerra Fria, altura em que as tensões entre as duas superpotências mundiais estavam no seu máximo. A URSS junta-se à recém-criada República Popular da China de Mao Tsé-Tung para, em janeiro de 1950, reconhecerem formalmente a República Popular do Vietnam de Ho Chi Min. Por seu lado, os EUA endurecem as suas políticas contra os países aliados da União Soviética e

prometem apoio político, económico e militar a todas as nações democráticas alvos de ameaças comunistas. Eisenhower declara o seu apoio a Ngo Dinh Diem, um político vietnamita de convicções fortemente anticomunistas, que afasta o imperador Bao Dai do poder e se torna, em 1955, o primeiro presidente do governo da República do Vietnam, também denominada de Vietname do Sul.

A experiência americana que resultou da Guerra do Vietname, ou Segunda Guerra da Indochina, em muito se assemelha à experiência colonial francesa. Muitas metodologias, organizações e procedimentos operacionais utilizados pelos americanos foram baseados e fundamentados em operações da *Dinassaut*, naquele mesmo território. Os *marines* aprenderam com as *FEC* que conceitos como *sea basing*, *OMFTS* (*Operational Maneuver From The Sea*) e *STOM* (*Ship-to-Objective Maneuver*) eram bastante recorrentes, no âmbito das operações ribeirinhas, nesta guerra de carácter expedicionário. (BASSETT, 2014). (KENNEDY, 2002, p.44-47).

a) Nascimento da MRF

“A sobrevivência e o crescimento do incipiente governo da República do Vietname (Vietname do Sul) dependiam muito da sua capacidade de assegurar as vias navegáveis da nação, especialmente o delta do *Mekong* e os rios que permitiam acesso ao mar a partir da capital, Saigão”. (MAROLDA, 2015, p. 1-2).

Essas vias navegáveis apresentavam uma dimensão considerável, com uma linha costeira de 1200 milhas, uma área defensiva que se estendia a 40 milhas da costa, extensos rios e seus afluentes, com “mais de 2400 km de águas navegáveis e 4000 km de canais”. (BASSETT, 2014, p. 14). Com escassas estradas e caminhos terrestres precários, era principalmente pelas hidroviás que se desenvolvia a vida do território, a sua economia, as deslocções da população, o transporte de mercadorias. E eram igualmente estas hidroviás que os comunistas do norte usavam para infiltrar no sul as tropas, armamento, munições e equipamento de apoio aos insurgentes.

A 16 de fevereiro de 1965 um helicóptero *da U.S. Army* em missão médica de resgate avista uma traineira norte-vietnamita a descarregar abastecimentos e armas numa praia do sul. Este episódio, que ficou conhecido como o incidente da Baía de *Vung Ro*, alerta as forças americanas para a “extensa dimensão da rede de infiltração

comunista” e para “a incapacidade das forças sul-vietnamitas em interromper o fluxo de abastecimentos”. (BASSETT, 2014, p. 9). Em março e em dezembro de 1965 são lançadas duas operações destinadas ao controlo das hidroviias, respetivamente a operação *Market Time* e a operação *Game Warden*. (MURPHY, 2007, p. 71). A primeira resulta do reconhecimento pelo General Westmoreland da necessidade da criação de uma patrulha ribeirinha agressiva anti infiltração e ficou a cargo da *TF115 – Coastal Surveillance Force* (composta por unidades da marinha vietnamita, da *U.S. Navy*, e da *U.S. Coast Guard*). A sua principal missão era patrulhar as áreas costeiras e localizar, capturar ou destruir todo o tipo de embarcações que diariamente navegavam ao longo da costa litoral e que pudessem transportar material de guerra destinado a fortalecer o esforço de guerra dos insurgentes comunistas do sul. Além das missões de vigilância, a *TF115* também tinha a responsabilidade de “fornecer apoio de fogo naval (*NFS*) às unidades em terra que conduziam operações anfíbias ao longo da costa”, realizar cercos (*encirclement operations*) perto de costa ou nos próprios rios e complementar a eficácia das patrulhas aéreas e ribeirinhas com o aumento da “capacidade de manobrar em águas pouco profundas”. (BASSETT, 2014, p. 10).

O sucesso da operação *Market Time* obriga o inimigo a reorganizar a sua rede logística uma vez que as infiltrações marítimas estão comprometidas pela intervenção da *TF115* e força-o a optar por infiltrações terrestres, por um lado, pelas estradas pouco eficientes através do Laos e Camboja e, por outro, pela vasta rede de vias fluviais do rio *Mekong*, dos seus afluentes e do seu delta. As ações da *TF115* em ambiente ribeirinho eram, contudo, limitadas e a maior parte das infiltrações por terra passam a ser feitas na zona do delta do *Mekong* e na *RSSZ (Rung Sat Special Zone)*, tornando-se imperativo controlar esses sistemas ribeirinhos. Uma vez mais, a dificuldade da marinha sul-vietnamita em interditar o fluxo de abastecimento ao inimigo conduz à segunda operação mencionada, a operação *Game Warden*, com a edificação da *TF116 - River Patrol Force*. A *TF116* tinha por missão patrulhar as águas interiores de modo a interditar a sua navegação pelo inimigo e evitar a sua utilização como linhas de comunicação, abastecimento e infiltração bem como auxiliar as forças governamentais da República do Vietname a repelir ataques inimigos aos seus postos fluviais e manter seguro e aberto o principal canal de navegação até Saigão. As ações da *TF116* produziam mais efeito nos rios principais e nas zonas ribeirinhas que eram mais largas (espaçosas). Porém os Viet

Congs (VC) moviam-se para os rios e canais mais estreitos a fim de evitar as patrulhas. Refugiavam-se nas áreas terrestres do delta onde se moviam com muita liberdade, de onde lançavam ataques contra navios e embarcações. Tornou-se óbvio o facto da *TF116* só conseguir “assediar e interditar o IN até ao alcance das suas armas”. (BASSETT, 2014, p. 13).

Foi neste seguimento que se criou a *MRF*. Embora as operações *Market Time* e *Game Warden* tenham tido sucesso, as forças americanas precisavam de uma força conjunta (marinha e exército) mais robusta, com melhores capacidades e mais bem organizada, que conseguisse controlar efetivamente este ambiente ribeirinho particularmente difícil de operar. Foi neste momento que se visionou a *Mekong Delta Mobile Afloat Force*, uma força altamente móvel com lanchas de desembarque fortemente armadas e blindadas, com forças terrestres embarcadas, capaz de conduzir assaltos e missões de busca e destruição (*search and destroy*), de forma sustentada, através dos rios e dos seus terrenos adjacentes. Este conceito de *Mobile Afloat Force* levou posteriormente à criação da *MRF*.

Podemos considerar que a *MRF* foi a força que colocou uma brigada do exército em navios e embarcações da marinha (*TF 117 – Riverine Assault Force*) com o objetivo de eliminar as lacunas identificadas nas operações anteriores (falta de forças terrestres que garantissem a segurança nas margens e que pudessem realizar operações de desembarque, constante fuga do IN sem possibilidade de perseguição deste, patrulhas com distâncias limitadas que dependiam da localização das bases em terra, entre outras). A *MRF* era capaz de se infiltrar numa área de combate através de água, terra ou pelo ar, podendo operar a uma distância de até 50km da sua base móvel de apoio. (BASSETT, 2014, p. 17).

b) Organização da MRF

A *MRF* foi criada em meados de 1966 com o objetivo de realizar operações *search and destroy* no delta. No outono de 1968, a *MRF* era composta por: 184 embarcações de assalto, 8 navios para alojamento (4 *barracks ships* mais 4 *barracks barges*), 3 navios para reparações, 2 navios de apoio e 2 navios reabastecedores. (TUCKER, 2001, p. 983-984). Muitas dessas embarcações de assalto eram *Patrol Boat Riverine* (*PBRs*). Estes

eram organizados em secções de dez, mais tarde chamadas divisões, e estas tinham bases em terra e nos rios. Também tinham apoio aéreo, como helicópteros e mais tarde aviões de asa fixa (que vieram preencher a brecha (*gap*) que existia entre a lentidão dos helicópteros e a imprecisão dos jatos, aquando do CAS). A organização da *MRF* pode ser complexa de analisar por englobar duas componentes distintas: a componente naval e a componente terrestre. A componente naval dividia-se em duas subcomponentes: a de assalto e a de apoio. A frota naval (ou frota ribeirinha) utilizada para responder aos problemas do delta era constituída pela base móvel de apoio (*mobile support base*) e por dois *river assault squadrons*. A base móvel, por sua vez, era constituída por *Self-Propelled Barracks Ships* (APBs), *Landing Ship Tank* (LSTs), rebocadores portuários, lanchas de desembarque (algumas modificadas para funções de manutenção e reparação), e outros navios de maiores dimensões com capacidade para operar helicópteros. A subcomponente assalto era a que permitia à força ter mobilidade tática. Cada *river assault squadron* era capaz de transportar um batalhão de infantaria reforçado e cada um era composto por 26 *Armored Troop Carriers* (ATC), 5 *monitors*, 2 *Command and Communications Boats* (CCB) e 16 *Assault Support Patrol Boats* (ASPB). Alguns dos ATCs eram também modificados para operarem helicópteros. A organização da *MRF* foi evoluindo com o passar do tempo, à semelhança do que aconteceu com as *Dinassauts* francesas.

A componente terrestre foi representada pelo exército, mais concretamente pela sua segunda brigada da nona divisão de infantaria (*2nd Brigade 9th Division*), mais tarde complementada pela terceira brigada dessa mesma divisão, a fim de aumentar as capacidades terrestres da *MRF*. Tradicionalmente, esse papel teria cabido ao *U.S Marine Corps* mas os mesmos já se encontravam totalmente empenhados a operar no norte do território (região onde as infraestruturas logísticas eram muito limitadas), em operações com características mais aproximadas às operações anfíbias, principalmente assalto anfíbio. (MAROLDA, 2015, p. 29).

Embora a organização da *MRF* e a forma como operava estejam fortemente assentes no conceito de *Mobile Afloat Force*, a importância das bases em terra não pode, em momento algum, ser desconsiderada. O conceito, “concebido e aprovado durante 1966”, foi visto como “uma das mais importantes conquistas do ano, do *Military Assistance Command Vietnam* (MACV)” (FULTON, 1985, p. 58) e só foi possível porque contava com o apoio de instalações em terra, como a base de Dong Tam, idealizada pelo General

Westmoreland, que a 21 de novembro de 1966 sugeriu ao *Mission Council* que em janeiro de 1967 esta se encontraria preparada para receber um batalhão de infantaria, com o objetivo de mais tarde aumentar o efetivo para brigada. Passado oito dias o *Ambassador Lodge* aprovou a ocupação da base de Dong Tam.

c) O Encargo Operacional da MRF

“The Mobile Riverine Force saved the Delta [during Tet].” —
General William C. Westmoreland

A *MRF* foi criada para responder a problemas que não tiveram resposta com as *TF115* e *TF116* e o seu maior propósito era realizar operações *search and destroy*, nas quais, precisamente, a sua capacidade ribeirinha ofensiva melhor se revelou. Embora as operações *Market Time* e *Game Warden* tenham tido bastante sucesso, ou seja, tenham atingido os objetivos para os quais foram pensadas e criadas, existiam algumas limitações que impossibilitavam as forças americanas de ter um controlo mais efetivo no delta e na *RSSZ*. (FLORES, 2007, p. 13). Eram elas, por exemplo, a necessidade de ter mais potencial de fogo embarcado, aumentando a capacidade ofensiva e consequentemente a proteção da força, ter uma componente terrestre robusta, que participasse em operações de desembarque, operações terrestres e operações de segurança, ter uma capacidade de lançar operações diretamente dos rios, em pouco tempo e com grandes efetivos e ter uma componente logística suficientemente forte que sustentasse este tipo de operações. (DANIELS & ERDHEIM, 1976, p. 37).

Para a execução das missões *search and destroy*, o meio ribeirinho mais eficiente talvez tenha sido o *PBR*. Era ágil, rápido, relativamente pequeno e conseguia causar bastante destruição e talvez tenha sido esta a embarcação com maior contributo para a componente ofensiva de uma capacidade que estava parcialmente dependente do ambiente operacional para se revelar: a capacidade ribeirinha. Por que razão a *MRF* e os seus *PBRs* foram tão importantes nesta Guerra? “O delta do *Mekong* foi o centro geoestratégico do Vietname do Sul. Com uma área de 40015 km² e aproximadamente 8

milhões de habitantes, o delta do *Mekong* constituía quase ¼ do território do país e abrigava cerca de metade da sua população. Mais importante ainda, o delta era o centro de produção agrícola de toda a região, a taça de arroz do sudeste asiático.” (TUCKER, 2001, p. 981). Só existia uma estrada de alcatrão, que ligava a zona delta do *Mekong* a Saigão (*Route 4*). O IN era considerado uma ameaça assimétrica, e fazia deste ambiente o seu santuário. Em 1966, os VCs tinham 69 companhias que se organizavam em 28 batalhões, contando com cerca de 82.500 efetivos. (VISUALIZED, 2016, 1.20’) Foi neste quadro que os *PBRs* tiveram sucesso em controlar a zona dos insurgentes do VC a norte do delta, tornando-se importante a sua análise. O TO apresentava alguns constrangimentos para os meios. O alto nível de salinidade na água causava corrosão no metal, principalmente nos cascos das embarcações e nas fitas das metralhadoras, a existência de várias pontes fazia com que a força tivesse de considerar constantemente o fator *bridge-clearance* e o próprio solo não era apropriado para forças terrestres. Sendo extremamente húmido causava problemas de saúde, principalmente ao nível dos pés. (VISUALIZED, 2016).

O *PBR* era a “principal embarcação de combate da *River Patrol Force*” (MAROLDA, 2015, p. 20) e apresentava algumas vantagens quando comparado com embarcações mais tradicionais. Com design inspirado em embarcações de recreio, era de fácil reparação e o seu casco, em fibra de vidro, era sujeito a menor corrosão, e não estilhaçava quando era atingido, diminuindo o risco de ferimentos da sua guarnição. Utilizava motores *waterjet* em substituição dos motores com propulsão a hélice, que permitiam “passar por cima de bancos de areia ou até mesmo da praia, com areia seca, sem danificar o sistema de propulsão e parar ou guinar 180 graus no seu próprio comprimento.” (SHERWOOD, 2015, p. 105).

Não existindo nenhum manual de operações ribeirinhas, as técnicas, táticas e procedimentos (TTPs) utilizadas foram adaptadas de registos e apontamentos das operações francesas e foram-se desenvolvendo ao longo do tempo. As patrulhas ribeirinhas geralmente duravam entre 12 e 18 horas e eram quase sempre realizadas por 2 *PBRs*. A principal missão das patrulhas durante o dia era inspecionar a existência de contrabando nas embarcações e identificar os seus elementos. Um *PBR* abordava o alvo por um determinado ângulo, que lhe permitisse concentrar todas as suas armas no mesmo, enquanto a sua guarnição realizava a revista e o outro *PBR* ficava à distância, para dar

cobertura. “Todas as revistas eram para ser a meio caminho, tão afastadas da linha de costa quanto possível”. (SHERWOOD, 2015, p. 109). As patrulhas eram feitas aleatoriamente para diminuir o risco de emboscada e de evasão inimiga. Durante as patrulhas, os *PBRs* identificavam as embarcações suspeitas, determinavam a sua intenção e, se necessário, detinham pessoas. Caso a embarcação tentasse fugir eram disparados tiros de aviso e, se não respondesse, a guarnição tinha permissão para realizar fogo direto. Se o IN disparasse contra um *PBR*, a guarnição tinha permissão para, imediatamente, abrir fogo e destruir o alvo.

“Os oficiais de staff que conceberam a ordem de operações (*OPORD*) perceberam a natureza insurgente da operação *Game Warden* e quiseram evitar alienar a população local através do uso excessivo da força. No entanto, o conservadorismo inerente às regras de empenhamento (*ROE*) colocava as guarnições dos *PBRs* numa desvantagem nítida em combate.” (SHERWOOD, 2015, p. 110). As patrulhas ribeirinhas tanto eram feitas de dia como de noite mas, com o recolher obrigatório no arco noturno, as *ROEs* para estas patrulhas eram diferentes. Algumas guarnições preferiam patrulhar à noite com o reforço de autoridade que as *ROEs* lhes conferiam. Embora não pudessem simplesmente abrir fogo, podiam solicitar essa autorização ao comando, via rádio, mesmo sem a existência de uma ação preliminar.

1.2. Guerra do Ultramar

A Guerra do Ultramar, que não deve ser referida como guerra colonial, ocorreu durante uns longos 13 anos, entre 1961 e 1974, e envolveu Portugal e os seus territórios ultramarinos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. (NUNES, 2011, p. 632-633).

Os conflitos da Guerra do Ultramar foram um reflexo do movimento de descolonização do continente africano que ocorreu após o final da Segunda Guerra Mundial, na sequência do aparecimento de vários movimentos nacionalistas africanos que desejavam a independência. “Na década de 1950 os “ventos de mudança” sopravam por toda a África”. (CANN, 2007, p. 24). Esta expressão remete-nos para o discurso efetuado pelo então primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, realizado no parlamento sul-africano, na Cidade do Cabo, a 3 de fevereiro de 1960, que já previa a inevitabilidade da retirada de África: “O vento da mudança está a soprar pelo continente fora e, quer isso

nos agrade ou não, o amadurecimento da consciência nacional é um facto político. Devemos aceitá-lo como tal e as nossas políticas devem dar conta disso mesmo”. (MACMILLAN, 1960). O ano de 1960, que viria a ficar conhecido na história como o “Ano da África” assiste a uma vaga de descolonizações e ao nascimento de vários novos países. O Reino Unido abdica da Nigéria e do território correspondente à Somália, a Bélgica é forçada a deixar o Congo e a França perde 14 antigas colónias, (entre as quais os Camarões, o Senegal, Madagáscar, Benim, Burkina Faso, o Congo, o Gabão e o Mali). (RTP, 1990).

Portugal, ao contrário de outros países europeus, pretende manter o seu império colonial. “A importância das colónias para esta pequena nação europeia foi captada num editorial do Dr. Marcello Caetano no “O Mundo Português” publicado em 1935: “África é para nós uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela seríamos uma nação pequena. Com ela somos um grande país”” (CANN, 2016, p. 10).

O regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar defende a manutenção da política portuguesa em África, pois considera que Portugal não tem colónias, mas sim territórios ultramarinos portugueses que, como tal, são parte essencial da identidade nacional e da integridade territorial do país, pelo que devem ser preservados a todo o custo. (SALAZAR, 1961).

Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a resistência “anticolonial” começa a intensificar-se à medida que os movimentos de independência ganham força. Os nacionalistas locais, influenciados por ideais de autodeterminação e independência, organizaram-se em grupos armados, dos quais se destacam o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). As razões para a resistência no Ultramar são várias e comuns aos vários movimentos e assentam na luta contra a exploração económica, a repressão política, a discriminação racial, maus-tratos, opressão e violação dos direitos civis das populações locais. (MAIA, 2023, cap. 4).

Os ataques do MPLA a prisões de Luanda para libertação de nacionalistas, a 4 de fevereiro de 1961 e o massacre perpetrado pela União das Populações de Angola (UPA) em várias fazendas de café no distrito de Uíge, a norte, a 15 de março, marcam o início da Guerra do Ultramar. O conflito armado alarga-se à Guiné em janeiro de 1963 e a Moçambique em setembro de 1964. As populações locais enfrentaram duras condições,

violência, deslocações em massa e violações dos direitos humanos. (NUNES, 2014).

Os conflitos tiveram um impacto significativo na sociedade portuguesa, dividindo opiniões e colocando em causa as noções de identidade nacional e imperialismo. Elevadas pressões internas e externas, juntamente com o custo humano e económico do Ultramar, levaram Portugal a reconhecer a inevitabilidade da descolonização. Em 1974, a Revolução dos Cravos derrubou o regime autoritário e abriu caminho à independência das colónias africanas, marcando o fim da Guerra do Ultramar e o início de uma nova era para Portugal e suas antigas colónias. (MESQUITA, 2011, p. 407-419).

Quando Portugal se iniciou na Guerra do Ultramar, a prioridade inicial foi estabelecer os Comandos Navais para ganhar o controlo operacional dos vários teatros de operações. Os Comandos Navais de Angola e Moçambique foram criados em 1957 e os do Continente, Cabo Verde e Guiné-Bissau, no ano seguinte. Outra prioridade foi a execução do projeto de construção de embarcações pequenas com capacidade para operações de desembarque, que se considerou ambicioso para uma Marinha com pouca experiência em guerra subversiva. Estas embarcações necessitavam de ter a capacidade de projetar poder em terra, através do emprego de forças de desembarque. No início da Guerra, as forças de desembarque eram forças de infantaria naval, mas mais tarde foram sendo substituídas por forças de Fuzileiros, especificamente treinadas para esse e outros efeitos. Esta frota foi crescendo com o desenvolvimento dos conflitos, verificando-se um aumento de 10 embarcações, maioritariamente patrulhas, em 1957, para 134 embarcações ribeirinhas em 1971. (GIL, 2009, p. 3).

a) Angola

A Marinha, no teatro de operações de Angola, começou por garantir a segurança das “fronteiras ribeirinhas” a norte, bloqueando os acessos ao IN (pessoal e material). Cooperou com os outros ramos das Forças Armadas Portuguesas (FA), especialmente com o exército, transportando unidades e os seus equipamentos. A partir de 1966 a Marinha infiltrou forças terrestres e forças de desembarque na zona leste do país. (GIL, 2009, p. 5). Foi esta antiga província ultramarina, com uma área aproximada de 14 vezes a dimensão de Portugal, o primeiro teatro de operações (TO) a ser abordado e foi nela que as FA empregaram o maior número de efetivos. (PEREIRA, 2014, p. 721-740).

Numa fase inicial, em 1960, foram destacadas três unidades navais para Angola (F327 Pacheco Pereira, P586 São Vicente e P584 Sal), como resposta aos acontecimentos a norte, no rio Zaire, relacionados com a retirada das forças belgas da sua ex-colónia, o Congo. No ano seguinte, em 1961, a frota naval portuguesa é reforçada com mais duas fragatas e um navio patrulha, F332 Nuno Tristão, F331 Diogo Gomes e P585 São Tomé, respetivamente. A força naval concentra os seus esforços a policiar o rio Zaire, o que se pode considerar ter sido o início das operações ribeirinhas no Ultramar. Chegam os navios “trintões”, navios patrulha da classe *Bellatrix* (P336 Espiga, P367 Formalhaut, P368 Pollux), que são incorporados na Esquadilha de Lanchas de Fiscalização do Zaire (ELFZ) (CANN, 2007, p. 153) e que são assim apelidados devido ao seu deslocamento de aproximadamente 30 toneladas. Foi neste ano que chegou a Angola o Destacamento de Fuzileiros Especiais nº1 (DFE 1), comandado pelo 1TEN Metzener (BAENA, 2006, p. 27), nos dias 10 e 15 de novembro, por meios aéreos. (CANN, 2016, p. 70).

A estratégia inicial da Marinha passou por construir um sistema de postos fixos, em áreas chave, ao longo das margens do Zaire (plano Dispositivo Detentor). Os postos fixos, situados em Puelo, Pedra do Feitiço, Macala, Quissanga e Tridente, (ALBERTO, 2017, p. 64) (Anexo III, fig. 37) serviam, basicamente, como “esqueleto logístico”, quer para os navios patrulha, quer para os Fuzileiros, que conseguiam lançar operações diretamente dos postos, através da utilização dos seus botes. (CANN, 2016, p. 75). Durante as construções, o DFE 1 participou num assalto à base do UPA, em Caluca, onde foram utilizados os helicópteros Alouette II (Operação Parafuso Grande).

Segundo Cann, (2007, p. 166) as sucessivas patrulhas realizadas em finais de 1962 (Operação Ferrolho) foram justificadas pelo constante aumento da atividade insurgente, característica da guerra revolucionária e, pela primeira vez, foi integrada no planeamento uma aeronave de reconhecimento da força aérea (Auster D5/160), destinada a acompanhar e apoiar as progressões das embarcações no rio. Os botes provaram ser muito importantes em termos de mobilidade ao conseguirem chegar a sítios onde os navios patrulha não conseguiam, dando profundidade às operações. O arquipélago Bulicoco, por exemplo, verdadeiro labirinto de estreitas águas interiores e zonas de lodo, mostrava serem as canoas/pirogas dos insurgentes e os botes dos Fuzileiros os únicos meios capazes de ali se movimentarem. Foi durante a Operação Ferrolho que se percebeu a necessidade de desembarcar Fuzileiros para gerar efeitos, quer nos rios quer nas suas margens. (CANN,

2007, p. 166-171).

À semelhança da experiência francesa com as *Dinassauts*, e da experiência americana com a *MRF*, a Marinha portuguesa reconhece que, além de se movimentar através dos rios e canais, precisa de transportar poder de combate capaz de ser projetado em terra para combater continuamente o IN e, por essa razão, o sistema da Operação Ferrolho (navios patrulha como bases móveis) foi considerado mais eficiente que o sistema do Dispositivo Detentor (postos fixos como sustentação logística). Para esse efeito, as LDMs foram modificadas para “permitir que 12 a 15 Fuzileiros vivessem a bordo por curtos períodos”. (CANN, 2016, p. 89). As forças americanas também perceberam isto quando sentiram a necessidade de criar a *MRF*, porque as embarcações das operações *Market Time* e *Game Warden*, embora tivessem tido sucesso, necessitavam de uma base móvel que as sustentasse a fim de aumentar a mobilidade e permitir o combate contínuo ao IN. A Marinha começou um processo de desativação dos postos fixos do Dispositivo Detentor, concentrando os seus esforços nas embarcações. Este processo ficou denominado por operações Mastro do Traquete e Mastro da Mezena. (CANN, 2016, p. 92). (Anexo III, fig. 41).

Algumas ilações podem ser retiradas das operações ribeirinhas realizadas em Angola. A presença de um IN insurgente e assimétrico, como é o caso da UPA e do MPLA, fez com que as FA se vissem obrigadas a adaptar a sua doutrina e as TTPs utilizadas. Não faria sentido abordar o problema através de métodos convencionais, porque nem o terreno nem o IN o permitiam (facto já comprovado pela experiência francesa). Se outrora o foco da Marinha era a capacidade oceânica, o mesmo alterou-se gradualmente de modo a dar uma resposta mais eficaz aos problemas colocados por um inimigo e um ambiente diferentes e particulares. As forças portuguesas não estavam preparadas para esta mudança, quer a nível doutrinário, quer a nível de meios, de equipamento e de material e as condições do terreno não ajudaram, devido à sua complexidade. “Uma das principais adaptações da Armada para a guerra foi a criação dos fuzileiros” (TELO, 1999, p. 550), referindo-se o autor à recriação dos Fuzileiros de Roboredo e Silva. A adaptação levou o seu tempo, o que fez com que a capacidade operacional das forças não tivesse sido, de início, utilizada em pleno, mas provou ser bem sucedida. A boa relação entre militares portugueses e população local, por outro lado, revelou-se um ponto positivo, com contributos favoráveis por parte desta, em termos logísticos e de informações. Apesar das

difficultades inerentes a uma guerra travada a milhares de quilómetros da capital, principalmente por razões logísticas e pela falta de efetivos, perante um IN cujas forças superavam as nossas em larga escala, as forças portuguesas conseguiram manter o fluxo e o *tempo* das operações, dominando o terreno, empurrando o IN para o interior. Neste e nos outros TOs, especialmente na Guiné-Bissau, as operações ribeirinhas dos Fuzileiros, que começavam onde as outras acabavam (terrestres, aéreas e navais), foram essenciais.

b) Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, a fiscalização (com navios patrulha, lanchas de desembarque e Fuzileiros em botes) e a intervenção rápida (principalmente os DFEs) foram as tarefas principais da Marinha. No caso da fiscalização, a presença dos Fuzileiros nos rios, quer em movimento (botes e LD) quer estacionários nas suas margens provou ser um fator muito importante uma vez que aumentava o nível de segurança sentido pela população local e, mais importante ainda, ameaçava os eixos de infiltração inimigos, controlando a insurgência. No caso da intervenção, os DFE normalmente utilizavam as LD e os botes para neutralizar ameaças estratégicas bem conhecidas. Estas missões normalmente duravam vários dias e como as forças terrestres dependiam quase totalmente das hidroviárias para o seu reabastecimento, a Marinha proporcionou “apoio logístico quase contínuo”. (GIL, 2009, p. 5).

O teatro de operações da Guiné-Bissau foi o que melhor ilustrou a capacidade ribeirinha portuguesa, durante toda a Guerra do Ultramar. (MATOS, 2015, p. 937 - 950). As suas características geográficas de país costeiro, com parte continental e insular (arquipélago dos Bijagós) e com uma vasta e complexa rede hidroviária no seu interior contribuíram bastante para o desenvolvimento desta capacidade. Os Fuzileiros desempenharam um papel fundamental em todo o território ultramarino, mas na Guiné-Bissau as suas operações ribeirinhas foram mais sentidas pois existiu a necessidade de operar sob condições e em terrenos muito adversos e utilizar TTPs ainda não testadas em combate, à exceção da experiência em Angola.

A Esquadilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné (ELFG), composta por navios

patrulha (P364 Canópus, P363 Bellatrix, P365 Deneb) e lanchas de desembarque pequenas (LDP 101 e 102, mais tarde modificadas e renomeadas LDP 301 e 302) era uma frota que, apesar de ser modesta, se revelou importante para as operações ribeirinhas e foi “a primeira força naval permanente naquele território”. (CANN, 2016, p. 103). O seu comandante respondia ao Comando de Defesa Marítima da Guiné (CDMG). A ELFG foi inicialmente destacada para a região de Farim, na margem norte do rio Cacheu e, posteriormente, para Bolama, Buba e Bubaque e em cada uma destas localidades foram construídas pequenas instalações navais com o objetivo de “sustentar futuras operações”. (CANN, 2016, p. 103). Naquele tipo de terreno era necessário sobrepor cartas náuticas e mapas topográficos, a fim de perceber quais eram realmente as vias navegáveis, quais os seus obstáculos naturais (como bancos de areia e zonas de lodo), quais os limites das ilhas e ilhéus (abundantes naquela região) e outras considerações importantes para o planeamento das operações. Apenas em 1965 ficaram concluídos os registos topográficos e marítimos.

As ações de patrulha só se iniciam com a chegada do DFE2 a Bissau, em junho de 1962. Mas essa não era a génese dos DFEs ou, pelo menos, não eram essas as operações idealizadas por Roboredo e Silva para forças com as características daquelas. (CANN, 2016, p. 103). Os DFE eram forças altamente treinadas, com capacidades diferenciadas, que lhes permitiam fazer outro tipo de operações, mais complexas que as ações de patrulha e presença. O CDMG, após fortalecer a sua rede de informações, começa a utilizar os destacamentos em *strike operations*, (CANN, 2016, p. 104-105) maioritariamente raids, assaltos e emboscadas, contra o PAIGC. Estas operações eram geralmente realizadas através de desembarque de botes (apoiados por uma LDP ou LDM), ou por inserção aérea, visto que os meios aéreos eram utilizados regularmente nesta campanha. No rio Cumbijã, por exemplo, eram utilizados para cobrir o desembarque das forças e para prevenir ou reagir a emboscadas, enquanto no rio Cacine eram mais utilizados para escoltar os comboios ribeirinhos. Até esta altura a rotina dos Fuzileiros era patrulhar diariamente os rios, no arco noturno (permanecendo fundeados durante o dia) e realizar ações de combate.

Em 1964, a ELFG era composta por 29 embarcações. A frota continuava a aumentar e, com o objetivo de refletir a mudança na organização da componente naval, passou a denominar-se ELG – Esquadrilha de Lanchas da Guiné e a ser composta por navios maiores como LFGs e LDGs. O NRP Alfange (LDG), por exemplo, em viagens

curtas conseguia transportar 270 toneladas de carga ou desembarcar um batalhão de 450 homens (CANN, 2007, p. 203), justificando o seu aumento ao efetivo naval. Mas eram também meios com alguns problemas associados, nomeadamente a necessidade de serem escoltados por um navio patrulha, visto numa fase inicial terem pouco armamento para reagir a emboscadas ou para proteger as forças de desembarque que transportavam e necessitavam constantemente de manutenção, porque as condições do terreno a isso obrigava. (CANN, 2007, p. 203 e 204). (CANN, 2016, p. 127 e 128).

Em 1966 a Marinha constrói em Bissau uma instalação com capacidade para alojar 60 homens, a fim de oferecer melhores condições de habitabilidade e permitir algum descanso aos seus militares, pelo menos enquanto não estavam a bordo das lanchas. (CANN, 2007, p. 205). Em 1969 esta instalação é substituída por duas outras, melhores e maiores e passados dois anos o processo volta a repetir-se. O bem-estar das forças e as condições em que operavam eram preocupações constantes dos comandantes pois eram fatores que influenciavam a moral e, consequentemente, o seu potencial de combate. A simples existência de frigoríficos a bordo das embarcações era exemplo disso mesmo, pois permitia que as mesmas operassem mais tempo sem a necessidade de reabastecimento de comida, aumentando o raio de alcance das patrulhas. As embarcações foram, nesta fase, adaptadas, por forma a responderem melhor às exigências operacionais do ambiente. (CANN, 2016, p. 89).

A ELG ficou incumbida de controlar as quatro principais linhas de comunicação ribeirinhas, os rios Cacheu, Armada, Cobade e Cumbija. (CANN, 2007, p. 209). O objetivo principal da esquadrilha era garantir o fluxo dos navios portugueses, protegendo-os dos ataques insurgentes, permitindo, principalmente, as ações logísticas de reabastecimento e de transporte. Para atingir este objetivo foi desenvolvido um sistema de comboios, que consistia numa formação em coluna de diversas embarcações, que permitiam patrulhar as quatro principais vias fluviais de forma mais musculada, ou seja, com maior mobilidade e com mais poder de fogo, sistema esse também utilizado pelas forças francesas e americanas nas respetivas experiências (Anexo III, fig. 43). Estas colunas eram frequentemente emboscadas com *RPGs*, morteiros e bazucas do PAIGC, mas este tipo de armamento não conseguia afundar nenhuma embarcação, embora as conseguissem neutralizar temporariamente. Na frente da coluna ia normalmente uma LDP ou uma LDM, seguida por outra e pelo navio do comandante, mas esta disposição mudou a partir de 1967,

ano em que o PAIGC começou a utilizar minas. Os Fuzileiros, nos seus botes, passaram a escoltar essas colunas, à frente e nos flancos, a fim de reconhecerem possíveis perigos, nomeadamente possíveis zonas de morte, minas, obstáculos, etc. (CANN, 2007, p. 209). (CANN, 2016, p. 107). Estes comboios tinham sempre apoio aéreo, pelo menos até 1973, ano a partir do qual os insurgentes começaram a utilizar o sistema SA-7 Strela (míssil ligeiro antiaéreo), o que faziam com que os meios aéreos apenas conseguissem voar com segurança acima dos 2km de altitude. (CANN, 2007, p. 211). O sistema de comboios integrava 5 *task units* e a sua composição pode ser vista no anexo III.

Nos finais de 1965, a esquadilha era composta por 3 LFPs, 12 LDMs (adaptadas para patrulhas), 6 LDMs (transporte de forças de desembarque), e 7 LDPs, perfazendo um total de 28 embarcações (Anexo III, fig. 32, 33 e 34). O ano mais “difícil” para a esquadilha foi o ano de 1967, pois foi o ano com maior empregabilidade de forças, com maior número de baixas, com mais milhas náuticas navegadas e maior número de toneladas transportadas. Neste ano a esquadilha tinha 29 navios, número que foi subindo até atingir um total de 39 em 1970.

A frota naval portuguesa continuou a sofrer modificações, desta vez causadas no âmbito da “oferta” de Conacri ao PAIGC, para que esta região passe a funcionar como seu santuário. O “empréstimo” que Sékou Touré (governador da Guiné) concedeu a Amílcar Cabral (líder do PAIGC), gerou alguns incidentes que enfraqueceram as forças portuguesas, entre elas a captura do piloto António Lobato. O IN ambicionava desenvolver as suas operações com a proteção diplomática das águas internacionais e das águas territoriais da Guiné, algo que se veio a desconsiderar parcialmente, principalmente na operação Mar Verde. Em finais de 1963, o PAIGC, já a operar a partir do seu novo santuário, Conacri, aproveita-se das limitações das forças portuguesas (comunicações e conhecimento do terreno) para desenvolver as suas ações de insurgência, principalmente nos rios Cobade, Cacine, Cumbija e nas ilhas Como, Caiar e Catunco. Foi em resposta a estas ocorrências que surgiu a operação Tridente, considerada uma das operações onde a importância da capacidade ribeirinha portuguesa foi mais evidenciada e que combinou a ação da Marinha, do Exército e da Força Aérea. (Anexo III, fig. 44, 45 e 46). A área de operações correspondia a 210 km², dos quais apenas 170 km² eram utilizáveis devido a correntes e marés. (CANN, 2016, p. 111). Este ambiente em muito se assemelhava ao delta do *Mekong*. A operação tinha cinco objetivos principais, mas nenhum deles foi totalmente

atingido. Consistiam, resumidamente, em assegurar as *LOCs* ribeirinhas, proteger a população da subversão e da intimidação, reforçar a autoridade administrativa naquelas ilhas, aumentar o bem-estar da população na área e desacreditizar o PAIGC. Para tal, a área de operações foi dividida em três zonas e a operação em três fases. Na primeira fase ocorreram vários desembarques (aproximadamente 1200 homens) apoiados por um T-6 Harvard da Força Aérea Portuguesa (FAP) e pela artilharia da base de apoio localizada em Catio, a 10/20 km de distância. Na segunda fase aumentaram-se as patrulhas permitindo uma presença mais permanente, desencorajando o IN e recolhendo informações. A última fase terminou na ilha Como, onde se registaram os “combates mais intensos” e onde se registou o maior número de entradas em contacto com os insurgentes. A operação teve a duração de 71 dias e permitiu que o PAIGC não utilizasse as ilhas daquela área para sustentação logística, causando disrupção na sua organização e desacreditizando as suas ações subversivas. (CANN, 2016, p. 115).

À Operação Tridente seguiram-se outras, também de acentuada relevância no âmbito das operações ribeirinhas, como as operações no rio Camexibó (ações de patrulha com LDM 305), a Operação Hitler (DFE8 executa duas emboscadas nos rios Nhafuane e Inxance), as Operações Via Láctea e Andromeda (operações de segurança no rio Cacheu, no âmbito da estratégia de contra penetração do General Spínola), e outras operações (por exemplo, a operação Grande Colheita). Chegou-se à conclusão de que as progressões eram muito lentas, difíceis e arriscadas, quer pelas características das embarcações, quer do ambiente. À semelhança das conclusões tiradas pelos americanos no Vietname, as canoas/pirogas eram muito mais ágeis e conseguiam manobrar em águas pouco profundas, para além de serem mais dissimuladas.

Com a chegada do General Spínola, em maio de 1968, dá-se uma completa mudança na estratégia da componente naval, materializada com a criação dos “Comandos Operacionais Permanentes (COPs), a quem o general atribui os DFE”. (CANN, 2016, p. 134). O COP 3 estabeleceu-se na base de patrulhas de Ganturé (rio Cacheu). As operações ribeirinhas que ocorreram nesta altura, “durante a primavera de 1968, [...] foram lançadas de bases móveis flutuantes e foram um grande sucesso.” (CANN, 2016, p. 135). O sistema de bases móveis permitiu, como se verificou nas Guerras da Indochina, alargar o alcance das patrulhas e apoiar toda a complexa rede logística que caracteriza estas operações. O sistema contribuiu para o sucesso de várias operações. Este sucesso fez surgir a ideia

ambiciosa de realizar operações ribeirinhas ofensivas nos santuários do PAIGC na Guiné e no Senegal, mas a ideia é abandonada devido ao risco de possíveis repercussões políticas, com uma exceção – A Operação Mar Verde. (Anexo III, fig. 48 e 49).

As Operações Mar Verde, Nebulosa e Gata Brava foram operações de referência para as forças portuguesas no âmbito da guerra ribeirinha. A Operação Mar Verde, a 22 de novembro de 1970, pela complexidade que acarreta, ainda hoje não é reconhecida oficialmente por Portugal. A Operação Nebulosa, teve lugar entre 15 e 27 de agosto de 1969 e consistiu na interceção e destruição de embarcações do PAIGC, ou de qualquer outra embarcação IN, no rio Inxanxe (onde ocorreu a neutralização da embarcação Patrice Lumumba, com 24 pessoas a bordo) (Anexo III, fig. 47) e a Operação Gata Brava, sete meses mais tarde, consistiu num raid com o mesmo objetivo que as anteriores, causar disrupção no sistema logístico do PAIGC. (CANN, 2016, p. 143).

c) Moçambique

O ambiente geográfico em Moçambique era bastante diferente dos restantes, mas a Marinha adaptou-se (Anexo III, fig. 51). Não existiam bacias hidrográficas como na Guiné nem grandes rios navegáveis como o Zaire, que constituíam terreno chave (*LOCs*) para o inimigo. Mas existia o Niassa, um lago mais parecido com um mar, devido às suas dimensões e características, que foi o local onde a capacidade ribeirinha se revelou. A Esquadilha de Lanchas do Lago Niassa (ELLN), “que cresceu de um barco patrulha, em 1964, para cinco embarcações de desembarque e nove barcos patrulha, em 1969”, interditava a penetração IN através do lago, apoiava os Fuzileiros nas suas operações e dava apoio logístico aos militares e às populações. Os DFEs conduziam emboscadas, patrulhas e raids, com regularidade, nas margens do lago e nas linhas costeiras (principalmente no Niassa e em Porto Amélia). (GIL, 2009, p. 6).

Dos três TO onde ocorreu a Guerra Ultramarina, Moçambique foi o último a ser abordado pelas forças portuguesas. O rio Rovuma, (CRUZ, 2009) cujas águas correm ao longo de quase toda a fronteira norte com a Tanzânia, foi um importante palco deste teatro, bem como o lago Niassa e os rios Zambeze, Save e Lúrio. O ambiente ribeirinho de Moçambique, considerando também toda a zona costeira adjacente ao oceano Índico, parecia, de início, permitir que a Marinha conseguisse sustentar bem as suas operações. Embora tal assim tenha ocorrido, conforme confirmado mais tarde, tornou-se um processo

bastante dispendioso para Portugal. Foi atribuída ao Exército, numa fase inicial, a responsabilidade de garantir a segurança da fronteira norte, ou seja, do rio Rovuma e, para esse fim, foi edificado um sistema de postos fixos intervalados ao longo das margens do rio, de onde partiriam as patrulhas terrestres com o objetivo de “policiar” a fronteira e o próprio rio. (CANN, 2016, p. 173). Esta estratégia inicial não funcionou. Os insurgentes conseguiam iludir/enganar as patrulhas terrestres facilmente, devido às características do terreno e ao melhor conhecimento que dele tinham. A ineficiência do exército em patrulhar um rio através das suas margens provou-se efetiva e a FRELIMO, consequentemente, aumenta as suas ações insurgentes, principalmente em Cabo Delgado e no Niassa, de 1964 em diante.

Como consequência deste insucesso, a Marinha é chamada com a responsabilidade de patrulhar a costa (no oceano Índico) e a fronteira norte (o rio Rovuma). (CRUZ, 2009, cap 2). Numa fase inicial a Marinha não dispunha dos recursos necessários para patrulhar efetivamente uma área tão vasta e, por isso, viu-se obrigada a concentrar os seus esforços no lago Niassa, tornando as suas ambições mais exequíveis. A estratégia seria patrulhar o Niassa e ir aumentando gradualmente a capacidade em patrulhas costeiras, a fim de prevenir as infiltrações da FRELIMO, por via marítima, e a extensão do conflito além-fronteiras, o que acarretaria consequências internacionais. Para os trabalhos do Niassa, a Marinha dispôs apenas de lanchas de fiscalização pequenas, lanchas de desembarque e Fuzileiros. No caso das patrulhas costeiras ao largo da costa de Moçambique, maioritariamente na zona de Cabo Delgado, a Marinha dispunha de uma maior variedade e quantidade de navios, nomeadamente fragatas, corvetas e lanchas de fiscalização e desembarque grandes. Apesar das limitações ao nível do pessoal (principalmente a falta de DFEs) e dos recursos físicos (embarcações, meios aéreos, equipamentos), as duas componentes da estratégia naval (oceânica e ribeirinha) provaram ser um sucesso marcante na história.

O Comando Naval de Moçambique (CNM) foi estabelecido em 1957 e cedo procurou edificar infraestruturas básicas de apoio à força naval e aos seus Fuzileiros, como quartéis, estações de radio e instalações portuárias. O apoio recebido pelo CNM nesta altura é escasso, dado grande parte do esforço ter sido encaminhado para Angola e para a Guiné-Bissau e resume-se a um reduzido número de embarcações (apenas F336 Alvares Cabral, F471 Bartolomeu Dias, A525 Almirante Lacerda, P360 Antares e o barco Tété).

À falta de recursos junta-se a falta de DFE que leva a CF2, destacada desde outubro de 1962 em Lourenço Marques (a fim de proteger as instalações navais) a criar um programa de treino em operações de contrainsurgência para o pessoal local. (CANN, 2007, p. 253). As hostilidades da FRELIMO iniciaram-se em finais de 1964 e os dois eixos de infiltração mais usados foram a travessia do lago Niassa e o rio Rovuma. O lago era considerado um “mar interior”. (CANN, 2016, p. 177). As suas águas sofriam influência de fenómenos naturais, como chuvas sazonais e fortes ventos de norte, que provocavam fortes ondulações e prejudicavam o trabalho das pequenas embarcações portuguesas. A FRELIMO, nas suas canoas, não pretendia a entrada em contacto com as forças portuguesas e preferia desenvolver as suas infiltrações sem confrontos diretos. A combinação de lanchas de desembarque e de lanchas de fiscalização com Fuzileiros revelou-se bastante efetiva no combate pelo domínio do litoral e pela disrupção da rede de infiltração inimiga no lago Niassa, que não o conseguia atravessar, o que fez com que a FRELIMO perdesse a componente logística das suas forças.

O principal desafio colocado às forças navais portuguesas, nesta campanha, foi a criação de um sistema de transporte, com caminhos de ferro e viaturas adaptadas (*transporters*), capazes de mover as embarcações desde o litoral até ao lago Niassa. (CANN, 2007, p. 259). Esta operação (operação Atum) (Anexo III, fig. 52) permitiu que se constituísse uma força naval permanente no Niassa, composta por 14 lanchas no lago e por mais duas em Porto Amélia, números em finais de 1969. As principais missões da esquadrilha (ELLN) eram a interdição do uso do lago pelo IN, o apoio às operações dos Fuzileiros, o apoio logístico às outras operações militares e o apoio às populações. E a sua principal preocupação eram os limites das águas territoriais portuguesas. Os insurgentes sabiam-no e aproveitavam-se disso para utilizarem as águas do Malawi. O problema ficou resolvido quando o Malawi garante a sua independência em 1964 e estabelece fortes relações comerciais com o regime do Estado Novo (para a construção de linhas ferroviárias) e passa a ser considerado país aliado (CANN, 2007, p. 269), o que veio permitir o aumento do alcance das patrulhas da esquadrilha, que passam a poder utilizar praticamente todo o lago para desenvolver a sua atividade. A principal ameaça à ELLN passa a ser a presença de minas. (CANN, 2016, p. 182).

As operações realizadas no oceano índico, nos arredores de Cabo Delgado, a nordeste do território, caracterizado geograficamente pela existência de várias bacias, ilhas

e ilhéus, também foram importantes no âmbito desta investigação. Os insurgentes deslocavam-se por mar vindos do norte e utilizavam os acidentes naturais da região costeira para se infiltrarem e dissimularem entre as populações. Portugal manteve sempre a presença naval em Porto Amélia, onde estava sediado o Comando de Defesa Marítima de Porto Amélia (CDMPA), com a responsabilidade de proteger e controlar as águas territoriais portuguesas e o litoral, realizar inspeções/revistas a embarcações suspeitas e assegurar apoio logístico (a militares e populações). Ao longo da Guerra foram atribuídas permanentemente seis embarcações a este comando, para que este conseguisse executar as suas missões. (CANN, 2016, p. 188). As fragatas e as corvetas atribuídas ao CDMPA estavam inseridas num sistema de rotação de forças. As fragatas desenvolviam principalmente operações de vigilância e apoiavam as operações ribeirinhas. Durante a noite tinham a capacidade de desembarcar uma vaga de botes de Fuzileiros, como aconteceu no arquipélago Quirimba. Cada fragata conseguia transportar uma vaga de botes (12 Zebros) e desembarcar um DFE em terra, aproximando-se apenas duas milhas náuticas de terra.

A Operação Atum (ver anexo III) foi um bom exemplo da necessidade que Portugal sentiu em aumentar a capacidade ribeirinha no lago Niassa, estabelecendo uma força naval permanente (ELLN). Apesar de todos os problemas associados a esta operação, como a transposição de pontes e a colocação das embarcações em cima dos meios terrestres, esta revelou-se vantajosa para as forças portuguesas porque permitiu a quebra do abastecimento insurgente, tornando as suas operações insustentáveis. As operações ao longo da costa assemelham-se em parte ao conceito atual de *Light and Fast*. Os Fuzileiros utilizavam as fragatas e as corvetas como bases móveis das quais lançavam as suas operações no litoral (geralmente raids e assaltos), através do desembarque de botes, reembarcando nos navios quando os objetivos da missão estavam concluídos.

1.3. O Legado e a Atualidade das Operações Ribeirinhas

Pode considerar-se que, relativamente aos conflitos ribeirinhos analisados decorrentes das experiências francesa, americana e portuguesa, existem mais

semelhanças entre eles do que diferenças, no que diz respeito às operações ribeirinhas e à forma como estas foram conduzidas. No entanto, devemos atender a que estas Guerras ocorreram em momentos históricos diferentes, tendo esse facto influenciado os cursos que tomaram. Os franceses, segundo RID & KEANY (2010, p. 11) iniciaram-se em cenário de contrainsurgência com a conquista da Argélia, em 1830 e acabaram essa mesma experiência, no mesmo sítio, cerca de 130 anos mais tarde, em 1962. Os franceses “evitam a expressão contrainsurreição ou contrainsurgência”. Contudo, a sua experiência na Guerra da Indochina, ou, dito de outra forma, na “guerra entre o povo” (RID & KEANEY, 2010, p. 11) foi provavelmente a mais rica e diversificada experiência ribeirinha de entre todas as que envolveram países da Europa. Tal como os seus sucessores americanos, foram obrigados a adaptar a sua doutrina e as suas operações de modo que as mesmas se tornassem eficazes. O esforço de adaptação ao ambiente operacional e ao inimigo foi notório em todos os conflitos analisados, mas como a experiência francesa foi a “primeira”, legou algum conhecimento mais tarde aproveitado pelos americanos e pelos portugueses. A Guerra da Indochina “demonstrou quase todos os aspetos possíveis do apoio naval”, dos quais dois foram particularmente importantes: “apoio *river-based* e *blockade*”. (RID & KEANEY, 2010, p. 115).

Na opinião do autor, os franceses sentiram a necessidade de abordar o problema da Indochina de forma total e integrada, mas cometeram alguns erros como, por exemplo: a manutenção de uma constante postura defensiva, articulada em torno de bases relativamente grandes; ofensivas de larga escala que contemplavam os princípios de demonstração de força e concentração/massa (tipo operações *cordon and sweep*) e, inclusivamente, ações humanitárias para tentar ganhar a confiança da população, que se tornavam ineficientes ou até prejudiciais à força. Mas os franceses foram-se apercebendo destes erros e foram alterando a sua forma de operar para se conseguirem adaptar e contrariar a tática do *Viet Minh*, redefinindo conceitos e criando outros novos que sustentassem estas novas adaptações, mais orientadas para a componente anfíbia. A *Dinassaut* foi a unidade que foi criada com esse objetivo e permitiu operar com eficácia num terreno ribeirinho muito pouco favorável a forças convencionais, contrariando as táticas de guerrilha do inimigo. A capacidade de transportar poder de combate embarcado e projetá-lo em profundidade no terreno foram fatores determinantes na luta contra a insurgência. Na batalha de *Dien Bien Phu*, por exemplo, os franceses não usufruíram

deste trunfo. Caíram no erro de subestimar a capacidade do inimigo e tentaram levar a guerra para uma componente mais convencional, não tendo sido bem-sucedidos, principalmente pelas características daquele ambiente montanhoso e selvagem, cujas operações em muito dependiam da aviação. A batalha de *Dien Bien Phu* foi um bom exemplo de que a guerra de contrainsurgência é uma guerra que deve ser lutada em vários postos pequenos, espalhados nos teatros de operações, mas que na realidade não pode ser ganha em nenhum, pelo simples facto de o IN não apresentar um centro de gravidade para ser atacado. Na opinião do autor, caso os insurgentes seguissem os princípios utilizados na guerra convencional e utilizassem uniformes, tal como os franceses, a Guerra da Indochina provavelmente teria acabado rapidamente, com a França a sair vitoriosa. Os franceses tinham a preocupação de não alienar a população, mas para isso era necessário operar com muita e precisa informação e essa não era uma tarefa fácil. A população local pode ser a melhor fonte de informação, neste tipo de cenários, mas as forças expedicionárias francesas nem sempre eram bem vistas pela população local. Isolar a população do *Viet Minh* era uma prioridade difícil de garantir. Na ausência de informação precisa, as forças francesas eram obrigadas a eliminar os insurgentes e a aceitar grandes números de baixas civis, bem como toda a pressão internacional que isso acarretava, desmoralizando consideravelmente o esforço francês.

Se a França se envolveu em guerra na região da Indochina com o principal objetivo de manter as suas ex-colónias, algo que ao longo do tempo se revelou muito pouco exequível, os americanos entraram em guerra na mesma região com o principal objetivo de evitar o efeito dominó. Embora os motivos pelos quais tenham entrado em conflito fossem diferentes, o ambiente operacional geográfico era o mesmo, e os problemas sentidos pelos franceses na luta contra o *Viet Minh* foram também sentidos pelos americanos na luta contra o *Viet Cong*. Os EUA tinham outro tipo de meios, quer em quantidade quer em qualidade (principalmente meios aéreos), mas nem sempre as condições do terreno permitiam a sua melhor e total utilização. À semelhança da França, os americanos orientaram grande parte do seu esforço militar para a componente ribeirinha, e o desfecho do conflito não reflete o sucesso da *MRF*. Em praticamente todas as operações que envolviam confrontos do tipo convencional, à exceção da ofensiva de *Tet*, as forças americanas prevaleceram. No entanto, o esforço insurgente conseguiu, ao longo da Guerra do Vietname, contrariar a estratégia norte-americana através da aplicação

de táticas de guerrilha e de operações psicológicas, que em muito contribuíram para a reunificação do Vietname sob governo comunista. Embora a *MRF* tenha salvo o delta do *Mekong*, a ofensiva de *Tet* contribuiu para a desestabilização militar e política dentro dos EUA, que passaram a desacreditar numa rápida vitória. O povo americano não encontrava uma justificação plausível para continuar na Guerra, atendendo ao elevado número de baixas, principalmente jovens militares inexperientes. Estavam desmoralizados, desmotivados e com muito pouco ou nenhum apoio internacional. Várias táticas utilizadas pelo VC causavam uma constante preocupação com a segurança e com a integridade das forças americanas e o medo fazia-se sentir. As armadilhas, as minas terrestres, a utilização de animais venenosos, os vastos sistemas de túneis e a dissimulação na população local foram algumas das táticas utilizadas pelas guerrilhas para fazer face à superioridade americana (principalmente poder de fogo). Na opinião do autor, o principal erro das forças americanas foi aperceberem-se tardiamente que a selva e o ambiente ribeirinho eram a casa do inimigo. Quem melhor conhecia o terreno e melhor o utilizou, de alguma forma prevaleceu. O papel da *MRF* foi fulcral para controlar e combater a insurgência nas zonas ribeirinhas, principalmente no sul do território. À semelhança das *Dinassauts*, a *MRF* foi a solução encontrada para conseguir combater continuamente um IN assimétrico e insurgente, que não queria lutar recorrendo a métodos convencionais por saber que ficaria em desvantagem. O fator surpresa, o bom conhecimento do terreno e a boa aplicação das táticas de guerrilha fizeram com que o conflito demorasse praticamente 20 anos, talvez ficando conhecido na história dos EUA como um dos seus maiores desastres, aos níveis militar, político e social.

No caso do Ultramar, a forma como foi conduzida a Guerra e a forma como terminou não diferem muito das experiências aliadas. Salazar acreditava que podia justificar o esforço de Guerra português considerando as províncias ultramarinas como parte integrante do nosso território nacional. (Ver Anexo III, fig. 30). No entanto, o desfecho da Guerra foi relativamente semelhante aos desfechos analisados anteriormente. Embora Portugal, na opinião do autor, tivesse prevalecido em termos militares, o término da Guerra e o processo de descolonização foram inevitáveis. “A Guerra era insustentável e impedia o desenvolvimento do país”. (FERREIRA, 2009, p. 458).

Durante toda a Guerra do Ultramar, as forças portuguesas experienciaram vários sucessos, nos três diferentes teatros de operações. As operações ribeirinhas e as operações

psicológicas (ação psicossocial, ajuda humanitária, aldeamentos) (WEMANS, s.d., 30') foram dois desses exemplos. A falta de meios e a condução da guerra com uma mentalidade de baixos custos inviabilizaram uma abordagem mais robusta e decisiva. Mesmo assim, as forças portuguesas foram resilientes e conseguiram garantir os seus objetivos, com poucos recursos e em desvantagem numérica (mesmo considerando o processo de Africanização). A execução dos ambiciosos projetos de construção naval e o direcionamento do esforço para uma componente mais anfíbia e ribeirinha trouxeram vantagens e permitiram combater, de forma continuada, em três países diferentes e distantes, mesmo considerando o apoio externo dado pelas nações comunistas aos movimentos de libertação.

A Guerra do Vietname mostrou que algumas ações militares de forças convencionais, armadas e uniformizadas, em ataques a insurgentes, causaram elevadas baixas na população civil e levaram a população local a apoiar a causa revolucionária. No caso português, o esforço para garantir uma boa relação entre militares e população local foi visível e revelou-se muito importante, não só nas operações ribeirinhas mas em toda a campanha do Ultramar.

As operações ribeirinhas, como nos mostra o passado, não só garantem as funções logísticas (transporte, infraestruturas, saúde, abastecimento, manutenção) a outras forças, num ambiente complexo, como também conseguem profundidade na projeção do poder de combate, que outras forças não conseguem.

O papel que as operações ribeirinhas tiveram no passado é irrevogável, e também será irrevogável no futuro. Considerando as aprendizagens passadas, na opinião do autor, é necessária inovação que torne as forças ribeirinhas mais eficientes. Independentemente disso, a capacidade ribeirinha nunca deve ser subestimada. Deve ser constantemente mantida, mesmo que ao nível mínimo, para que seja rapidamente empregue em caso de necessidade, uma vez que é muito dispendiosa, de edificação lenta, e bastante complexa. Deve ser considerada como mais uma ferramenta ao dispor dos comandantes militares para conseguirem alcançar os seus objetivos sendo por vezes a única forma encontrada para combater um inimigo assimétrico de forma continuada, num ambiente pouco favorável a forças convencionais.

Atualmente existem alguns fatores que podem mudar a visão que temos sobre a capacidade ribeirinha e a forma como foi utilizada no passado. A inovação tecnológica, a

robotização da guerra e a salvaguarda da vida humana são alguns desses fatores. Existem outros tipos de meios e métodos (como por exemplo os sistemas não tripulados e as operações distribuídas, respetivamente) que podem capacitar as forças ribeirinhas na execução das suas funções, de forma inovadora e mais eficiente. As operações ribeirinhas ao longo do tempo têm-se deslocado no espectro. De acordo com Rowlands (2018, p. 64) se no passado eram utilizadas em “*major combat operations*”, com o passar do tempo, a sua utilização canalizou-se para cenários de contrainsurgência e de assistência à segurança, onde predominam os conflitos de baixa intensidade.

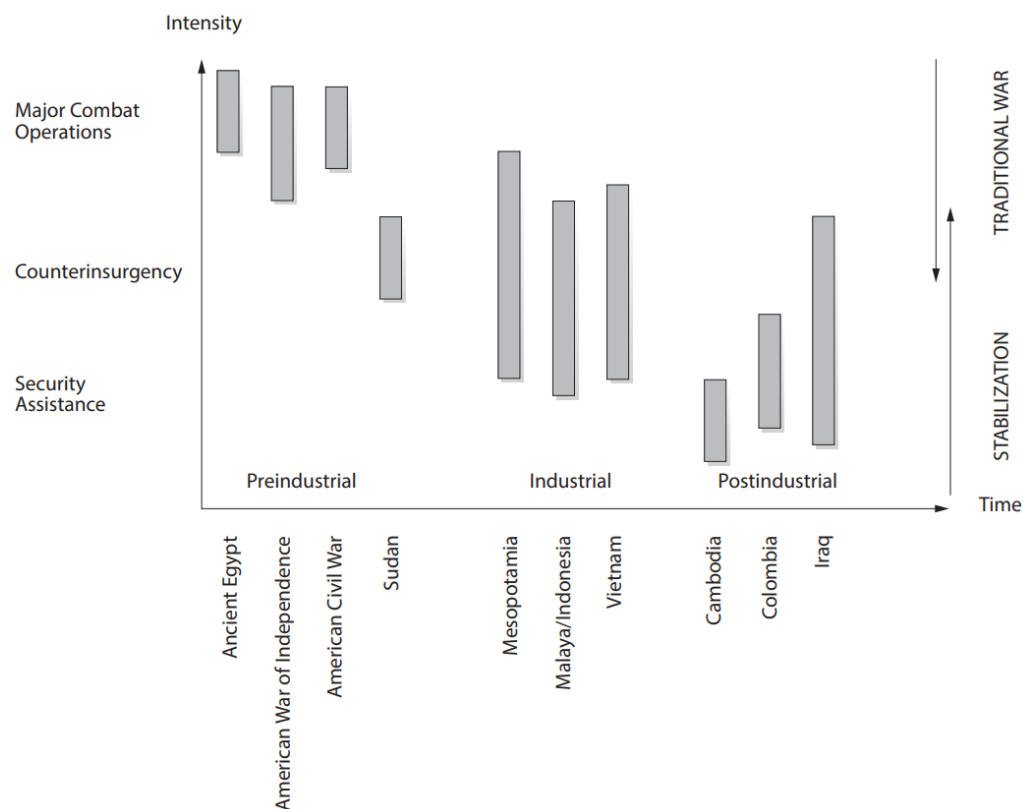


Figura 1 - Operações Ribeirinhas no Espectro do Conflito. Fonte: ROWLANDS, (2018), p. 64.

CAPÍTULO II

Definição e Caracterização dos Conceito Operacionais

2. Definição e Caracterização dos Conceitos Operacionais

No segundo capítulo desta investigação pretende-se apresentar os principais conceitos relacionados com a temática da dissertação. Através da revisão do material literário existente sobre operações ribeirinhas, pretende-se, numa fase inicial, introduzir conceitos que se consideram importantes para uma melhor perceção daquilo que se vai analisar adiante.

Será analisada a doutrina de operações ribeirinhas de diferentes países e organizações com o objetivo de identificar quais são os conceitos operacionais comuns e quais os que, por algum motivo, diferem. Atendendo a que cada país (ou organização) desenvolve a sua doutrina sob condicionantes que lhes são particulares (o contexto militar em que está inserida, as suas capacidades e limitações, as lições aprendidas de experiências passadas, as suas tradições, princípios e valores, entre outros fatores), podemos considerar que nem toda a doutrina existente sobre a temática é universalmente aplicável. Assim, a doutrina pode diferir de país para país, tornando inapropriada a sua aplicabilidade em alguns casos. À medida que o contexto militar global se altera (início da Guerra da Ucrânia e outros conflitos atuais) a doutrina tende a ficar obsoleta, carecendo de atualização constante.

Pretende-se nesta fase inicial identificar e analisar conceitos e procedimentos que se enquadrem na realidade nacional. Será caracterizado o ambiente operacional, ou ambiente ribeirinho, que é o palco destas operações, com o intuito de melhor as compreender. O conhecimento sobre o terreno (e a sua envolvente) é fundamental em qualquer operação militar, mas em operações ribeirinhas este fator revela-se prioritário, devido à complexidade que acarreta. Também será produzida uma definição de operações ribeirinhas, no âmbito deste estudo, que contemple os principais conceitos comuns presentes na doutrina analisada. Essa definição ambiciona enquadrar-se na realidade atual, não desconsiderando o historial destas operações.

2.1 O Ambiente Ribeirinho

Para se perceber a importância do ambiente ribeirinho num contexto operacional,

é necessário primeiro perceber a importância que os rios e sistemas hidroviários tiveram e continuam a ter no contexto da humanidade em geral e no contexto militar global em particular.

Humanidade e rios são indissociáveis. O abandono do nomadismo pelo Homem e a sua progressiva sedentarização após a descoberta da agricultura levou ao aparecimento de aglomerados humanos nas margens e vales dos rios. A zona do Crescente Fértil (Berço da Civilização) assistiu ao nascimento das primeiras cidades das grandes civilizações antigas nas margens dos rios Tigre, Eufrates, Nilo e Jordão. A história e a cultura chinesas estão intimamente ligadas aos cursos dos rios amarelo (Huang He) e azul (Yangtzé). A indiana ao rio Indo. “Todas as grandes culturas históricas... fluíram através do movimento dos homens, das instituições, das invenções e das mercadorias ao longo das autoestradas naturais de um grande rio.” (Mauch e Zeller, 2008, pag 1). Estas grandes áreas de terras ricas e férteis que permitiam acolher populações cada vez mais numerosas e cujos rios e sistemas ribeirinhos foram, durante grande parte da história, as principais vias de transporte para a exploração e desenvolvimento das suas terras, cedo geraram cobiça e levaram a conflitos entre vários impérios que procuravam o seu domínio. “O primeiro conflito internacional pelo uso da água ocorreu há mais de 4500 anos e envolveu duas cidades-estado da mesopotâmia – Umma e Lagash – que disputavam áreas das bacias dos rios Tigre e Eufrates, fundamentais para a irrigação da sua agricultura”. (PEREIRA, 2021).

A colonização do continente africano no séc. XIX não teria sido viável se não existissem rios navegáveis no seu interior. O império britânico expandiu-se para oeste através do Níger e da Gâmbia. Os belgas utilizaram o Rio Congo. Nesta época, os rios serviam muitas vezes como fronteiras ou limites naturais entre colónias por serem dos poucos elementos que constavam nos mapas. Atualmente, cerca de 1/3 das fronteiras terrestres contemplam ou coincidem com sistemas ribeirinhos e “estes podem tornar-se num bom motivo de disputa”. (EDWARD, 2009, p. 39). (ROWLANDS, 2018, p. 57).

Considerar que a importância dos rios para fins de comunicação e transporte diminuiu, ou tende a diminuir, poderá ser um erro crasso. Estima-se que na década de 1990 a 2000, cerca de 80% do tráfico de droga na Colômbia foi feito através destes sistemas, o que mais uma vez os revestem de importância estratégica. (WILLEY, 2004, p. 4 e 5).

O ambiente ribeirinho, pelas suas características, tende a ser mais vulnerável em termos de segurança militar. Normalmente, são zonas altamente povoadas que dependem muito dos rios para a agricultura, indústria, energia e transporte. Este ambiente está normalmente localizado em regiões estrategicamente relevantes, onde a “comunidade internacional tem interesse em manter a estabilidade”. (ROWLANDS, 2018, p. 57). Mas na realidade, o que é o ambiente ribeirinho?



Figura 2 - Fotografia ilustrativa da subida dos caudais do rio Tejo Fonte: Agência Lusa / CNN Portugal

Considera-se ambiente ribeirinho, para o efeito desta investigação, todas as zonas mistas (terra e água), deltas de rios, rios, ribeiras, bacias hidrográficas, lagos, lagoas, albufeiras, ilhas e ilhéus (em zonas costeiras), canais, a própria costa litoral e outros locais onde o ambiente terrestre e o aquático se “encontrem”. Estas zonas podem ser “consideradas uma extensão natural da costa, onde a influência da maré se pode fazer sentir com consideráveis amplitudes”. (BRITO, 2012, p. 6). No âmbito militar, estes sistemas podem ser considerados obstáculos (que requerem necessidade de transposição) ou linhas de comunicação (*LOCs*), dependendo da capacidade operacional da força que se estiver a considerar. É importante salientar que em muitas zonas ribeirinhas “as linhas de comunicação terrestres são escassas” (BRITO, 2012, p. 6).

O ambiente operacional pode ser verdadeiramente complexo de descrever e analisar. Um bom conhecimento e uma boa apreciação deste é vital, quer no planeamento, quer na execução de qualquer operação militar, mas nas operações ribeirinhas, o fator

“ambiente operacional” reveste-se de maior importância devido à sua complexidade. Este tipo de ambiente apresenta uma série de desafios e oportunidades únicas para as forças que nele operam. Assim, torna-se necessário, para uma melhor compreensão do ambiente operacional, considerar vários fatores que, direta ou indiretamente, influenciam essas forças. “As características deste espaço dependem de um vasto conjunto de fatores que as tornam diferentes das demais áreas.” (BRITO, 2012, p. 6). Desses fatores destacam-se: a topografia, a hidrografia, a navegabilidade, as condições climáticas e sazonais, a vegetação, as infraestruturas e obstáculos presentes no ambiente, os recursos naturais disponíveis e, um dos mais importantes, a interação com a população local. Este conjunto de fatores pode influenciar as forças ribeirinhas quanto às suas funções de emprego, mobilidade, segurança, logística, entre outras. (CÔRTE-REAL, 2016, p. 8 - 11).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) tem uma publicação inteiramente destinada à doutrina das operações ribeirinhas, cujo principal objetivo é, evidentemente, garantir a interoperabilidade entre os seus Estados-membros. Nessa publicação (ATP 08 Vol. 3), o ambiente ribeirinho é simplesmente definido como “uma área interior, costeira ou delta, que compreende terra e água, muitas vezes com *LOCs* terrestres limitadas ou inexistentes. As áreas provavelmente têm rios extensos e águas interiores (incluindo lagos), que providenciam rotas naturais de comunicação e transporte”. (NATO, 2020, p. 1-1). Considera-se um ambiente “tridimensional” (superfície, subsuperfície e aéreo) em que os rios (principais *LOCs*) constituem frequentemente “terreno-chave”. (NATO, 2020, p. 1-1).

A Organização das Nações Unidas (ONU) define este ambiente de forma muito idêntica à da NATO. Considera ainda que este ambiente é caracterizado “por sistemas hidroviários costeiros e/ou interiores, facilita a deslocação de bens e pessoas, [...], e localiza-se perto de zonas agrícolas, de zonas de criação de gado e de programas de desenvolvimento, nacionais e internacionais.” (UN, 2015, p. 10).

De acordo com a doutrina brasileira, a definição de “área ribeirinha” (equivalente a ambiente ribeirinho) é idêntica às anteriores, mas são acrescentadas algumas particularidades: a rede hidroviária “poderá servir como delimitação de fronteiras, via de penetração [...] ou rota [...] para o transporte de superfície”; “As variações de marés e regime de cheias poderão alterar o comportamento das águas interiores e, em consequência, a navegabilidade dessas hidrovias”. (MD33, 2020, p. 15).

Segundo o pensamento militar romeno, “o ambiente ribeirinho é um ambiente predominantemente anfíbio, normalmente delimitado por áreas próximas ou adjacentes a terra”. Do ponto de vista militar, “a percentagem água/terra é o que caracteriza o ambiente como ribeirinho”. Como faz notar o Coronel Lucian Valeriu, “o ambiente ribeirinho é frequentemente referido como ambiente fluvial”, de forma pouco correta, uma vez que esta doutrina considera que “o ambiente fluvial é uma componente distinta do ambiente ribeirinho”. (VALERIU, 2020, p. 155-156). Considera-se que o termo “ribeirinho” é um termo mais lato, enquanto “fluvial” remete particularmente para rios e canais navegáveis, e conseqüentemente, para forças fluviais.

Na realidade, qual é a importância de perceber o ambiente operacional ribeirinho? Segundo a doutrina Aliada de operações terrestres, a resposta pode constar na figura 3.

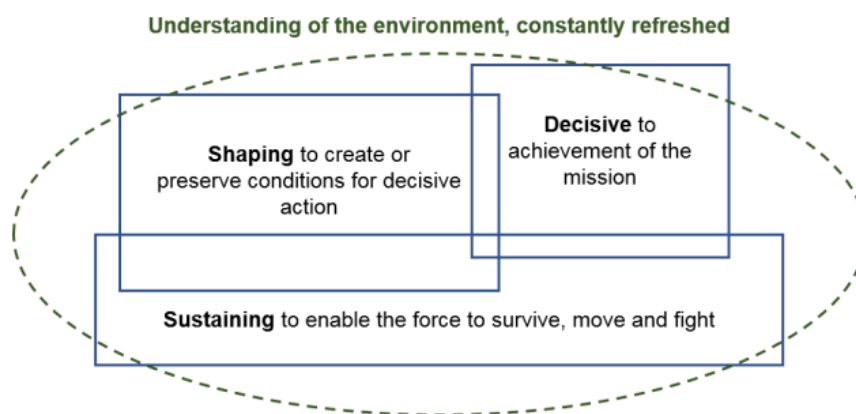


Figura 3 - Estrutura das Operações Militares Fonte: AJP-3.2, 2022, p. 61

2.2.Caracterização das Operações Ribeirinhas

Para esta investigação, com o objetivo de atribuir um sentido mais específico ao termo e servir como referência futura durante o decorrer da leitura, uma vez que é constantemente referido, foi elaborada uma definição de operações ribeirinhas. Esta definição ambiciona juntar e relacionar os principais conceitos descritos posteriormente pelas diferentes entidades, aproximando-se mais da realidade atual e do contexto nacional, a fim de se tornar mais completa e mais adequada à investigação. A definição idealizada é a seguinte: Operações ribeirinhas são operações militares cujo principal objetivo é conquistar ou assegurar o controlo de um sistema ribeirinho (rios e canais, deltas, bacias hidrográficas, ribeiras, barragens, e outros sistemas hidroviários), a fim de

permitir a sua utilização como espaço de manobra, por forças amigas, e negar a sua utilização a forças inimigas. Podem ser operações independentes ou operações em apoio a outras forças. Dividem-se em três tipos: operações ribeirinhas ofensivas, defensivas e de apoio.

O termo operações ribeirinhas não deverá ser confundido com outros conceitos, como operações anfíbias, *river crossing operations*, *littoral warfare* ou outros que possam remeter para um ambiente operacional idêntico ao ribeirinho. No caso das operações anfíbias, a NATO considera que são “(...) uma operação militar lançada do mar por uma força anfíbia para conduzir operações de desembarque nos litorais.” (NATO, 2017, p. 1-1). No que respeita às *river crossing operations*, segundo o FM 90-13, o objetivo destas operações é “projetar poder de combate através do obstáculo aquático”. (FM 90-13, 1992, c. 1). Relativamente à *littoral warfare*, este conceito remete para outro tipo de ambiente – o litoral. Mais concretamente para “as regiões relacionadas com ou existentes numa costa ou região costeira, sob controlo direto e/ou vulneráveis ao poder de combate de forças navais expedicionárias”. (MUNDY, 1994, p. 73). Ou seja, refere-se às “áreas marítimas costeiras e a essa porção de terra que é susceptivelmente influenciada ou apoiada a partir do mar”. (JDP 0-01.1, 2023, p. 33 e 34).

As “operações ribeirinhas são aquelas operações necessárias para alcançar e manter o controlo de um sistema hidroviário, bem como das suas áreas contíguas, com a finalidade de negar o seu uso ao inimigo. São operações conduzidas transversalmente a esses sistemas e combinam as características das operações navais, terrestres e aéreas.” (USMC, 1967, p. 2 e 3).

A Aliança Atlântica refere na sua doutrina que “as operações ribeirinhas podem ser consideradas como uma particularidade das operações anfíbias.” Salienta que cada “situação ribeirinha é única e que as forças ribeirinhas são várias vezes utilizadas fora do seu elemento puro”. São divididas em três categorias: “expedicionária” (em apoio às operações navais e terrestres), “defesa interna” e, em algumas nações, “forças de operações especiais”. (NATO, 2020, p. 1-1). “Estas categorias não são de todo exclusivas. Algumas forças ribeirinhas evoluíram para se tornarem capazes de realizar mais que o esperado (ofensivas e defensivas).” (NATO, 2020, p. 1-1). Foram adaptadas com sucesso para realizar operações de segurança marítima (MSO), operações de ajuda humanitária e apoio à catástrofe (DRHA), operações de proteção de força, interdição marítima e

cooperações de segurança. “Para estas operações é necessário estabelecer superioridade militar local” e fazer uma boa gestão de risco. (NATO, 2020, p.1-1). “As operações ribeirinhas de combate (*riverine combat operations*) [...] visam alcançar um ou mais dos seguintes objetivos: estabelecer controlo das hidrovias numa área geográfica; estabelecer controlo limitado de áreas terrestres específicas, da população e dos recursos; localizar e destruir forças inimigas, bem como as suas instalações e abastecimentos; estabelecer e garantir a segurança de uma área de operações.” (NATO, 2020, p. 1-2).

A NATO apresenta, sobre esta matéria, uma classificação tipológica mais completa por incidir, principalmente, no nível tático¹. Considera-se novamente que cada situação ribeirinha é “única e que os comandantes poderão ter de modificar as noções táticas encontradas na doutrina”. (NATO, 2020, p. 1-4). Refere que, em ambiente ribeirinho, se realizam “operações ribeirinhas ofensivas, defensivas e de apoio”. Considera-se também que as forças ribeirinhas da NATO fornecem “ativos” (embarcações patrulha e de assalto, forças de desembarque, meios *ISR*, forças de operações especiais) que permitem “moldar o campo de batalha”. Procuram “projetar poder em terra” explorando o “espaço de manobra ribeirinho.” (NATO, 2020, p. 1-3). Estas operações “baseadas no princípio da manobra, devem ser conduzidas por forças organizadas para a tarefa, devem apoiar as operações, desde a inserção de pequenas equipas de reconhecimento até ao movimento rápido de unidades maiores de manobra e devem criar ou explorar as vulnerabilidades do inimigo.” (NATO, 2020, p. 1-3).

A doutrina conjunta brasileira considera que estas operações são realizadas por “uma força organizada [...] para a missão, tomando em consideração o seu efetivo, a composição das forças e o apoio logístico necessário”, com o “propósito de atuar em terra, nos rios e no ar”. Deve ser uma força totalmente “integrada e ajustada para promover a mobilidade necessária, unidade de comando, controlo aéreo e superioridade de fogos, a fim de obter controlo total ou parcial de uma área ribeirinha ou a sua negação ao inimigo.” São operações “desencadeadas por forças militares” (combinadas ou conjuntas) que “empregam meios navais, terrestres e aéreos”, em “águas interiores e em áreas terrestres a elas adjacentes”. (MD33, 2020, p. 15).

A doutrina militar marítima holandesa engloba as operações ribeirinhas dentro das operações marítimas de combate, que por sua vez se dividem em dois tipos: operações

¹ Considerando os 4 níveis: Político, Estratégico, Operacional e Tático (geração de efeitos).

marítimas de combate no mar e operações marítimas de combate lançadas do mar. As operações ribeirinhas, à luz desta doutrina, inserem-se no segundo tipo pois são “aquelas que utilizam rios, deltas, lagos e outras hidrovias interiores navegáveis como espaço de manobra. Enquanto para as operações terrestres este espaço constitui um obstáculo, uma força ribeirinha é capaz de o utilizar para projetar poder de combate em terra.” (Royal Netherlands Navy, 2014, p. 336). Os “métodos para transpor obstáculos aquáticos, como *bridging* e *river crossing*, não fazem parte das operações ribeirinhas, mas sim das operações terrestres.” (Royal Netherlands Navy, 2014, p. 336). Estas operações podem ser conduzidas como “operações militares independentes, ou como parte de uma operação terrestre ou marítima”. A operação ribeirinha “geralmente faz parte de uma operação anfíbia quando os rios servem como extensão marítima, no domínio terrestre”. “Também podem servir como uma das “rotas de transporte” para o movimento navio-objetivo (*STOM*)”. São normalmente “conduzidas por uma *riverine task force* que dispõe tanto de veículos (anfíbios) como de navios. Os helicópteros também podem ser atribuídos a essa força, se necessário”, que precisa de ter um “nível elevado de autossuficiência logística.” “Em operações de curta duração ou pequena escala, como por exemplo sendo parte de uma operação anfíbia, pode ser utilizado um *RAG (riverine action group)*.” (Royal Netherlands Navy, 2014, p. 337).

A doutrina holandesa identifica ainda outras características dos rios e das águas interiores: “os rios e as águas interiores são normalmente pouco profundos (*shallow water*), o que significa que poderão existir correntes fortes”; “existe um alto risco de obstáculos (bancos de areia, árvores caídas, pontes baixas, etc.)” e “existe um elevado risco de emboscadas, visto que a vegetação e as infraestruturas tornam os campos de tiro e visão obscuros.” Estas circunstâncias, numa primeira instância, indicam-nos que para operar em ambiente ribeirinho é “necessária muita informação”. “Informação ambiental específica é um requisito para se poder operar em águas interiores”. Também é notório que para operar neste ambiente “as embarcações devem ser limitadas no seu tamanho (calado, deslocamento, comprimento), devem ser capazes de atingir altas velocidades (escapar a emboscadas) e devem ser resilientes e ter poder de fogo suficiente (para suprimir ameaças)”. (Royal Netherlands Navy, 2014, p. 337).

A doutrina romena considera que operação ribeirinha é “uma ação militar realizada numa área geográfica complexa, chamada área ribeirinha, por forças que têm

meios específicos de combate e transporte, para a projeção da força através do mar, rios, lagos ou áreas adjacentes, em terra, na água ou no ar, enquanto operação independente ou em apoio a operações anfíbias ou outras operações.” (VALERIU, 2020, p. 158). Salienta-se nesta doutrina o facto de que “as particularidades do combate em ambiente ribeirinho não diferem das particularidades do combate em ambiente anfíbio (operações anfíbias), porque ambos os ambientes são semelhantes e até interligados.” Considera ainda que “as operações ribeirinhas se têm tornado um tema atual e várias frotas (marinhas e guardas-costeira) estão a incluir a capacidade ribeirinha nestas operações.” (VALERIU, 2020, p. 159).

Para as Nações Unidas, as operações ribeirinhas “são conduzidas por forças com treino e capacidades únicas. A principal vantagem destas operações é a capacidade de integrar e empregar vários tipos de meios, para uma inserção rápida nos centros populacionais e de comércio.” (UN, 2015, p. 11). Estas operações permitem, no quadro das Missões das Nações Unidas, “manter profundidade, flexibilidade e agilidade operacional, especialmente quando são realizadas em conjunto e dispendo de forças de reserva”. Segundo a doutrina das Nações Unidas, as operações são divididas em três tipos: “Segurança, Reconhecimento/Vigilância e Apoio”. (UN, 2015, p.11-13). No primeiro tipo, a ênfase é colocada sobre a segurança marítima, vista como a capacidade de empregar meios de dissuasão e fiscalização para proteger as embarcações e as infraestruturas que as sustentam. No segundo, é destacada a importância da recolha e análise de informação relativa às condições de navegabilidade e segurança das hidroviárias, especialmente em zonas mistas próximas de centros populacionais, por serem prováveis alvos de hostilidade. Relativamente ao apoio, as Nações Unidas consideram que as forças ribeirinhas podem desempenhar ações de apoio logístico ou de combate, “principalmente quando a mobilidade hidroviária é mais eficaz, ou por vezes, a única opção”. Dentro desta categoria são incluídas as “operações de transporte de pessoal, meios e abastecimentos, inserção de forças terrestres, apoio de fogos, apoio a operações de inativação de engenhos explosivos (*EOD*), de busca e salvamento (*SAR*), de evacuação de não combatentes (*NEO*) e operações de assistência humanitária e apoio à crise (*HADR*)”. (UN, 2015, p. 12-13).

2.3. Empregabilidade de Forças Ribeirinhas

“As forças ribeirinhas devem estar equipadas e ser treinadas para operar independentemente ou em conjunto com forças navais, terrestres, aéreas e de operações especiais, ao nível tático.” (NATO, 2020, p. 1-2).

O emprego de forças ribeirinhas poderá ser complicado de analisar devido às inúmeras missões que lhes podem ser atribuídas. Desde ofensivas, defensivas e missões de apoio, existem várias tarefas e sub-tarefas ribeirinhas que podem ser inseridas nestas três tipologias. Como foi visto anteriormente, as forças ribeirinhas podem e são normalmente empregues fora do seu elemento puro. Isto significa que os comandantes podem e devem reorganizar as suas forças ribeirinhas para a tarefa/missão, aumentando inevitavelmente a quantidade e a tipologia de tarefas que estas podem realizar. Verificou-se que as forças ribeirinhas fornecem meios que permitem moldar o campo de batalha. Em concordância, os “comandantes podem organizar as forças ribeirinhas para apoiar outras operações e/ou os planos de segurança.” (NATO, 2020, p. 1-3).

Um fator chave para o conceito de emprego de forças ribeirinhas é a integração dos meios. Os comandantes das forças ribeirinhas devem “integrar meios aéreos e de superfície, veículos, armamento e pessoal especializado, dentro da sua área de operações (AO), sendo apropriadamente apoiados por meios de comando e controlo (C2) e meios de informações, vigilância e reconhecimento (ISR)”. (NATO, 2020, p. 1-4). O emprego tático destas forças é afetado pelas condicionantes ambientais e climáticas das áreas ribeirinhas. É condicionado também pela especificidade e sofisticação dos sistemas de armas inimigos, tendo especial impacto na escolha dos equipamentos e meios utilizados pelas nossas forças para realizar estas operações. Uma força ribeirinha deve contribuir para a profundidade do poder de projeção em terra. É um desafio controlar os rios navegáveis, as suas margens e o tráfego fluvial, sem o apoio de forças em terra ou coordenação com unidades adjacentes. As operações neste ambiente provavelmente consistem nas seguintes tarefas: controlar o rio; desenvolver ações ofensivas e defensivas no ambiente ribeirinho (incluindo margens, deltas, etc.); e conduzir missões de apoio utilizando o rio como LOC. (NATO, 2020, p. 1-4).

A inserção ou infiltração de uma força ribeirinha no campo de batalha requer o “estabelecimento de uma *forward operating base (FOB)* ou de um *forward logistic site*”,

que pode estar localizado em terra (fixo) ou na água (móvel), a partir do qual a força opera. (NATO, 2020, p. 1-4).

A missão, o C2 e a organização da força variam dependendo da operação. Embora as forças ribeirinhas não sejam treinadas e equipadas para *forcible entry operations*, nem para operações ofensivas/defensivas de larga escala, devem ser organizadas, treinadas e equipadas com o objetivo de aumentar as capacidades operacionais dos comandantes que estão a ser apoiados, a fim destes atingirem a superioridade militar naquela área. As missões típicas incluem patrulhas, controlo de rios e águas interiores, operações ribeirinhas ofensivas e defensivas e assistência militar. (NATO, 2020, p. 1-4).

Segundo o *ATP-08 Vol III – Riverine Operations*, podemos considerar sete tipos de emprego tático de forças ribeirinhas: “Operações de segurança; Assistência militar ribeirinha para a *CIMIC*; Presença ou demonstração de força; Inserção e extração de forças; Assistência humanitária; Operações ribeirinhas (que incluem ações como: estabelecimento do controlo das hidroviias numa área geográfica; *deception operations*; impedir/negar o uso das hidroviias; localizar e destruir abastecimentos, bases e forças hostis dentro da área ribeirinha; apoio logístico; tarefas *CIMIC*; apoio de fogos; apoio às *IO*; fornecer contramedidas de minas (*MCM*) se necessário; recolha de pessoal, proteção de força, apoio conjunto, neutralizar ameaças *EOD*, combate a *IED*; operações de salvamento e evacuações de feridos) e Outras operações.” (NATO, 2020, p. 1-6).

É perceptível que o emprego tático de forças ribeirinhas possa ser variado e será tanto mais variado e flexível quanto maiores forem as suas capacidades, a operar em plenitude, ou seja, em *FOC (Full Operational Capability)*. No entanto, perceber as necessidades e implementar os princípios da capacidade ribeirinha (simplicidade, flexibilidade, adaptabilidade, abordagem manobrista) é um processo lento que necessita de lições aprendidas em experiências passadas para se desenvolver, evoluindo de forma a moldar-se à atualidade das operações ribeirinhas. Para compreender o presente é necessário recuar no tempo e aprender com quem experienciou esta capacidade. Portugal é disso um excelente exemplo. No Ultramar, a capacidade ribeirinha da Marinha Portuguesa e dos seus Fuzileiros foi bastante notória, constituindo bom caso de estudo. O emprego tático diferia de operação para operação mas os princípios eram idênticos. O mesmo aconteceu na Guerra da Indochina e mais tarde na Guerra do Vietname. Embora estes conflitos tenham ocorrido em períodos e contextos diferentes, evidenciaram a

necessidade de empregar a capacidade ribeirinha para sustentar as operações em terra.

CAPÍTULO III

Identificação e Análise de Procedimentos Doutrinários

3. Identificação e Análise de Procedimentos Doutrinários

No terceiro capítulo desta investigação pretende-se identificar e analisar os procedimentos doutrinários relativos ao planeamento e execução de operações ribeirinhas. Serão analisadas as funções conjuntas (*joint functions*) que a *NATO* considera na sua doutrina de operações terrestres, adaptando-as às operações ribeirinhas.

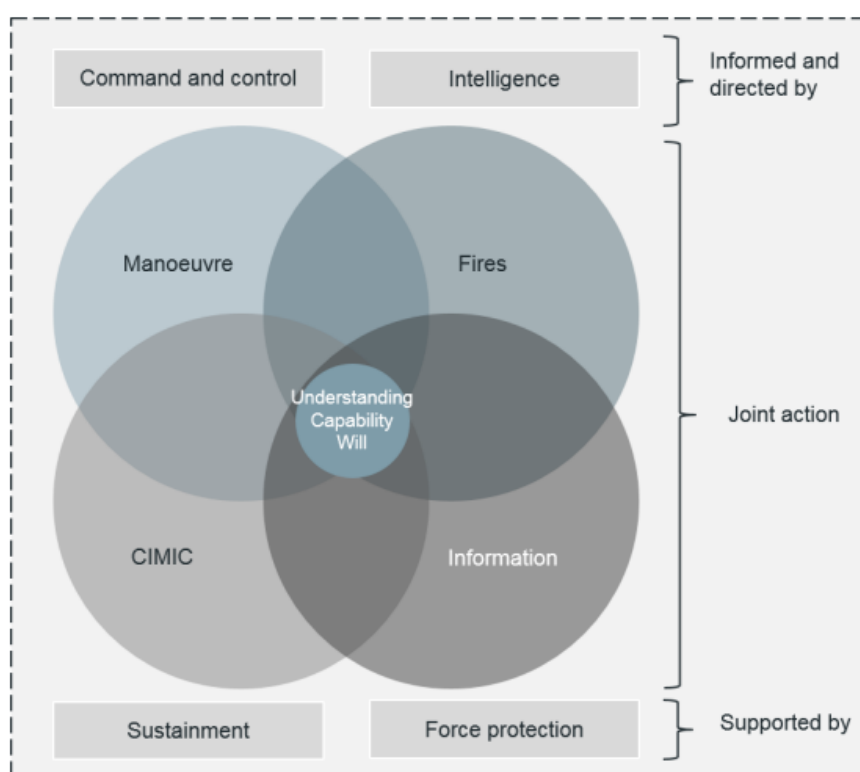


Figura 4 - NATO Framework Fonte: AJP-3.2, 2022, p. 45

O conceito de poder de combate é utilizado pela doutrina Aliada para descrever, quer a eficiência e a capacidade operacional das suas forças, quer as do(s) seu(s) inimigo(s). A utilização do poder de combate, a fim de atingir determinado objetivo ou de gerar determinado efeito, está dependente de três componentes interligadas: a componente moral, a componente conceptual e a componente física. Todas estas componentes devem ser avaliadas quando queremos considerar o poder de combate de uma unidade. Na figura abaixo podemos ver essas componentes e o contexto em que se inserem. Podemos considerar que a componente moral é a capacidade de fazer com que

os militares combatam (querendo), fazendo-o de forma apropriada e justificada. Esta componente pode depender de conceitos como liderança, conduta ética e a própria cultura da força, influenciando a sua moral. A componente conceptual resume-se à percepção e à aplicação da doutrina, bem como à sua constante aprendizagem e adaptação. Inclui a percepção que a força tem sobre a situação e sobre o ambiente operacional e sobre a interoperabilidade com outras forças, no caso de serem forças multinacionais. A componente física é a mais quantitativa, na medida em que o conjunto de fatores que a compõem se revestem de um carácter mais mensurável, como pessoal, equipamento, treino, sustentação e prontidão.

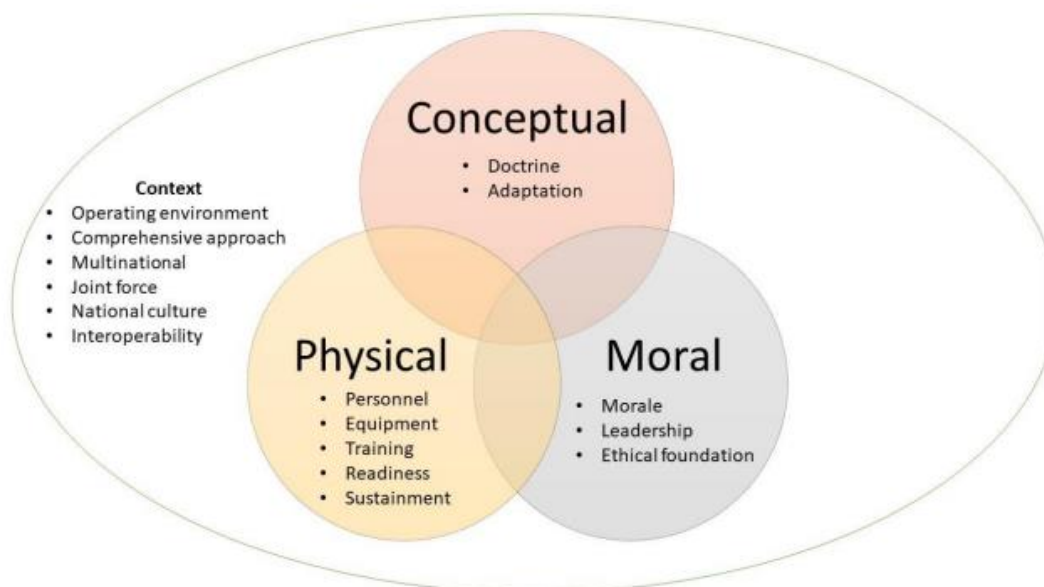


Figura 5 - As componentes do poder de combate Fonte: AJP-3.2 ed. B vs 1

O poder de combate é medido pela sua eficácia (*combat effectiveness*). Esta é definida pela “capacidade de uma unidade, força, ou equipamento em realizar missões ou funções atribuídas.” (AJP-3.2, 2022, p. 18). Identificar e analisar as funções conjuntas (*joint functions*) poderá ser um bom ponto de partida para se identificar e analisar os procedimentos doutrinários referentes à capacidade operacional ribeirinha, uma vez que esta é mais difícil de quantificar devido ao ambiente, às características das forças e à diversidade de missões que estas podem executar.

3.1. Comando e Controle

A eficácia no comando e controle de operações ribeirinhas “pode ser complicada pela natureza do ambiente operacional, necessidade de integração de forças díspares com tarefas diferentes, mas complementares e de apoio e coordenação necessária para otimizar o uso das forças de apoio.” (NATO, 2020, p. 2-1). Independentemente do tipo de emprego das forças ribeirinhas, “as operações ribeirinhas são complexas e inerentemente colaborativas.” (NATO, 2020, p. 2-1). A NATO sugere, para o comando de operações ribeirinhas, um único comandante, ao nível tático, dentro do espaço de batalha designado, devendo essa nomeação resultar de uma de três opções: “o comandante da força conjunta (JFC) nomeia um comandante de componente (CC): *JFMCC*, *JFLCC* ou *JFSOCC*”; “o comandante de componente (CC) nomeia um subordinado para comandar a força ribeirinha” (por exemplo, o *JFMCC*, pode optar por nomear o *CATF* ou o *CLF* para assumir este cargo); ou o *JFC* nomeia o comandante da força ribeirinha como sendo um comandante de uma força adicional a operar pelo seu próprio direito. (NATO, 2020, p. 2-1).

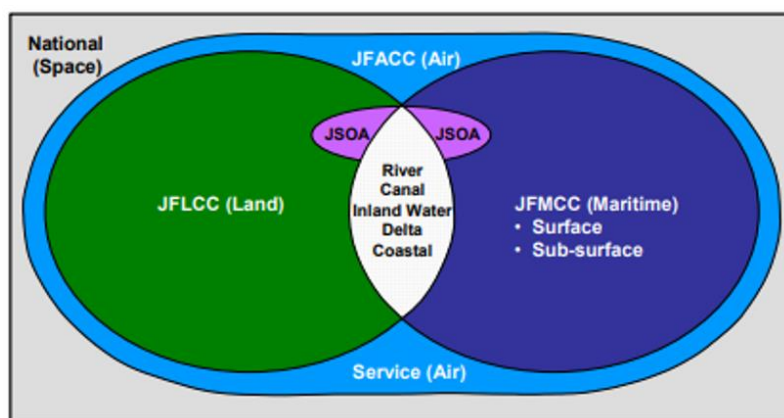


Figura 6 - Áreas de Operações dos Comandantes de Componente. Fonte: BENBOW, 2006, p. 46

Como podemos constatar, na figura 4 não existe referência ao *JSOCC*. Segundo Benbow (2006, p. 46) podem ser retiradas algumas ilações da análise do gráfico: o domínio marítimo (no sentido físico) “pode cair sobre a alçada de um *JFLCC*, *JFMCC* ou *JFSOCC*”; unidades de diferentes componentes podem operar nas áreas uma das outras; as linhas orientadoras para garantir o C2 podem ficar “distorcidas e a *situacional*

awareness (SA) pode-se perder, se as forças estiverem a operar com muita proximidade uma das outras”; os comandantes devem realizar um planeamento extensivo que contemple ações de coordenação e de retirada, “evitando o fratricídio”; “podem surgir problemas quando um rio é utilizado como limite”, por exemplo, a Marinha pode conduzir operações de interdição marítima (*MIO*) e/ou operações de contramedidas de minas (*MCM*) nos rios enquanto o *JFLCC* é responsável por comandar as operações nas margens do rio. O *JFLCC* e o *JFMCC* devem estar coordenados e evitar o conflito de responsabilidades entre si. (BENBOW, 2006, p. 46-47).

A escolha do comandante da força ribeirinha deve recair sobre aquele que, no momento da escolha, dispuser de melhores capacidades (meios, forças, conhecimentos/experiência) para exercer esse comando. Esse assumirá o comando tático (*TACOM*) de todos os elementos ribeirinhos adicionais que não estão permanentemente sob o seu comando. As relações de apoiante-apoiado entre o comandante da força ribeirinha e os comandantes das componentes marítima, terrestre e operações especiais serão definidas pelo *JFC*. As transferências de autoridade (*TOA*) devem ser planeadas e coordenadas. O comandante da força ribeirinha também se deverá coordenar com a autoridade aérea apropriada para garantir o controlo do espaço aéreo. Este, é tipicamente apoiado pelo seu staff, com comunicações e capacidade logística, e por um posto de comando, quer seja fixo (mais avançado/recuado no terreno) ou móvel (embarcação patrulha, meio anfíbio, meio aéreo, etc.). Sempre que seja possível, o posto de comando da força ribeirinha deverá ser embarcado num meio apropriado para o efeito, fornecendo mobilidade à força e permitindo o avanço no terreno sem a necessidade de estabelecer um PC fixo avançado. (NATO, 2020, p. 2-2).

Na figura abaixo podemos observar dois exemplos distintos de estruturas de comando para riverine task units (*RTUs*), neste caso, holandesas. À esquerda, verifica-se que a *RTU* pode estar em apoio a um *CATG* permitindo a manobra de superfície e contribuindo para a abordagem manobrista, a fim de inserir uma *LF* em terra (*Ship-to-Shore Manoeuvre – STSM*) ou diretamente no objetivo (*STOM*). À direita, verificamos que a *RTU* também pode estar em apoio direto à *LF*, após uma fase inicial de desembarques, com o objetivo de garantir o controlo, por exemplo, de uma zona delta.

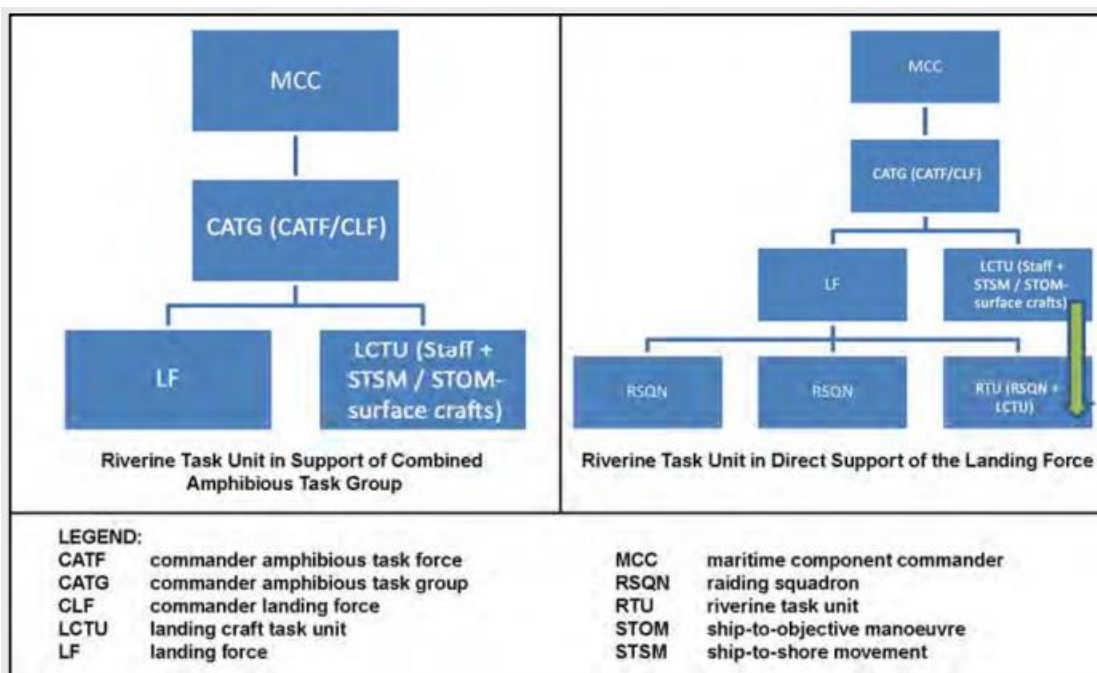


Figura 7 - Esquerda: RTU holandesa em apoio a um CATG - Direita: RTU holandesa em apoio direto à força de desembarque. Fonte: ATP-08(D) VOL III

Robert Benbow considera algumas tarefas funcionais (*functional tasks*), no âmbito do comando, controlo e comunicações em operações ribeirinhas. Destas tarefas destacam-se: o planeamento conjunto apoiado pelas informações conjuntas (*joint intel products*); criar um “sistema de comando e controlo orgânico para fogos e manobra”; integrar os fogos e a manobra diretamente nas unidades de combate terrestres; entre outras. (BENBOW, 2006, p. 55).

A experiência da Guerra da Indochina deixou claras a importância da existência de relações de comando sinérgicas entre as diferentes forças e a necessidade de uma junção permanente das capacidades das forças terrestres do exército com as capacidades das embarcações da marinha. A eficácia das *Dinassauts* teria sido potenciada se se tivessem juntado de forma continuada e sob o mesmo comando, as duas componentes, o que não aconteceu (facto que também não se iria verificar mais tarde na experiência americana). O objetivo seria organizar um grupo anfíbio/ribeirinho que fosse capaz de responder aos requisitos operacionais das componentes marítima e terrestre, sem as dificuldades, ao nível de comando e controlo, inerentes à junção de forças de dois ramos distintos, sob dois comandos, numa só unidade, a *Dinassaut*. Este objetivo poderia ter sido atingido se tivesse existido mais tempo para constituir tal força anfíbia e treiná-la,

sob um comando único. Apesar de tudo, os esforços que os comandantes do exército e da marinha (e os seus staffs) tiveram ao nível da cooperação e coordenação, quer no planeamento, quer na execução das operações ribeirinhas, “foram satisfatórios”. (FULTON, 1985, p. 16-17).

As embarcações utilizadas para exercer o comando e controlo eram normalmente os *LSSL* e os *LSILs*. Estas embarcações com cerca de 220 toneladas de deslocamento eram robustas em termos de comunicações táticas, tinham a capacidade de dar apoio de fogos (com tiro direto e indireto) e ainda tinham uma ponte alta, o que permitia aos comandantes terem uma observação mais desobstruída e direta sobre aquilo que os rodeava. (KENNEDY, 2001, p. 53).

Na Guerra do Vietname, de modo a facilitar o comando e controlo, o território foi dividido em quatro zonas distintas, denominadas *Corps Tactical Zones - CTZs*. (Anexo II, fig. 19 e 20). O delta do *Mekong* ficava na *IV CTZ*. Neste conflito, a fim de explorar os rios e canais do delta do rio *Mekong*, foi visionada a *Mekong Delta Mobile Afloat Force*. Esta força tinha as suas bases a bordo (*mobile bases*), em navios anfíbios modificados, o que permitia que a força tivesse os seus postos de comando (principalmente em *APBs*) móveis no terreno, acompanhando as operações das forças de assalto com maior mobilidade e eficácia. Foi este conceito de *Mobile Afloat Force* que levou à posterior criação da força conjunta marinha-exército, a *MRF*. (BASSETT, 2014, p. 14-15). A *MRF* contava igualmente com bases em terra, fundamentais para se poderem constituir as bases móveis, principalmente por questões logísticas, sendo disso exemplo a “gigantesca” base de Dong Tam, edificada por ordem do General Westmoreland que ordenou a dragagem da lama do rio *Mekong*, para esse efeito. (SPANGLER, 1995, p. 8). Mas o sistema de bases móveis provou ser mais eficiente para combater naquele particular ambiente, pois conferia um aumento de mobilidade às forças.

Os *COMUSMACV* e *COMNAVFORV* (Anexo II, fig. 23, 26 e 27) general Westmoreland e almirante Ward, respetivamente, sentiram a necessidade de criar a *MRF* dada a falta de um elemento de infantaria de assalto nas forças das operações *Market Time* e *Game Warden*. O comandante da *II Fiel Force, Vietnam (II FFV)*, general Bruce Palmer, exercia o controlo operacional sobre o elemento terrestre da *MRF*. As forças do exército eram lideradas pelo general William Fulton. O almirante Ward exercia o controlo operacional dos elementos navais da *MRF*, liderados pelo comandante Wade C. Wells.

De acordo com a doutrina anfíbia, o comandante Wells controlava a força conjunta enquanto ela estava em movimento e transferia essa autoridade para o general Fulton quando desembarcava. Esta relação de comando não era a perfeita, mas revelou-se cooperativa entre os dois comandantes. Em teoria, cada ramo deveria exercer o controle tático das respectivas forças. Na prática, o comandante Wells reconhece que, a partir do momento em que o exército passa a ter mais forças do que a marinha, dentro da *MRF*, e oficiais mais qualificados (e staffs) para comandar essas forças, seria mais apropriado o exército comandar toda a força conjunta. (MAROLDA, 2015, p. 30).

Como exposto anteriormente, esta força ribeirinha era composta por duas componentes principais: a *Mobile Riverine Base* e dois *River Assault Squadrons*. A primeira era composta por *APBs* configurados/modificados para servirem como centros de comando e controle, por *LSTs* que serviam de aquartelamento e apoiavam as embarcações mais pequenas, por rebocadores portuários e por lanchas de desembarque grandes que conseguiam transportar e apoiar uma brigada inteira do exército, os seus elementos de apoio de combate e as embarcações ribeirinhas. (UHLIG, 1986, p. 291). Os navios maiores também tinham um heliporto e as suas capacidades para operar em águas pouco profundas permitia que estes operassem em águas costeiras perto da linha de costa e nos rios afluentes do *Mekong* (FULTON, 1985, p. 27). Os *River Assault Squadrons* forneciam mobilidade tática na água. Cada um era capaz de levar os elementos de combate de um batalhão de infantaria reforçado e cada um era composto por 2 *CCBs* (*Command and Control Boats*), 26 *ATCs*, 5 *monitors* e 16 *ASPBs*. Os *ATCs* foram modificados para terem capacidade de operar helicópteros e se constituírem como postos de comando móveis, embora também tivessem a capacidade de reabastecer e de dar apoio médico. (UHLIG, 1986, p. 291). Os comandantes, sempre que possível, controlavam as operações a partir do helicóptero ou em embarcações adaptadas, para facilitar o comando e controle das mesmas.

Inicialmente, o C2 foi difícil de determinar dentro da organização conjunta porque ambos os comandantes (marinha e exército) tinham as cadeias de comando separadas, embora respondessem ao mesmo comandante, o *COMUSMACV* (General Westmoreland). Dependendo da missão das unidades, o *task force commander (TFC)* podia ser da marinha ou do exército, dado importante para a atualidade das operações ribeirinhas, uma vez que a doutrina atual defende que a cadeia de comando deverá centrar-

se no *MCC*, inclusivamente nas operações em terra. Os exemplos históricos fazem-nos relembrar que, em operações ribeirinhas conjuntas, o problema da unidade de comando deve ser resolvido para atingir o sucesso da missão. (STOLZENBURG, 2008, p. 13-14).

De acordo com David Spangler, da *USN*, o “único problema crítico de comando e controlo, e que foi rapidamente ultrapassado [...], foi a falta de um comandante local que estivesse encarregue das duas componentes.” (SPANGLER, 1995, p. 51-52). O general Westmoreland, foi o primeiro comandante a comandar as duas componentes, marítima e terrestre. À época, revelou-se ser uma circunstância interessante. Cada embarcação ribeirinha era comandada por *enlisted men*, as divisões por oficiais subalternos, e os *river squadrons* por oficiais superiores. E todas eram, por diversas razões, comandadas por um oficial general do exército, geralmente embarcado na *Mobile Riverine Base*. (SPANGLER, 1995, p. 51-52). Uma delas era o facto de existir um perímetro de segurança com unidades de infantaria do exército à volta da *MRB*, que ficava fundeada no meio do rio. O grosso dessa força de segurança era constituída por unidades do exército americano e as TTPs que as forças de desembarque utilizavam quando chegavam a terra eram mais adaptadas à doutrina de operações terrestres, o que pode justificar a necessidade de um oficial general embarcado. No anexo II pode ser visualizada a estrutura de comando da *MRF*.

A tradicional doutrina anfíbia, que determina que a marinha mantém o comando operacional até ao momento do desembarque em terra das forças terrestres, foi desafiada, dado não ser prático a sua aplicabilidade no ambiente ribeirinho, onde as forças embarcavam e desembarcavam por diversas vezes em poucos dias, funcionando por essa razão apenas como apoio direto às unidades do exército. (SPANGLER, 1995, p. 60-61). Segundo Stolzenburg, existiu e ainda existe um problema na doutrina ribeirinha emergente. Os rios muitas vezes “fluem para fora do típico espaço de batalha do *JFMCC*” e a hesitação, por parte da marinha, em aceitar que a maior parte das operações ribeirinhas não estarão normalmente sob alçada de um *JFMCC* poderá causar problemas ao nível do C2. (STOLZENBURG, 2008, p. 47-48).

Na prática, a *MRF* operava como *task element* da divisão do exército (*9th Infantry Division*), não respondendo a um *joint task force commander (JTFC)*. Os dois ramos respondiam aos seus comandantes, separadamente. O controlo operacional cabia a cada ramo, individualmente, mas o controlo tático dos elementos de apoio da marinha cabia ao

exército. Esta relação de comando única dependia fortemente de uma cooperação e coordenação próximas entre os comandantes da brigada e da frota ribeirinha, obrigando a um comando centralizado ao nível dos staffs, o que trouxe outros problemas. Como os postos dos comandantes não eram coincidentes, os seus staffs não eram comparáveis. Estavam em níveis distintos.

Até ao início da Guerra do Ultramar, a presença da Marinha nas águas territoriais das suas colónias é pouco significativa. O início do conflito obrigou por isso a uma profunda reorganização da Armada e o primeiro passo foi dado quando, em abril de 1957, são criados os Comandos Navais de Angola e Moçambique, com carácter mais central, e os Comandos de Defesa Marítima, que estavam sob a alçada dos primeiros, com uma natureza mais territorial. Os Comandos Navais tinham por missão criar as condições necessárias para o desenvolvimento das operações nos TO e em “junho de 1957 uma missão militar visita África para estudar as necessidades prioritárias de instalações”. (TELO, 1999, p. 545). Foi a nova estrutura organizativa da Marinha que permitiu o início das construções das infraestruturas navais que sustentavam as operações e o estacionamento de forças navais, quer no litoral marítimo quer nas zonas fluviais e ribeirinhas. Como o exercício de comando e controlo carecia de uma robusta rede de comunicações e a existente era rudimentar, foi criada uma sofisticada rede de Estações Radio Navais que permitiu o contacto permanente entre o continente e os TO. (CANN, 2007, p. 63-65). A estrutura de comando era baseada em leis e regulamentos e, por isso, variava consoante o TO. Esta variação dependia de alguns fatores como a dimensão do TO, o tempo das operações, a personalidade dos comandantes e as suas relações com os Comandos da Metrópole. (CANN, 1997, p. 104). No entanto, estas estruturas e relações de comando foram constantemente adaptadas, repensadas e redefinidas para irem de encontro aos requisitos operacionais de cada país, com o objetivo de manter a iniciativa ao longo do conflito. (CANN, 1997, p. 105).

3.2. Capacidade ISR

Como se verificou no passado, a capacidade *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR)* assume uma elevada relevância em ambiente ribeirinho. Os comandantes e os seus *staffs* devem constantemente recolher e disseminar informação

acerca do inimigo e do estado geral da área de operações, fundamentando e diminuindo o tempo necessário para a tomada de decisão. Segundo o *ATP 08 Vol III*, as responsabilidades do comandante da força ribeirinha, relativamente ao planeamento da *intel*, incluem: “determinar os requisitos de informação (*RFIs*); recolher informação e transmiti-la ao escalão superior; estabelecer ligação com agências de *intel*; obter e distribuir informação e *intel* geoespacial (mapas, cartas, fotografias, etc.); direcionar a preparação das estimativas de *intel* e desenvolver medidas de segurança e de contra vigilância, em adição às medidas especificadas pelo escalão superior.” (NATO, 2020, p. 3-2).

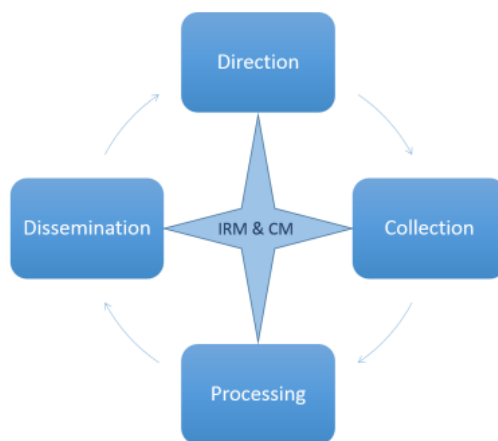


Figura 8 - Ciclo da Intel (*IRMs Management and Collection Management*) Fonte: *AJP 3.2*, 2022, p. 50

Os membros da NATO têm vindo a desenvolver sistemas autónomos que, com a evolução da tecnologia, se tornam sistemas cada vez mais eficientes e aumentam a capacidade *ISR* das forças que os utilizam. Prevê-se que estes sejam empregues em maior quantidade e qualidade, num futuro próximo. Atualmente, podem ser utilizados na deteção e neutralização de engenhos explosivos improvisados (*IEDs*) e dividem-se em quatro categorias: aéreos (*UAVs*), de superfície (*USVs*), de sub-superfície (*AUVs*) e terrestres (*UGVs*). Permitem igualmente aos comandantes terem informação em tempo real sobre o que está a acontecer. “Os comandantes devem tomar decisões baseadas naquilo que veem, combinando com a restante informação conhecida.” (NATO, 2020, p. 3-4). Os comandantes devem conhecer as especificidades e características dos sistemas autónomos não-tripulados a fim de os integrarem nos seus planos, caso necessário.

Sempre que possível, os comandantes devem disseminar a informação recolhida por sistemas não-tripulados até ao escalão mais baixo. A utilização destes sistemas em operações ribeirinhas pode beneficiar em muito as forças que os utilizam. Se por um lado, nos dias de hoje, são sistemas que têm a capacidade de recolher diversas informações em tempo real (principalmente IMINT), permitindo aos comandantes uma tomada de decisão mais rápida e uma melhor percepção daquilo que realmente se está a passar à sua volta, também são, por outro, sistemas que requerem infraestruturas de manutenção e operabilidade, podendo ficar delas dependentes. As embarcações ribeirinhas podem servir como bases de operação destes sistemas, desde que as suas características operacionais sejam compatíveis. O acesso atual que a população civil e o inimigo têm aos sistemas autónomos não-tripulados pode revelar-se uma preocupação futura para forças ribeirinhas.



Figuras 9 e 10 - Manuseamento de UAVs para ISR. Fonte: NATO, 2020, p. 3-1 e 3-6

No que respeita à vigilância em operações ribeirinhas, esta divide-se em dois tipos: vigilância estática e vigilância dinâmica. Segundo a doutrina da NATO, a vigilância estática é realizada através de um *Waterborne Guard Post (WBGP)*, sendo que os postos de observação (POs) podem ser utilizados em adição ou substituição deste. Os WBGPs que são utilizados para a otimização da vigilância são formados por duas embarcações patrulha e, se necessário, por um elemento terrestre de efetivo pequeno, que garanta a segurança em terra. Assim, é possível garantir uma menor probabilidade de deteção sem prescindir do apoio mútuo. O objetivo do WBGP é observar, ouvir e monotonizar as ações inimigas sem que estas se apercebam da presença de forças amigas. A vigilância dinâmica envolve uma recolha de informação móvel, pelo que as TTPs que se utilizam na manobra, ou movimento das embarcações ribeirinhas, são as mesmas. Este tipo de vigilância, feito

em movimento através da água, consiste essencialmente na identificação e posterior validação/avaliação de contactos de interesse (*COIs*) que, em operações ribeirinhas, são geralmente embarcações não-militares suspeitas de transportar contrabando ou abastecimentos (armamento, equipamento, munições) para o IN. O principal objetivo do conceito vigilância dinâmica é identificar e validar *COIs* sem que os mesmos se apercebam que foram considerados com tal. Na fase de verificação, a doutrina Aliada considera que a “patrulha não deverá aproximar-se nem interrogar o *COI*. O propósito da vigilância e do reconhecimento é recolher informação acerca de um *COI* específico. Durante a missão, a patrulha deve focar-se em responder aos requisitos de informação (*IRs*) sem revelar a sua intenção.” (NATO, 2020, p. 3-9). Os três conflitos históricos analisados anteriormente mostraram que as forças francesas, americanas e portuguesas desconsideraram este aspeto. Estudos históricos comprovam que as forças ribeirinhas em operações de patrulha e vigilância recorriam a revistas, fiscalizações e, por vezes, a diálogos com as pessoas identificadas, a fim de recolherem o máximo de informação possível. Este facto pode ter feito com que as forças tenham revelado involuntariamente a sua intenção, aquando da condução deste tipo de operações.

O reconhecimento em operações ribeirinhas é fundamental, como em qualquer outra operação, mas pode-se considerar que no ambiente ribeirinho existe mais material para ser reconhecido, quer devido às condições naturais que o caracterizam, quer pelo tipo de inimigo que normalmente nele vive e opera. Historicamente, a ação de reconhecer foi atribuída a várias forças. As forças apeadas (forças de desembarque, infantaria naval, infantaria terrestre), as embarcações patrulha (*PBRs*, botes de borracha), os helicópteros e aviões de asa-fixa (principalmente *MPAs*) e a própria população local, no âmbito da cooperação civil-militar. O helicóptero terá sido a melhor forma encontrada para fazer um reconhecimento eficaz mas, ao contrário das forças americanas, os franceses e os portugueses não apresentavam grande disponibilidade nesta capacidade. Embora os americanos dispusessem de mais e melhores meios aéreos, nem sempre os podiam utilizar, principalmente por questões climáticas (nevoeiro, precipitação forte) e operacionais (risco de ataque *RPG* muito utilizado pelos *VC*, que se ocultavam nas copas das árvores, na tentativa de os dissuadir ou neutralizar). Atualmente, com a exponencial evolução tecnológica, o reconhecimento tenderá a ser, em grande parte, realizado por sistemas autónomos não-tripulados (principalmente aéreos), sempre que as suas

características operacionais sejam compatíveis com os requisitos de missão. Contudo, a importância das forças de reconhecimento permanecerá intacta pois, em certos casos, são o único ou melhor instrumento para realizar esta função.

De acordo com Robert Benbow, as unidades ribeirinhas podem aumentar a sua capacidade *ISR* através do “emprego de sensores eletrónicos e visuais”, do “emprego de uma *human exploitation team (HET)*, para recolher *HUMINT* local” e também através da coordenação com meios de apoio ao reconhecimento (*rotary-wing*), durante as patrulhas ribeirinhas. (BENBOW, 2006, p. 55).

Na Guerra do Vietname, as forças da operação *Game Warden* e “outras forças a operarem na área forneciam *intelligence* que incluía informação hidrográfica, potenciais zonas para aterragem de helicópteros (*HLZs*) e posições de artilharia, concentrações de população e de forças inimigas”. (BASSETT, 2014, p. 16). De acordo com Spangler, a missão primária da *TF116* era “realizar patrulhas ribeirinhas e vigilância em terra, [...] e prevenir a infiltração, o movimento e o reabastecimento do VC ao longo da costa do estuário do delta e nos rios principais do delta e na *RSSZ*”. A missão secundária seria “participar em operações psicológicas para envolver as pessoas do delta na sua própria proteção e encorajar potenciais fontes de *intelligence* para a operação *Game Warden*.” (SPANGLER, 1995, p. 37). A integração de forças de operações especiais (*SEALS*), em fevereiro de 1966, veio contribuir para o sucesso da operação *Game Warden*, principalmente no que toca a *intelligence* e a ações de contrainsurgência, o que permitiu diminuir o tempo de resposta do *TFC*, apoiado pelas informações que as *SOFs* lhe davam. Existia uma previsão de *intelligence* relacionada com a defesa da *MRB*, sob possíveis ameaça de barcos suicidas do VC, mas esta estimativa nunca foi confirmada pelas forças americanas. (SPANGLER, 1995, p. 60). Os VCs sentiram, a certa altura, necessidade de procurar novos pontos de passagem dos rios, mais seguros e menos controlados. Os americanos aperceberam-se deste facto e redirecionaram os seus esforços ao nível *ISR* para estes locais de travessia mais remotos. Durante a operação *SEALORDs*, antes de se estabelecerem os *WBGPs*, foi necessário enviar unidades de reconhecimento para os locais planeados para os *WBGPs*, visto o objetivo ser estabelecer estes postos próximos a centros populacionais, que, nesta fase da Guerra, eram os locais preferidos para as infiltrações dos VCs, que se dissimulavam-se entre população.

A mobilidade aérea era muito importante e era, essencialmente, concretizada

através dos helicópteros. Os UH-1D (*Seawolves*) eram colocados em apoio direto aos batalhões. Estes foram essenciais para o sucesso das operações ribeirinhas porque quando não eram utilizados para apoiar as forças pelo fogo (CAS), ou para os comandantes controlarem as operações através do ar, eram totalmente empenhados em ações de reconhecimento e ligação. Um batalhão tinha à sua disposição cinco helicópteros de transporte e dois de ataque, diariamente, por um período de dez horas. A sua aplicação era variada e contribuiu muito para a capacidade *ISR* da *MRF*. As companhias de apoio de cada batalhão foram reorganizadas e constituídas companhias de reconhecimento e vigilância, o que por si só evidenciava a necessidade desta capacidade, neste tipo de operações. (SPANGLER, 1995, p. 76). Por vezes, a dificuldade de reconhecer em ambiente ribeirinho tornou-se evidente, por ser uma ação perigosa, embora fosse indubitavelmente essencial e, por esse motivo, o reconhecimento pelo fogo foi um conceito bastante utilizado.

Na Guerra do Ultramar, o binómio Fuzileiro-bote revelou-se bastante eficiente em ações de reconhecimento no ambiente ribeirinho. O bote era relativamente rápido, podia desligar os motores e diminuir o barulho durante as aproximações aos alvos, era muito económico quando comparando com outros meios e era muito efetivo no cumprimento das suas missões. No entanto, era vulnerável a ataques inopinados do IN (principalmente emboscadas) e não oferecia qualquer proteção balística. Em ambiente hostil ou potencialmente hostil, este meio não revelou ser o mais adequado, devido às suas características mas, na ausência de meios alternativos, continuou a ser utilizado. Devido à natureza de baixa intensidade do conflito, não era espetável que os botes se deparassem com uma força terrestre do tipo convencional, quando desembarcavam, “como os franceses experienciaram na Indochina”. (CANN, 2007, p. 99). Os meios aéreos também foram muito importantes para a capacidade *ISR* das forças portuguesas, mas não estavam tão disponíveis em quantidade. A confiança da população local no Governo português contribui para que o fluxo de informações entre militares e civis fluísse. (CANN, 2007, p. 84).

Em Angola, a recolha de informações acontecia principalmente através da população, entre a qual os agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) se podiam infiltrar com alguma facilidade devido à descaracterização das suas roupas. (CANN, 2007, p. 175). Na Guiné-Bissau, a segunda fase da operação Tridente centrou-

se em operações de patrulha a fim de estabelecer presença e recolher informações sobre o PAIGC, nas ilhas de Caiar, Como e Catunco. (CANN, 2007, p. 219-220). Após a Operação Dragão 68, no âmbito da estratégia de contra penetração de Spínola, as forças portuguesas encontraram população local amiga que partilhou diversa informação. Essa informação contribui para o sucesso da Operação Grande Colheita. (CANN, 2007, p. 236).

Em Moçambique, as patrulhas no Lago Niassa contribuíram para a recolha de informação sobre a FRELIMO. Um contacto mais próximo com quem nas margens deste habitava revelou-se importante para um melhor conhecimento geral da área de operações. Aqui, os portugueses tinham dominância aérea total, o que contribuiu muito para as operações de reconhecimento. O G-91, “aeronave de modesto tamanho capaz de operar sob condições de terceiro mundo [...]”, tinha uma câmara do tipo K-20, muito importante no reconhecimento da costa litoral. (VENTER, 2013, p. 342).

3.3. Manobra

Em operações ribeirinhas, dois tipos de manobra carecem de análise obrigatória: a manobra das unidades embarcadas, quer sejam forças de desembarque ou forças terrestres (do exército ou de outro ramo) e a própria manobra dos meios ribeirinhos (navios, embarcações, veículos anfíbios). Para a execução e planeamento da manobra ao longo de uma *LOC* aquática (hidrovia), existem algumas considerações que os comandantes devem ter em conta. (RYAN, 2019, p. 12). Destas, destacam-se o tipo de formações táticas, a área para manobrar e a reação ao contacto, os planos de apoio de fogos e os de comunicações, os procedimentos de evacuação de feridos (*CASEVAC*), quer sejam por água, terra ou ar, o tipo de embarcações e as características das suas armas, entre outros. (NATO, 2020, p.4-5). A doutrina Aliada considera que o movimento através de sistemas ribeirinhos, utilizando meios apropriados, oferece mobilidade tática. Este movimento pode simplesmente servir para transportar forças (desempenhando um papel de apoio) ou pode ser considerado o próprio meio para atingir um fim (quer seja um assalto, uma patrulha ou o controlo de um sistema ribeirinho). Identifica dois tipos de movimento: restrito e não restrito. No primeiro, o espaço de manobra é limitado, quer por objetos naturais, quer por artificiais (construídos pelo Homem). O movimento pode ser limitado

por perigos à navegação, pontes, tráfego comercial, águas pouco profundas ou outros fatores. O segundo tipo considera que existe espaço suficiente para manobrar, como normalmente acontece em bacias hidrográficas ou lagos de grandes dimensões. (NATO, 2020, p. 5-1). Em ambiente ribeirinho, a vasta rede hidroviária característica das zonas delta fará com que, provavelmente, as forças tenham de intercalar entre estes dois tipos de movimento, consoante a área de operações.



Figura 11 - Movimento em ambiente ribeirinho Fonte: NATO, 2020, p. 2-4

Importa salientar que o conceito *afloat staging bases* é crucial para a função manobra, em operações ribeirinhas. As bases móveis, como se verificou no passado, permitiram aumentar o raio de operação das embarcações devido, principalmente, ao apoio logístico que lhes garantia. Estas bases conseguiam deslocar-se num curto espaço de tempo, com bastante poder de combate, permitindo que as suas embarcações operassem com mais eficácia, mais rapidamente e com maior nível de prontidão. No fundo, este conceito veio permitir um aumento da liberdade operacional da força, ou seja, da manobra e do movimento das embarcações ribeirinhas. Comparando com forças navais, estas bases faziam o papel de *flagship* e de reabastecedor ao mesmo tempo, o que permitia a continuidade das operações e a sua sustentação. Uma “força ribeirinha deve planear para, e ser capaz de se autossustentar e permanecer sem apoio por vários dias.” (NATO, 2020, p. 4-15). As operações passadas também são indicativas da necessidade atual de consolidação desta função, em operações ribeirinhas. Se se considerar que uma força ribeirinha é estabelecida para aumentar a mobilidade num ambiente operacional que apresenta poucas *LOCs* terrestres, então a manobra e o movimento dos seus meios e forças

de desembarque (se aplicável) é fundamental para a eficácia das operações.

Na Guerra da Indochina, como refere Kennedy, a função manobra foi o que permitiu combater um inimigo assimétrico que não estava pronto para combater continuamente contra forças convencionais. (KENEDDY, p. ii). A adição do elemento manobra, com o aumento do número de embarcações de assalto, nas *Dinassauts*, permitiu a Leclerc a condução de operações mais complexas e com maior profundidade em terra, porque garantia que as linhas de comunicação (hidrovias) continuavam abertas, sem ameaça inimiga. Os *monitors* e os *LSSLs/LSILs* foram muito importantes para esta função porque permitiam, através do uso dos fogos, uma manobra mais segura e protegida às embarcações de assalto e às unidades em terra. Os comandos franceses também manobravam em terra a fim de permitir uma manobra mais segura das embarcações, principalmente contra emboscadas. Tratava-se de uma relação de simbiose mútua entre quem operava nas margens dos rios e quem operava dentro deles.

Um dos principais problemas da função manobra era a falta de cobertura que os rios forneciam às embarcações quando estas manobravam. Os tipos de cobertura que as embarcações tinham para manobrar nos rios eram a utilização do próprio poder de fogo, da artilharia, dos meios aéreos e das forças terrestres, mas nem sempre todos eles estavam disponíveis nas operações da *Dinassaut*, pelo que cada força deveria ter uma capacidade mínima de fogos de apoio para não ficar completamente dependente de outras forças durante a sua manobra. Conceitos como *OMFTS* ou *STOM* (e o de bases móveis) provaram ser muito importantes. No primeiro, as embarcações ribeirinhas de assalto, que eram unidades rápidas, facilmente manobráveis e ágeis, certamente fizeram a diferença, quer em termos ofensivos, quer em termos de segurança e proteção da manobra das embarcações maiores (normalmente o esforço principal). O segundo conceito, o conceito de manobra navio-objetivo, foi muito importante para esta função porque permitia que as forças desembarcassem sem a necessidade de estabelecer uma cabeça de praia. Não carregando tanto peso para terra, cingiam-se ao essencial (abastecimentos classe 1 e 2), aumentando a sua eficiência em combate. O conceito *STOM* veio permitir uma abordagem mais agressiva no combate ao *VM*, contribuindo para o sucesso da *Dinassaut*.

Na Guerra do Vietname, dado não existirem bases em terra suficientes para o número de efetivos das forças de assalto, o sistema de bases móveis foi-se expandindo e desenvolvendo. As vantagens de juntar militares da marinha e do exército nas mesmas

bases móveis eram evidentes. A força ganhava mobilidade, reduziam-se os requisitos de segurança, promovia-se uma coordenação mais próxima e aumentava-se a moral dos homens. O conceito de bases móveis foi crucial, ao permitir uma resposta rápida com uma força consideravelmente grande, necessária para conseguir encontrar, fixar e destruir aquele inimigo irregular. As *strike operations* eram lançadas da base móvel com alguma facilidade e a particularidade desta se conseguir movimentar, mesmo que de forma lenta, permitiu às forças americanas usufruir do fator surpresa, muito importante para combater aquele inimigo. Só é perceptível a importância que o conceito de bases móveis teve para a função manobra, quando consideramos que uma “força de aproximadamente 5000 homens [...] podia ser movida de 100 a 200 km num período de 24 horas e podia lançar operações de dia ou noite, 30 minutos após fundear.” (SPANGLER, 1995, p. 54).

O facto de existirem refeições quentes a bordo, ar condicionado e outras condições também contribuiu para o aumento da moral da força. A coordenação entre os comandantes era próxima e isso facilitou a tomada de decisão, bem como a rapidez em que as situações eram adaptadas, caso necessário. O principal problema da função manobra era a lentidão com que as forças se deslocavam. Praticavam-se velocidades na ordem dos oito nós. Embora fossem tomadas as medidas de proteção e segurança necessárias, na atualidade, com a evolução exponencial da tecnologia, seria bastante improvável, ou imprudente, adotar os mesmos procedimentos. O conceito de concentração de forças embarcadas em movimento, provavelmente não será adequado aos dias de hoje, sendo que as forças e os barcos (*PBRs*) da operação *Game Warden* (*TF116*) parecem permanecer mais adaptados a responder aos conflitos contemporâneos. A realidade atual requer forças ribeirinhas mais ligeiras, mais rápidas, que também consigam operar em apoio a forças terrestres, com armamento orgânico e com capacidade de transporte, embora esta última mais reduzida que a das embarcações grandes e lentas da *MRF*.

Os *monitors* tipo *Zippos*, que tinham dois lança-chamas M10-8 montados à proa e também contribuíram para um movimento mais seguro do corpo principal, ao incendiarem as posições suspeitas (e/ou confirmadas) dos inimigos nas margens dos rios. Mesmo não tendo muito alcance (180 a 270m), o seu efeito era tal que os insurgentes retiravam com medo para o interior da selva, aumentando a liberdade dos movimentos nos rios. (GRAU, 2006, p. 73).

3.4. Fogos

A função fogos significa “o uso de armas para criar um efeito físico ou psicológico num alvo e, em combinação com o movimento, criar a manobra. [...] Fogos será uma parte central do planeamento do comandante.” (NATO AJP3.2, 2022, p. 33). Como foi analisado no subcapítulo anterior, a função manobra reveste-se de elevada importância em operações ribeirinhas. Normalmente, pode ser uma tarefa perigosa de realizar, em particular quando se opera em ambiente hostil. Para compensar esta perigosidade, os fogos de apoio e o apoio de fogos devem ser utilizados com maior frequência e em maior quantidade, desde que isso seja possível e prudente.

Quando nos referimos a fogos de apoio, referimo-nos aos fogos internos da força ribeirinha. São estes os fogos orgânicos, quer das próprias embarcações quer das forças que nelas são transportadas (armas coletivas). Quando nos referimos a apoio de fogos, consideramos o apoio externo dado à força ribeirinha quando está em operações, como por exemplo a artilharia terrestre e naval, o apoio de fogo aéreo (principalmente helicópteros e aviões a jato), entre outros. A história mostrou-nos que ambos são imprescindíveis em operações ribeirinhas, não só por moldarem o campo de batalha, preparando-o, mas também por permitirem uma abordagem manobrista, garantindo a proteção da força ribeirinha durante as suas operações. Também nos mostrou que ter esta capacidade integrada internamente na força ribeirinha é o ideal, embora possa ser difícil de garantir.

Segunda a doutrina de operações ribeirinhas da *NATO*, o apoio de fogos deve ser efetivamente integrado na força ribeirinha. Num ambiente multidimensional, a utilização de apoio de fogos contribui para aumentar a capacidade de resposta e a probabilidade do sucesso da missão e entende-se por apoio de fogos os sistemas de armas de tiro direto ou indireto, incluindo morteiros, apoio de fogo naval (*NFS*), *close combat attack* (*CCA*) e *close air support* (*CAS*). O comandante da força ribeirinha deverá atribuir a função de coordenador de apoio de fogos (*FSC*) a um dos seus oficiais de staff, que ficará com a responsabilidade de o coordenar, tendo em conta a iniciativa, a agilidade, a sincronização e a profundidade da operação. O comandante da força ribeirinha, em conjunto com “o *FSC*, oficial do destacamento empenhado, os líderes de patrulhas e o *joint terminal air controller* (*JTAC*) têm um papel crítico no planeamento do apoio de fogos. Devido à

natureza única das operações ribeirinhas, o comandante deve treinar o seu staff e comandantes subordinados para realizarem o planeamento e a execução do apoio de fogos, em apoio a operações de combate terrestres.” (NATO, 2020, p. 6-1). A coordenação do apoio de fogos depende do tipo de forças e do tipo de estrutura de comando utilizados na operação ribeirinha. “Quando é utilizada uma força anfíbia, um centro de coordenação de armas de apoio (SACC) deve sincronizar o apoio de fogos aéreo e naval de superfície. Dependendo do tipo e fase da operação, a força ribeirinha deverá coordenar-se com o SACC, com o centro de coordenação de apoio de fogos (FSCC), com o centro de controlo aéreo táctico (TACC) em terra, ou com o centro de apoio aéreo directo, para receber apoio de fogos.” (NATO, 2020, p. 6-2).

Como refere Victor Croizat, durante a Guerra da Indochina, as embarcações, para operarem em águas interiores, necessitavam de ter blindagem para aguentarem o choque inicial do fogo IN, a curtas distâncias. Também deviam ter um adequado poder de fogo, composto por sistemas de armas de tiro directo e indirecto que lhes permitisse bater todos os tipos de alvos aos longo dos rios e das suas margens e que lhes garantissem uma resposta imediata em caso de emboscada inimiga. (CROIZAT, 1984, p. 59). As *Dinassauts*, quando estavam em deslocamento no rio, normalmente adotavam a formação de coluna, e o comboio ribeirinho era liderado por um *LCM (monitor)*, que se fazia seguir por navios draga-minas, por um navio guia e por um navio para apoio de fogos (*LSIL*). Durante os deslocamentos os franceses utilizavam um método chamado “bola de fogo”. Este método era utilizado quando um comboio ribeirinho era atacado pelo fogo e consistia em concentrar de imediato o máximo de poder de fogo nas posições inimigas, que se encontrava em terra. Esta técnica permitia que o comboio continuasse o seu movimento. (FULTON, 1985, p. 11).

Na Guerra do Vietname, o “fogo preparatório era feito pelas embarcações ribeirinhas da marinha, pelo apoio de fogo naval (*NGFS*), pela artilharia e por unidades aéreas”. Durante as operações, os helicópteros davam cobertura aérea constante. As peças de artilharia da brigada podiam ser posicionadas por helicópteros ou por embarcações através dos rios, para darem apoio de fogos contínuo. As forças de bloqueio (*blocking forces*) podiam ser inseridas por terra, ar e água, enquanto os *ASPBs dos river assault squadrons* ficavam com as tarefas de segurança (na frente, nos flancos e à retaguarda), apoio de fogos próximo (*close in fire support*) e protecção avançada do posto de comando.

(BASSETT, 2014, p. 16).

Os fogos foram muito importantes nos conflitos analisados. Esta função, quando anexada à função manobra, permite que as forças se desloquem com alguma liberdade, criando espaço para atacar a coesão e a vontade do IN. Nas operações típicas da MRF, quando as forças desembarcavam as embarcações de assalto colocavam-se em posições pré-planeadas (normalmente flancos) e apoiavam o desembarque pelo fogo, garantindo a sua proteção. O apoio de fogos (preparatório) também era dado pela artilharia que, geralmente, se posicionava na margem contrária do rio, montada em plataformas flutuantes. Quando os *ATCs*, que levavam o esforço principal terrestre chegavam a mais ou menos 500m do local de desembarque, a artilharia fazia alto-fogo e as embarcações de assalto garantiam um desembarque protegido. Os *ATCs*, normalmente chamados “*tango boats*”, após desembarcarem as forças terrestres, deslocavam-se novamente para o centro do rio, protegidos pelos *ASPBs*, que durante as operações de desembarque protegiam a retaguarda. Estes *ASPBs*, também designados de “*alpha boats*”, eram considerados os *destroyers* e *minesweepers* da MRF. Tinham um deslocamento de 28t e foram inspirados nos *Services Techniques des Constructions et Armes Navales / France Outre Mer* (STCAN/FOM) dos franceses. Possuíam bastante poder de fogo, destacando-se a peça de 20mm à proa, metralhadoras 12.7mm, vários lança granadas 40mm e um morteiro de 81mm. Os verdadeiros navios de guerra da MRF eram os *monitors*. Tinham um deslocamento de aproximadamente 70t e transportavam várias armas, entre as quais duas peças de 20mm e de 40mm, metralhadoras 12.7mm e metralhadoras M-60 e morteiros de 81mm. Estes *monitors* foram essenciais para a função fogos. O fogo que realizavam podia ser do tipo preparatório (em locais de desembarque previamente escolhidos), podia ocorrer durante as progressões em terra (*on-call fire support*) e ainda na fase de reembarque das forças. (MAROLDA, 2015, p. 32-33).

Os meios aéreos revelaram-se igualmente muito importantes. Destacaram-se os *Seawolves* e os *Black Ponys*. Segundo Spangler, os “helicópteros foram essenciais para o apoio de fogos, observação e evacuação médica nas operações ribeirinhas.” (SPANGLER, 1995, p. 48). As embarcações tiveram um papel muito importante em apoio de fogos, mas os meios aéreos, ao contrário destas, não estavam limitados às hidrovias navegáveis, podendo deslocar-se mais livremente no ambiente, embora fossem mais dependentes de infraestruturas que os sustentassem. Os *Black Ponys OV-10 Broncos*

(asa fixa) tiveram um papel muito importante em CAS porque possuíam sistemas de armas que os helicópteros não tinham. Eram capazes de disparar mísseis cuja espoleta poderia ser previamente escolhida, de acordo com o tipo de alvo. Caso o alvo fosse um *bunker* poderia optar-se por uma espoleta de impacto. Caso fossem forças terrestres, poderia optar-se por uma espoleta de proximidade. (SPANGLER, 1995, p. 112).

No Ultramar, foram utilizadas cerca de 150 aeronaves, distribuídas pelos três países. (VENTER, 2013, p. 336). A principal aeronave para esta função foi o T-6 Harvard. Era a mais adequada para combater em cenário de contrainsurgência. O napalm foi também utilizado em muitos raids no interior, primeiro em Angola, e posteriormente na Guiné Portuguesa e em Moçambique”. (VENTER, 2013, p. 337). “Durante os 13 anos de guerra, para os Fuzileiros tornou-se familiar a utilização dos helicópteros, o apoio dos monomotores a hélice T-6, dos jatos Fiat G-91 e os *Dornier* da Força Aérea; a cobertura pelos obuses [...]” (BAENA, 2006, p. 63).

A MG-42, o morteiro de 120mm, a *Boffors* 40mm e a *Oerlinkon* 20mm foram sistemas de armas que, devido ao seu poder de fogo, contribuíram para o sucesso das operações. Os morteiros de menor calibre eram mais utilizados pelas forças de desembarque, nas operações ribeirinhas, bem como os morteiotes e os lança-granadas. Estes sistemas revelaram-se bastante vantajosos porque permitiam uma boa capacidade integral de fogos, com bastante mobilidade, permitindo alternativas na abordagem ao IN. A artilharia do exército e o poder de fogo naval também foram dois conceitos indissociáveis das operações ribeirinhas. Geralmente efetuavam fogo preparatório sobre os locais de desembarque ou sobre os objetivos em terra. Poderiam também realizar fogo de supressão e de destruição, apoiando pelo fogo a manobra das forças em terra ou das embarcações de assalto. As próprias embarcações que foram adaptadas, nomeadamente as lanchas de desembarque e de fiscalização e outras, tinham algum poder de fogo orgânico que contribuiu para estabelecer uma presença naval permanente nos ambientes ribeirinhos dos três países. Embora o litoral também se considere ambiente ribeirinho, nesta região existia disponibilidade de fragatas e corvetas cujo armamento é mais robusto, algo que não se verificava nas regiões interiores, justificando a necessidade de melhorar a função fogos nas embarcações menores.

3.5. Cooperação Civil-Militar (*CIMIC*)

A cooperação civil-militar é uma função chave para as forças terrestres pois apoia a abordagem manobrista prevista na doutrina Aliada. Esta função permite atingir uma boa “cooperação, coordenação, apoio mútuo, harmonização dos planeamentos e da informação entre as forças militares e os atores civis, incluindo nação hospedeira (*HN*), população, e outros atores locais não-militares, nacionais ou internacionais” envolvidos no conflito. (NATO, 2022, p. 35). Considera-se que esta cooperação entre militares e entidades civis assiste os comandantes e os seus staffs a alcançarem os seus objetivos militares, maximizando a eficiência das suas forças. A *CIMIC* pode contribuir para a partilha de informação, como foi recorrente no passado, bem como aumentar o conhecimento situacional (*SA*). (NATO, 2022, p. 35-36).

A presença de população civil é muito importante em operações ribeirinhas, como aliás, em qualquer operação militar. As operações ribeirinhas, como referido anteriormente, dependem muito da manobra. Sendo a manobra a adição de fogos ao movimento de forças, e visto as duas funções se completarem, é essencial existir uma boa coordenação entre estas, a fim de se minimizarem os danos colaterais. Quando existem focos de população local, sendo o ambiente ribeirinho bastante propício a isso, torna-se necessário contactar com os civis para coordenar as operações. Ao criar empatia com a população local, a força ribeirinha consegue fazer com que esta contribua para a recolha de informações sobre o ambiente operacional e sobre a ameaça, que contribua com abastecimentos, estabelecendo-se uma relação de troca direta de bens e serviços, como aconteceu no passado.

Na Guerra do Vietname, o Coronel Fulton e o Capitão Wells chegaram à conclusão que o planeamento das operações tinha de ser feito em conjunto, e para tal precisavam de ter uma boa estrutura de informações que apoiasse os planos. Essa função foi dada aos oficiais de informações da brigada e da frota, respetivamente *S2* e *N2*. O *N2* iria concentrar-se mais nas informações hidrográficas (condições de navegabilidade e ameaças às embarcações) enquanto o *S2* iria recolher a informação necessária para as operações terrestres. Estas duas secções (informações terrestres e navais) estavam bastante dependentes da disseminação de informações de outras forças americanas e dos postos de comando sul-vietnamitas. Visto que o *S2* e o *N2* não conseguiam compilar todas as informações que a *MRF* precisava, tiveram de recorrer também a outras agências. Foi

então formada pela brigada do exército a *Mobile Intelligence Civil Affairs Team*, constituída por sete homens, para a coordenação dessas agências. Esta equipa era necessária porque a área de interesse (AOI) da MRF era bastante extensa. (FULTON, 1985, p. 89).

Dia 24 de fevereiro de 1968, a MRF realizou missões de busca na ilha de Cu Lao May. Durante esta missão verificou-se uma cooperação entre militares e civis. Dois batalhões de infantaria realizaram ações de apoio médico (incluindo estomatologia) à população civil, no local onde os vietnamitas tinham sido detidos para interrogatórios. Neste dia não existiu contacto entre forças americanas e insurgentes do VC. (FULTON, 1985, p. 158).

As relações de empatia que os portugueses conseguiram estabelecer com as populações dos três teatros de operações do Ultramar, contribuíram para um melhor conhecimento da rede logística do IN. A população local, principalmente durante o contacto com militares embarcados a realizar operações de patrulha e ações de vigilância, partilhava conhecimento sobre possíveis ameaças (localização de santuários inimigos, LOCs ribeirinhas mais utilizadas pelo IN, localização de embarcações suspeitas, depósitos de armas e munições, etc.). A criação de laços com os civis permitiu à população não encarar as forças portuguesas como uma segunda ameaça, viabilizando a cooperação civil militar. Ocorreram casos em que a população trocou bens materiais e informações importantes por serviços prestados pelos militares, principalmente o de transporte. Esta prática foi comum, por exemplo, no lago Niassa, em Moçambique. Foi vantajosa para as forças ribeirinhas portuguesas, porque permitia uma atualização constante da informação. Podemos considerar que a população civil assumiu um papel de capacidade *ISR* passiva, ajudando as nossas forças a ter uma melhor percepção daquilo que estava a acontecer (aumentando a *situational awareness*).

Na Guiné-Bissau, após as Operações Via Láctea e Andromeda, os Fuzileiros estiveram envolvidos na operação “Dragão 68”, na qual derrotaram o IN e apreenderam material de guerra diverso. No decorrer da mesma, a cooperação da amistosa população local, que apoiava as forças portuguesas, forneceu informação que permitiu localizar vários depósitos de armamento do PAIGC na região. Estas informações contribuíram para o sucesso de várias operações dos Fuzileiros, pois “lançou as bases para futuras operações imediatas”, nomeadamente para a operação Grande Colheita. (CANN, 2016, p. 137).

As forças portuguesas estavam conscientes de que a Guerra do Ultramar não poderia ser ganha apenas por forças militares. Era necessária uma adequada e eficiente integração de estruturas militares e civis e foram definidos e utilizados três tipos diferentes de integração: “estruturas civis e militares paralelas; uma única estrutura militar e uma estrutura mista que combinava organizações militares e civis”. (CANN, 1997, p. 105). O primeiro tipo foi utilizado em circunstâncias normais, numa fase inicial, quando ainda existia paz e quando se adotavam maioritariamente medidas preventivas. O segundo tipo era utilizado quando o governo civil perdia o controlo, incapacitando-o de agir face à insurgência. O terceiro foi utilizado numa fase de estabilização, potenciando a pacificação. Em Angola e Moçambique foi utilizado o sistema bipolar, o que tornou o processo de tomada de decisão algo lento. As duas componentes (civil e militar) ficavam ao cargo de duas pessoas diferentes. Na Guiné utilizou-se o sistema unipolar. O general Spínola ficou encarregue das funções militares e civis, o que facilitou a coordenação entre as componentes. (CANN, 1997, p. 106-107).

3.6. Sustentação

A função sustentação visa garantir a manutenção do poder de combate durante todas as fases de uma operação. Deve incluir conceitos como rendição de forças, apoio médico e logístico, apoio de engenharia militar (*MILENG*), apoio financeiro, administrativo e contratual, de uma forma geral entendidos como apoio de serviços em combate (*CSS*). (RYAN, 2019, p. 10). O *CSS*, que é definido como “apoio dado a forças combatentes, principalmente nos campos da administração e logística”, pode ser considerado como sendo o conjunto de “meios táticos de apoio logístico.” (NATO, 2022, p. 36). Normalmente, a manobra e o apoio de combate (*CS*) geram uma alta procura, cuja oferta não pode ser sempre correspondida, mais concretamente durante o decorrer do combate. Sendo assim, o apoio de serviços em combate ganha importância acrescida em operações ribeirinhas, porque preenche, de certa forma, esta lacuna. Assegurar a disponibilidade e a existência de *CSS*, bem como a sua boa aplicação e coordenação, deverá ser uma preocupação maior, ao nível do C2, para os comandantes das forças e para os seus staffs.

Embora uma força ribeirinha deva conseguir ficar o máximo de tempo em autossustentação, sem necessidade de receber apoio externo, com o objetivo de permitir

a continuidade das operações, não deixa de ser necessário que receba apoio logístico para não perder a sua eficácia. A história das operações ribeirinhas, analisada no primeiro capítulo, dá-nos alguns exemplos do quão importante foram o apoio logístico e o apoio de serviços em combate, para o sucesso de algumas operações. Sem esta função bem consolidada, a força ribeirinha, operando por longos períodos, vai perdendo o seu poder de combate, podendo ver-se limitada em algumas das suas capacidades e, em último caso, revelar-se obsoleta.

Segundo a doutrina Aliada, o apoio logístico em operações ribeirinhas divide-se em três categorias: apoio logístico integral à força ribeirinha, apoio logístico recebido pela força de outros e apoio logístico dado pela força ribeirinha a outros. (NATO, 2020, p. 8-1). Embora seja ideal a força ribeirinha ter uma rede de apoio logístico integral, tal nem sempre é possível. No passado, esta componente de apoio foi sempre tentativamente integrada nas próprias forças, com o objetivo de aumentar a sustentação, o que, em grande parte, foi conseguido, embora com altos custos financeiros para as nações. As forças ribeirinhas devem ter a capacidade de se autossustentar e ainda de sustentar as forças terrestres que a elas têm ligação, por meio de transporte e apoio logístico contínuo.

Na Guerra da Indochina, a componente logística foi a que permitiu uma constante sustentação nas operações das *Dinassauts* contra o VM. Segundo Victor Croizat, “as características do teatro de operações e o aumento constante das potencialidades inimigas exigiram uma evolução ao nível do tipo e da importância do apoio logístico.” (CROIZAT, 1967, p. 318). Facilmente se verifica que a distância entre a França e a Indochina é considerável e era de França que chegavam os abastecimentos essenciais para as forças francesas e as condições do ambiente operacional não facilitavam o transporte logístico às forças francesas. A rede logística dos franceses, ao contrário da dos americanos, era lenta e não conseguia acompanhar eficazmente o *tempo* das operações, quer das *Dinassauts*, quer das forças terrestres. Na realidade esta rede logística não deveria apenas ter acompanhado o ritmo das operações. Deveria tê-lo ultrapassado, permitindo aos franceses manter algum stock capaz de responder aos requisitos operacionais que iam surgindo.

Outro conceito relacionado com o transporte logístico francês foi o conceito de “*transportation wave*.” (CROIZAT, 1967, p. 282). Este conceito, que na altura se referia mais ao transporte terrestre, consistia em transportar os abastecimentos por vagas de

automóveis ou camiões, embora com poucos meios em cada vaga (cerca de três ou quatro viaturas). No entanto revelou-se essencial porque garantia a segurança dos abastecimentos mais importantes. Embora fossem precisos vários militares e respetivo equipamento e boas comunicações para executar esta tarefa, na realidade, não havia propriamente um comboio logístico para o VM atacar, o que fez com que o IN sentisse dificuldade em selecionar os alvos. Este conceito de onda de transporte, em operações ribeirinhas, poderá ser exequível e justificável, uma vez que as operações militares evoluem constantemente. Contudo, essa análise deverá casuística, uma vez que cada operação ribeirinha é única. Se outrora as forças ribeirinhas eram de grandes dimensões, como a *Dinassaut* e a *MRF*, atualmente, com a evolução tecnológica, a solução poderá passar pelo empenhamento de forças mais flexíveis e ágeis, de menores efetivos e com melhores capacidades *ISR* que colmatem a falta de blindagem das forças.

Na Guerra do Vietname, a sustentação da força era uma preocupação constante, e passava essencialmente pelo abastecimento logístico. O abastecimento logístico só foi possível porque os líderes americanos desenvolveram, desde o início, conceitos como *MRF Afloat Base*, bases móveis e bases de apoio avançadas. (MAROLDA, 2015, p. 79). As funções de abastecimento eram normalmente atribuídas às embarcações e aos meios aéreos que, a partir delas operavam. A *MRB* recebia os abastecimentos das bases fixas (como Dong Tam), e reabastecia as embarcações de assalto da *TF117*, que por sua vez abasteciam as unidades em terra. Esta relação de reabastecimento era mútua. As embarcações de assalto organizavam-se para distribuir os abastecimentos dentro da área de operações. Fulton considera que todas as operações na área de Can Tho “fizeram máximo uso dos meios aéreos e navais, e demonstraram que o planeamento do apoio logístico [...] era essencial”. (FULTON, 1985, p. 160).

A 30 de julho de 1968, ocorreu uma operação da *MRF*, com a duração de 10 dias, que envolveu unidades da força aérea, da marinha e do exército dos EUA, e unidades do exército e dos comandos sul-vietnamitas. Foi a “primeira penetração por forças terrestres americanas na região da U Minh Forest e foi a penetração mais profunda pela *MRF* no delta do *Mekong*.” (FULTON, 1985, p. 165). Nela, a *MRF* provou o seu nível de sustentação. A base móvel da força (*MRB*) estava fundeada perto da região de Can Tho e as suas operações estenderam-se cerca de 50km, da base móvel até à linha da frente, na floresta. Tal foi possível porque as unidades do exército americano (*2nd Brigade*)

estabeleceram uma base terrestre e garantiram que as linhas de comunicação (*LOC*) se mantinham abertas, assegurando desta forma a ligação e o apoio logístico às forças da frente. Esta operação provou ser uma demonstração da capacidade de apoio logístico contínuo e é importante no âmbito da função sustentação porque esse foi um dos objetivos para o qual os conceitos de *MRF* e *MRB* foram criados.

Em Angola, o sistema logístico de postos fixos do plano Dispositivo Detentor na fronteira norte com o Congo permitiu a sustentação do patrulhamento permanente dos vários km de hidrovias navegáveis do rio Zaire (Operação Ferrolho). Mas quando as forças portuguesas percebem que o sistema de bases móveis permite o apoio logístico com maior mobilidade, optam por iniciar o processo de desativação desses postos e transferem o apoio logístico para as embarcações. (Operações Mastro do Traquete e Mastro da Mezena). Dos cinco postos apenas dois foram mantidos (Quissanga e Pedra do Feitiço) porque estes marcavam “os limites da secção mais difícil da fronteira fluvial”. (CANN, 2016, p. 93). Inclusivamente, as suas infraestruturas foram reforçadas no início de 1970, para melhorar a capacidade destes antigos postos no apoio às bases móveis.

No TO da Guiné-Bissau o processo foi similar. Inicialmente foram construídas pequenas instalações navais ao longo das margens do rio Cacheu, que com o passar do tempo foram sendo inutilizadas, depois de surgir o sistema de comboios ribeirinhos (Operação Ferrolho), que permitia às forças maior mobilidade e alcance. Independentemente de se considerar que, em termos logísticos e de combate, o sistema móvel é melhor que o sistema fixo, as embarcações são meios que necessitam sempre de apoio de infraestruturas físicas, e foi por isso que se estabeleceram a base de patrulhas de Ganturé e os Comandos Operacionais Permanetes. (CANN, 2016, p. 135).

Em Moçambique, a Operação Atum permitiu que a ELLN sustentasse as operações em terra e foi uma verdadeira demonstração da importância desta função. O notável esforço de transportar embarcações desde o litoral (oceano Índico) até ao lago Niassa, numa distância aproximada de 600km, assegurou uma presença naval permanente no mesmo. A esquadilha permitiu a continuidade das operações e, através das patrulhas que realizava constantemente, impediu o reabastecimento logístico da FRELIMO. Numa fase final do conflito, no Niassa, a FRELIMO ficou reduzida a uma “força minúscula”. (CANN, 2016, p. 188).

3.7. Proteção de Força

Quando se realiza o planeamento de uma operação ribeirinha, quer seja individual quer seja conjunta/combinada, é importante considerar alguns aspetos que têm impacto nas funções de proteção de força e segurança da força. Podemos considerar que a função proteção de força inclui “os meios para preservar o potencial de combate” da força ribeirinha a fim de conseguir aplicá-lo numa situação decisiva. (NATO, 2022, p. 37). Segundo a doutrina, as medidas aplicadas para garantir a proteção de força podem ser tanto ativas (deter, prevenir, anular) como passivas (camuflagem, medidas de controlo de emissões eletrónicas), ou até medidas de recuperação (planos de contingência em caso de acidentes, avarias ou ataques inimigos, para restaurar a capacidade operacional da força, com o mínimo de disrupção, no menor tempo possível).

O comandante da força ribeirinha tem a responsabilidade de garantir o planeamento e a execução das medidas que garantem a proteção da força. Todas as unidades devem ser capazes de se protegerem individualmente contra ações de sabotagem e ataques inimigos de pequena escala. No entanto, existem aspetos fundamentais que o comandante nunca pode desconsiderar, nomeadamente, as medidas de defesa antiaérea, o controlo da sua área de responsabilidade (AOR), o apoio médico, a defesa NBQR, a resiliência na dispersão de forças, as medidas de contra vigilância e de proteção física, as operações de segurança (OPSECs) e o apoio de engenharia militar (MILENG).

Na Guerra da Indochina, a presença de minas era bastante frequente e era um problema maior no que tocava à função de proteção de força. Era uma preocupação constante porque colocava em causa o potencial de combate da força. A presença de minas, quer nos rios, quer nas suas margens, poderia inviabilizar uma operação inteira. Fulton considera que as *Dinassauts* estavam mais protegidas quando estavam em movimento. Durante a Guerra, as forças ribeirinhas francesas sofreram mais baixas quando estavam atracadas ou fundeadas. Os ataques do VM eram cuidadosamente planeados e recorriam ao uso de várias táticas (minas, mergulhadores, artilharia e morteiros, e às vezes assaltos), e as contramedidas dos franceses nem sempre tiveram sucesso. Os comandantes franceses perceberam que não poderiam confiar apenas em medidas passivas (luzes, redes para minas e morteiros). Mostrou-se necessário largar durante a noite e fundear em sítios aleatórios e ter unidades terrestres a proteger os navios

em terra, quando estes estavam atracados ou fundeados. (FULTON, 1985, p. 13-14). As TTPs utilizadas foram adequadas mas as forças francesas provaram ser vulneráveis na defesa das suas bases e em guerra de minas. Como refere Kennedy, com o progredir da Guerra as *Dinassauts* foram-se adaptando e foram aumentadas para constituírem formações maiores, melhorando a sua proteção e aumentando o poder de combate que conseguiam transportar. (KENNEDY, 2001, p. 19).

Na Guerra do Vietname as forças ribeirinhas necessitavam garantir a função proteção de força durante os seus deslocamentos, mas não só. O sistema de bases móveis carecia constantemente da robustez desta função para ser eficiente e pouco vulnerável. Nos raids e assaltos aos santuários do VC, as ROEs e as TTPs poderiam ser significativamente alteradas, atendendo à natureza ofensiva deste tipo de operações, de modo a assegurar um aumento da proteção das forças. As embarcações disparavam a qualquer sinal de ameaça IN, com a intenção de despoletar um ataque inopinado ou uma emboscada previamente planeada. As forças da estratégia *SEALORDS* “foram capazes de manter a iniciativa em potenciais situações de emboscada.” (SPANGLER, 1995, p. 90).

Na Guerra do Ultramar, esta função era também uma preocupação constante dos comandantes. Para a garantir era necessária bastante coordenação entre as forças portuguesas. Quando as embarcações estavam em movimento, os sistemas de armas nelas montados garantiam a proteção das forças de desembarque que transportavam a bordo. Esta função foi também realizada pela FAP, no caso do apoio aéreo, e pelo Exército no caso dos fogos de artilharia, com destaque para o “Obus 14” (5.5 in Howitzer). Em toda a Guerra, era necessária uma boa relação de simbiose entre as forças, garantindo a sua proteção mútua. Forças de desembarque e embarcações completavam-se nos seus trabalhos, protegendo-se uma à outra, simultaneamente.

No caso da Guiné-Bissau, quando os Fuzileiros chegaram à base de patrulhas de Ganturé, depararam-se com alguns armazéns (o principal chamado “Casa Gouveia” foi reparado). Foi a partir destes armazéns que se constituiu a bases de patrulhas. A necessidade que se sentiu em proteger a força, principalmente contra ataques de morteiros e RPG incentivou a construção de 6 abrigos de cimento (bunkers 10 x 3m), dispostos em forma circular e envolvidos por um sistema de arame farpado que constituía um perímetro defensivo a partir do qual os Fuzileiros lançavam as suas operações ribeirinhas. (CANN, 2016, p. 135).

CAPÍTULO IV

Aplicabilidade do Conceito em Forças de Fuzileiros

4. Aplicabilidade do Conceito em Forças de Fuzileiros

O presente capítulo pretende analisar a aplicabilidade atual do conceito de operações ribeirinhas ao Corpo de Fuzileiros. A recriação dos Fuzileiros permitiu criar e treinar novas forças de Fuzileiros, capazes de atuar e intervir em ambiente ribeirinho, no âmbito da guerra de contrainsurgência. A Guerra do Ultramar foi testemunha da constante utilização da capacidade ribeirinha nas três províncias ultramarinas, em particular, na Guiné-Bissau, mas com o final da Guerra, esta capacidade caiu parcialmente em desuso, principalmente por ser dispendiosa. Atualmente, o rápido avanço da tecnologia e o aumento da insurgência/assimetria da ameaça (BORGES, 2013, p. 7 e 8) permitem considerar que o restabelecimento de parte da capacidade ribeirinha poderá ser vantajoso em operações futuras. Será analisada a organização do CF (atualmente em reestruturação) com o objetivo de perceber quais as implicações que tem, nesta capacidade. Com o objetivo de analisar a capacidade ribeirinha atual do CF foram realizadas entrevistas informais a Oficiais Fuzileiros, que permitiram uma melhor percepção da realidade. Na análise desta capacidade foi utilizado o método DOTMLPPI – Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade. O conceito *Light and Fast* que tem estado em processo de análise e melhoria, também é abordado, bem como a sua aplicabilidade ao conceito operações ribeirinhas.

4.1. Organização Atual das Forças de Fuzileiros

O Corpo de Fuzileiros (CF) tem sofrido algumas reestruturações, iniciadas no ano de 2015, que se têm prolongado no tempo e que têm por objetivo a sua otimização organizacional, administrativa e operacional, tendo em vista a implementação de uma estrutura orgânica modular e flexível. Atualmente, a sua organização divide-se em Comando e Estado-Maior, Unidades Operacionais, Escola de Fuzileiros e Base de Fuzileiros. De acordo com o despacho nº19/23, de 21 de março, do Sr. Almirante CEMA, a nova reestruturação pretende alinhar-se com o objetivo estratégico de “implementar estratégias operativas que suportem os interesses nacionais e as Forças Nacionais Destacadas (FND)” e com a iniciativa estratégica de “desenvolver um novo conceito de emprego das forças de Fuzileiros, que deverão ter uma constituição ligeira e flexível,

privilegiando o efeito surpresa, superioridade de informação, conhecimento sobre a AO, a mobilidade, a manobra, a velocidade e a letalidade, potenciado nas novas tecnologias”. Esta reestruturação, considerando o atual contexto geoestratégico, militar e tecnológico, pretende atribuir às FFZ uma melhor capacidade de resposta face a ameaças híbridas, difusas e letais. Os ambientes marítimo e ribeirinho são desafiantes a nível operacional, pelo que as FFZ têm de estar preparadas para responder aos problemas militares que neles ocorram, não só contra forças irregulares e insurgentes, como aconteceu no passado, mas também contra um IN convencional.

No Ultramar, os Fuzileiros estavam organizados por DFE e CFs e esse modelo organizacional facilitou o combate ao IN nas três províncias ultramarinas. Era possível empenhar vários destacamentos e companhias em locais distintos, com missões diferentes, permitindo a abordagem manobrista prevista pela *NATO*. Nos tempos atuais essa necessidade é igualmente sentida atendendo ao facto de o IN ser cada vez mais assimétrico e à exponencial evolução tecnológica lhe permitir essa assimetria. As TTPs utilizadas devem ser constantemente inovadas, adaptadas e desenvolvidas de modo a responderem de forma eficaz às exigências militares do futuro. A organização dos Fuzileiros, embora seja pouco comparável à organização utilizada no Ultramar, tende a aproximar-se do conceito de flexibilidade. Deverá permitir empenhar vários destacamentos de Fuzileiros (DFZ) em áreas de operações distintas, possivelmente dispersas, sem que estes percam a sua comprovada eficácia.

Independentemente do facto da organização de combate poder ser variável, para ir de encontro aos requisitos específicos de cada missão, é igualmente necessária uma organização modular que permita o treino e a consolidação de métodos e que auxilie os comandantes aquando dos seus planeamentos. Um dos objetivos da nova reestruturação é a capacidade de se conseguir empenhar um ou mais DFZ, com as suas várias valências intrínsecas, que possam ser rapidamente infiltrados e recolhidos após a ação no(s) objetivo(s) e antes que o IN consiga gerar efeitos sobre ele. Poderá revelar-se um desafio conseguir manter as capacidades operacionais dos DFZ intactas, como por exemplo a capacidade de efetuar fogos de morteiros, a capacidade de reconhecimento (quer através de sistemas autónomos, quer através dos elementos do reconhecimento), ou até a capacidade de C2.

Cada DFZ divide-se em três Grupo de Combate, e cada um destes divide-se em

dois Elementos de Combate. Embora os DFZ devam conseguir o maior número de capacidades possível, integradas na organização para combate, isso nem sempre é realizável, principalmente em missões mais complexas. No entanto, os DFZ poderão ser apoiados pelo Destacamento de Apoio de Combate (DAC), que estruturalmente se divide em apoio de combate e apoio de serviços em combate. Apesar disso, é benéfico que os DFZ mantenham as capacidades integradas dentro dos destacamentos, permitindo ao seu comandante melhores e mais controladas (C2) soluções para planejar e conduzir as operações.



4.2. Capacidade Ribeirinha Atual do Corpo de Fuzileiros

As FFZ, de um modo geral, têm vindo a ser reestruturadas, desde o término da Guerra do Ultramar, a vários níveis. O seu conceito operacional contempla vários objetivos operacionais, que são determinantes no estabelecimento dos requisitos operacionais. Os objetivos operacionais das Forças e Unidades de Fuzileiros compreendem o atual enquadramento geoestratégico, uma constante avaliação da atual ameaça e risco a que podem estar expostas, a caracterização e o estudo das Áreas de Operações (AO) onde é esperado que atuem, o seu conceito de emprego e modalidades de atuação, bem como as missões e tarefas que lhes podem ser atribuídas.

Analisar e estudar a capacidade ribeirinha de uma força pode ser bastante complexo, principalmente quando se trata de uma força especial, com as diversas capacidades operacionais que a diferenciam. Ficou explícito no passado que as FFZ, organizadas em DFE e CFs, já realizavam operações ribeirinhas e anfíbias. Aliás, a

recriação dos Fuzileiros, visionada pelo Sr. Almirante Roboredo e Silva, em fevereiro de 1959 (CANN, 2016, p. 14), foi a esse encontro pois sentiu-se a necessidade de estabelecer uma força naval permanente nas regiões onde os movimentos de libertação melhor se faziam sentir. Nomeadamente em zonas delta ou nos rios que servem como fronteiras e/ou linhas de comunicação, em lagos interiores que mais se parecem com mares ou em regiões costeiras, onde a concentração de população se manifesta fortemente. Como referido no primeiro capítulo, esta concentração acontece por vários fatores, como por exemplo a existência de agricultura e transportes. A capacidade oceânica da Marinha dificilmente se consegue efetivar dentro destas zonas ribeirinhas, principalmente quando os navios calam muito. O litoral é uma exceção e as operações dos Fuzileiros no litoral aproximavam-se mais do conceito operações anfíbias, salvo algumas exceções, como a Operação Mar Verde. Na altura do Ultramar sentiu-se a necessidade de construir uma Marinha de embarcações mais pequenas, que fosse capaz de efetivar a sua presença nas zonas mais remotas, ou, neste caso, ribeirinhas. Mas essa mesma capacidade foi-se diluindo ao longo do tempo, uma vez que era dispendiosa, complexa, difícil de edificar e lenta de consolidar e de incrementar. Atualmente, as ambições da Marinha são outras e preveem forças mais ligeiras e flexíveis, que abdicuem da concentração de força em detrimento das operações distribuídas e, no caso dos Fuzileiros, operações distribuídas a partir do mar, nos rios e sistemas ribeirinhos e nos seus terrenos adjacentes.

É importante salientar que para analisar a capacidade ribeirinha atual dos Fuzileiros é necessário ter em conta fatores externos e internos. A capacidade pode ser considerada conjunta (mais que um ramo das FA) e/ou combinada (mais que uma nação), e é neste aspeto que reside grande parte da sua complexidade. Os Fuzileiros, numa operação ribeirinha, podem contribuir enquanto força de desembarque embarcada ou como força de operações especiais. Embora os Fuzileiros possam ter meios integrados nos seus destacamentos, como os da UMD (Botes, *LARCs*, *LARs*), os *LTATVs* (*Light-weight Tactical All Terrain Veicles*), e outros atualmente em fase de experimentação, estes meios por si só não são suficientes para executar operações ribeirinhas defensivas e de apoio (salvo exceções). Esta capacidade prevê embarcações com a componente de desembarque, como são exemplo as antigas lanchas de desembarque, e embarcações capazes de realizar patrulhas de média/longa duração, como as atuais lanchas da esquadrilha, embora estas também apresentem limitações. A capacidade ribeirinha dos

Fuzileiros está parcialmente dependente dos meios de que a Marinha dispõe, e esses não são completamente apropriados para a realização de operações ribeirinhas em deltas, rios e canais, podendo esta capacidade ficar condicionada a operações ribeirinhas ofensivas, no litoral.

Como se verificou no passado, o ambiente ribeirinho em zonas delta com águas pouco profundas era aquele em que os Comandos Navais empenhavam os Fuzileiros, por serem zonas mistas que requerem um tipo específico de doutrina, treino e meios para serem eficientes. Por essa razão foi o Bote Zebro Tipo III tão importante em operações passadas. Mas, atualmente, poderá ser considerado um meio vulnerável a ambientes hostis, devido à sua falta de blindagem e armamento. No entanto, não deve ser subestimado. Como referiu o Comandante Tunírio Abreu, num texto denominado “o Bote de Borracha”, publicado nos Anais do Clube Militar Naval, “a utilização do bote é muito variada. Como o jeep ou o helicóptero, serve para tudo e mais alguma coisa: patrulhas, emboscadas, desembarques, transportes, trabalhos hidrográficos, socorros a naufragos, fiscalização da pesca e outras nos portos, rios e lagos [...]”. (ABREU, s.d., p. 603-604). Embora não deva ser subestimado, deverão ser procuradas alternativas que permitam a melhoria e a consolidação da atual capacidade ribeirinha. Como considera o Sr. Comandante Fernandes Gil, a capacidade ribeirinha é tão importante atualmente como foi no passado e deveria investir-se nela. Uma boa alternativa para o realizar pode passar pela aquisição de *SURCs* (*Small Unit Riverine Craft*) mais ligeiros, “capazes de transportar uma secção de 10 homens”, mais adaptados às operações dos Fuzileiros. (GIL, 2009, p. 20). (Anexo IV).

O mundo está a evoluir constante e rapidamente e o possível IN futuro acompanha essa evolução. O ambiente ribeirinho é complexo e necessita de TTPs específicas para nele se operar eficazmente. É importante perceber-se que a capacidade ribeirinha é uma capacidade complexa e de lenta consolidação. Esta dissertação pretende evidenciar a necessidade de consolidação da capacidade ribeirinha, quer através da criação de doutrina nacional ribeirinha e respetiva aplicação, quer através de meios que permitam aos Fuzileiros realizarem estas operações num espectro mais alargado e com condições para aumentarem a sua eficácia em combate, indo de encontro às atuais ambições da Marinha para o emprego de forças de Fuzileiros.

Para analisar a atual capacidade ribeirinha dos Fuzileiros foi utilizado o método

DOTMLPII. Foram realizadas entrevistas informais aos Comandantes da Unidade de Projeção de Força (UPF) e da Unidade de Meios de Desembarque (UMD).

4.2.1. Doutrina

Portugal, enquanto Estado-membro da NATO, ratifica a doutrina Aliada. O *ATP 08 Vol. III – Riverine Operations*, embora seja aplicável ao CF, é utilizado para forças de grandes escalões. Este facto pode revelar-se incompatível com a atual realidade dos Fuzileiros, que devem estar preparados para gerar um Agrupamento Anfíbio, de escalão não superior ao equivalente ao de Batalhão Ligeiro de Desembarque (BLD). Existem registos e relatórios da ação dos Fuzileiros no Ultramar, existe alguma doutrina sobre operações em águas interiores, mas sente-se a necessidade de compilar e atualizar o conhecimento, com vista a uma melhor preparação das FFZ para o futuro, agindo antecipadamente em relação a um possível conflito, interno ou externo. O Sr. Comandante Jesus Alves considera que a doutrina nacional de operações ribeirinhas está consideravelmente desatualizada, concordando com a necessidade de isso ser contraposto.

Seria vantajoso para o CF incentivar o desenvolvimento de doutrina que consolide a capacidade ribeirinha, que a limite dentro do espectro de operações das FFZ, que reveja os atuais padrões de prontidão, que sirva como mais uma ferramenta para o planeamento das operações e que incentive/contribua para futuras propostas de aquisição de meios navais e/ou anfíbios que permitam operar continuamente, de forma rápida e ágil e com capacidade de desembarque, em ambiente ribeirinho, principalmente em águas pouco profundas. (RYAN, 2019, p. 32)

Cerca de 40% da população mundial habita perto da costa, numa região que se estende por aproximadamente 100km desde o litoral, em ambiente ribeirinho. As forças ribeirinhas das Marinhas, são as mais capazes para operar nestas regiões. Para acompanhar a evolução da Guerra, é necessário atualizar e criar doutrina que permita sustentar as operações. (MARKEY, 2020, p. 32).

4.2.2. Organização

A atual reestruturação do CF prevê uma organização flexível e adaptável para os DFZ. No âmbito das operações ribeirinhas e considerando que os DFZ são empenhados enquanto força de desembarque, atribuída a uma unidade naval, o processo de planeamento e execução destas operações poderá ser facilitado com uma organização por destacamentos e grupos de combate, como se verificou no Ultramar. No entanto, torna-se necessário salvaguardar a maximização das capacidades elementares dentro da organização dos destacamentos e essa tarefa pode revelar-se difícil de garantir.

A atual organização dos DFZ e GC não contemplam, por exemplo, uma equipa de coordenação e controlo de fogos indiretos de morteiros. Garantir que o uso das armas de apoio não tem qualquer limitação, sem alterar os efetivos dos DFZ, poderá ser desafiante. O mesmo se aplica para o comando e controlo. Para o garantir é necessário um sistema robusto de C3 que permita realizar operações distribuídas. Existem alguns problemas relativamente à utilização do sistema *dismounted soldier system (DSS)*, que apresenta algumas fragilidades (como *bugs* e falta de segurança). Independentemente destas lacunas, a organização atual das FFZ em DFZ e GC vai de encontro ao conceito de operações ribeirinhas ofensivas, principalmente raids e assaltos, como se verificou no Ultramar. É importante considerar que cada operação ribeirinha é única, pelo que a organização da ou das forças de desembarque que nela participam deve ir de encontro às necessidades operacionais identificadas pelos comandantes que as planeiam.

A organização da força ribeirinha deve ser apropriadamente orientada para a tarefa. As estruturas organizacionais internas e externas são determinantes para o sucesso, e as relações de apoio-apoiado devem ficar claramente definidas. (FLORES, 2007, p. 23).

4.2.3. Treino

O Corpo de Fuzileiros, de acordo com a Diretiva 01/2017 do Vice-Almirante Comandante Naval, “é uma Força permanentemente pronta. Isto é, não necessitará de nenhum ciclo de treino específico para se considerar pronta”. O treino das FFZ é uma boa oportunidade para se conseguirem identificar os aspetos que devem ser mais bem desenvolvidos e consolidados. Este treino está principalmente orientado para operações de desembarque, no âmbito das operações anfíbias e ribeirinhas, para operações terrestres e para operações especiais. As operações ribeirinhas não são apenas raids e assaltos.

Existem outros tipos de operações como patrulhas, interdição marítima, reabastecimento tático de forças terrestres, entre outras. Os treinos dos Fuzileiros são mais orientados para operações ribeirinhas ofensivas, podendo limitar as suas capacidades. Devido à falta de meios adequados, o treino para realizar outros tipos de operações ribeirinhas poderá ficar condicionado. Os Comandantes da UMD e da UPF concordam que, de uma forma geral, o treino dos DFZ vai de encontro ao conceito de operações ribeirinhas, mas com algumas limitações, principalmente a falta de meios e pessoal.

O treino do pessoal, de forma geral, deve ser “garantido e sustentado ao nível individual permitindo que contribua para o aumento a capacidade da unidade como um todo. Um apropriado nível de proficiência deve ser atingido, utilizando o treino especializado e exercitando as tarefas operacionais, com os recursos disponíveis, mesmo sendo poucos. (FLORES, 2007, p. 23).

4.2.4. Material

O material utilizado pelos DFZ, de forma geral, é bastante indicado para realizar operações anfíbias, ribeirinhas e terrestres, porque foi com esse objetivo que foi adquirido. No entanto, preveem-se como necessárias aquisições de material novo e mais avançado tecnologicamente e atualizações ao material já existente para garantir um desenvolvimento contínuo da capacidade ribeirinha. Um sistema de C3 mais robusto, que permita aos comandantes um bom comando e controlo e uma monitorização constante e em tempo real das operações, e que seja pouco vulnerável a guerra eletrónica, poderá ser uma mais-valia para o futuro. Existir um sistema *C4ISR* que seja integrado, entre os navios da esquadra e as FFZ poderia ser outra, pois iria garantir um conhecimento situacional constantemente atualizado. Outros exemplos podem ser equacionados, como: a aquisição de sistemas de comunicações mais robustos e adequados a operações distribuídas a partir do mar; a aquisição de armamento ligeiro antiaéreo que permita operar quer através de embarcações, quer em terra, podendo ser transportado pelas forças de desembarque, conferindo-lhe maior proteção; a aquisição de equipamentos de visão-noturna que permitam operar com maior eficácia no arco-noturno, arco este que o passado validou como sendo importante nas operações ribeirinhas; o desenvolvimento da capacidade *ISR* através de sistemas aéreos não tripulados (SANT), algo que já está a ser

feito com algumas limitações, principalmente ao nível do *streaming* vídeo, por ainda não ser suficientemente seguro; a aquisição e melhoria de meios ligeiros com capacidade anfíbia ou capacidade de serem projetados por helicópteros, como as LDP e os LTATV, respetivamente, embora estes também apresentem algumas limitações táticas.

Os meios dos Fuzileiros são bastante indicados para realizar operações ribeirinhas. Os Comandantes da UMD e da UPF concordam com esta afirmação. No entanto, penso que seria vantajoso para a Marinha e para os seus Fuzileiros a aquisição de uma embarcação ribeirinha de assalto, capaz de responder aos problemas inerentes ao ambiente ribeirinho (grandes variações de maré, necessidade de manobrabilidade sem perder poder de fogo, capacidade de transporte e desembarque, entre outros). A aquisição de uma embarcação, que requeira pouca manutenção e cuja navegação seja facilmente executada, não só iria aumentar a capacidade operacional dos Fuzileiros como iria despoletar o desenvolvimento de doutrina. Os botes são muito importantes para os Fuzileiros. São uma tradição que ainda não deixou, e penso que nunca deixará de ser, relevante para as suas missões. O bote, que no passado servia para tudo, atualmente pode revelar-se pouco seguro para as operações da atualidade. No entanto, deve ser um meio preservado e adaptado para ir de encontro aos requisitos operacionais das FFZ. O Comandante da UPF considera que, atualmente, o número de botes é insuficiente para dar resposta às necessidades. Cada DFZ necessita de 24 botes para ser projetado, pois cada GC precisa de 8 botes. Caso exista a necessidade de infiltrar dois DFZ em áreas de operações diferentes, o número de botes necessários passa a ser 48 (24 para cada DFZ). Estes quantitativos ainda não vão ao encontro das necessidades, embora a Fabrica de Botes esteja a trabalhar com esse objetivo.

4.2.5. Liderança

Os oficiais e sargentos que exercem funções de liderança, devem reconhecer a mesma como um dos fatores fundamentais que influencia as suas capacidades militares e devem ter a consciência da sua importância para o sucesso das operações. As operações ribeirinhas, pela sua especificidade, requerem fortes capacidades de comando e liderança. As operações decorrem num ambiente complexo, por vezes incerto e hostil e, acima de tudo, imprevisível, onde a coordenação e a rapidez de resposta a ataques do IN se tornam

fundamentais para o sucesso das missões. É por isso responsabilidade da liderança manter as suas forças motivadas, bem treinadas e em elevado estado prontidão permanente. John Cann, nos seus livros sobre a guerra do ultramar, faz várias vezes referência a esta qualidade para justificar o em parte o sucesso das forças portuguesas em diversas operações no Ultramar adjetivando-a de imaginativa, forte, visionária. Chega inclusivamente a comparar a baixa taxa de mortalidade do período de 1961 a 1974 em relação a outros conflitos da mesma altura (americanos no Vietname e franceses na Argélia) para concluir “taxas de baixas reduzidas em conflitos normalmente são atribuídas a treino rigoroso, boa liderança e um plano de batalha sólido que é compreendido por todas as partes”. (CANN, 1997, p. 253).

A reestruturação do CF, ainda em análise, prevê uma determinada organização para os DFZ. Cada DFZ está dividido em Comando e 3 Grupos de Combate. Cada GC, por sua vez, divide-se em 2 Elementos de Combate (EL). Prevê-se que cada GC contemple, na sua organização, dois oficiais. O que significa que cada EC será comandado por um oficial. Este tipo de organização cria líderes e abona a favor das operações ribeirinhas, pois permite um melhor comando e controlo, uma rápida tomada de decisão e confere alguma liberdade de atuação, que, como se verificou no passado, é necessária para atingir o sucesso. Em operações distribuídas através do mar, o facto de cada EC poder ser comandado por um oficial vai permitir uma descentralização do poder do CLF (caso este assim o determine nas ROE).

A marinha tem, desde 1993, um Gabinete dos Cursos de Aperfeiçoamento em Liderança, que em 2005 passou a Departamento de Formação em Comportamento Organizacional, cujo programa se baseia no modelo inglês, consolidado desde 1947 e assente em três aspetos essenciais: Tarefa, Grupo e Indivíduo. (MARINHA, 2024).

4.2.6. Pessoal

O Corpo de Fuzileiros tem um efetivo relativamente pequeno, o que, de certa forma, reflete a sua especificidade. Este baixo efetivo, segundo o Comandante da UMD, pode inviabilizar ou injustificar o investimento atual na capacidade ribeirinha do CF, uma vez que, para ser desenvolvida e consolidada, carece de efetivos que a ela se dediquem quase exclusivamente. É certo que atualmente um dos principais problemas da nossa

Marinha é a falta de pessoal (BRITO, 2021, p. 27), mas esse não deve ser um fator impeditivo para desenvolver uma capacidade que se mostra tão importante, ou até fundamental. O futuro é incerto e instável, tal como os INs que dele surgirão. Visto que a consolidação da capacidade ribeirinha é lenta e difícil, seria uma mais-valia para os Fuzileiros que essa consolidação se antecipasse a um futuro IN, seja ele insurgente ou convencional. A falta de pessoal deve ser vista como uma condicionante à consolidação e não como um impedimento que justifique o abandono do seu desenvolvimento. No entanto, é certo que, para esta capacidade ser trabalhada e desenvolvida é necessário resolver outros problemas primeiro, como a falta da capacidade antiaérea, de doutrina e de meios.

4.2.7. Infraestruturas

Atualmente, existem infraestruturas que os Fuzileiros podem utilizar para consolidar a sua capacidade ribeirinha. A Base Naval de Lisboa (BNL), a Escola de Fuzileiros (EF) e os Pontos de Apoio Naval (PAN), incluindo o PAN Troia, que recentemente passou para a alçada do Centro de Experimentação Operacional da Marinha (CEOM), são bons exemplos de infraestruturas disponíveis no âmbito desta capacidade. No entanto, devem ser estudadas e identificadas infraestruturas (novas ou já existentes) que permitam a consolidação da capacidade ribeirinha. A manutenção desta capacidade necessita de infraestruturas físicas em terra. Visto que as infraestruturas já existem, seria relevante para o CF e para a Marinha, dotá-las com meios que permitam consolidar esta capacidade.

4.2.8. Interoperabilidade

Assegurar a interoperabilidade das FFZ numa perspetiva interna, conjunta, combinada e interagências deve ser uma preocupação constante dos comandantes. Visto a capacidade ribeirinha ser inerentemente conjunta e muitas vezes combinada, garantir que diferentes forças com diferentes efetivos, meios, equipamentos e sistemas de armas consigam operar de forma interoperável, garantindo a complementaridade das funções de combate, revela-se necessário para o sucesso das operações. (COE, 2015, p. 29). O

comandante da força conjunta, a existir, é a entidade responsável por garantir esta função. As forças de Fuzileiros são interoperáveis com os meios da Marinha. No entanto, nem só a Marinha participa nestas operações, nem só os Fuzileiros são as únicas forças de desembarque presentes numa operação ribeirinha. A garantia da interoperabilidade requer o treino recorrente das forças, onde é testada a doutrina e os procedimentos a adotar. A falta de meios e de pessoal pode refletir-se. As forças do exército que, como foi visto no passado, podem guarnecer os navios da esquadra, devem constantemente preocupar-se com esta função. A interoperabilidade é fundamental em operações ribeirinhas.

4.3. Conceito *Light and Fast*

O conceito *Light and Fast* (*L & F*) não é um conceito novo na nossa Marinha. Este conceito foi implementado pelo Sr. Almirante Gouveia e Melo, atual Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA), no início de 2017, logo após ter assumido o cargo de Comandante Naval (COMNAV). No âmbito da Iniciativa Mar Aberto (IMA), em 2017 e 2018, foi testada a capacidade das fragatas em embarcar forças de Fuzileiros (FFZs) até 50 militares, onde foram realizadas diversas interações com parceiros congéneres africanos, com o objetivo de preparar os navios para o conceito. Na altura, o conceito foi entrando em vigor, não com a maturidade atual, mas num modelo orientado para os raids a partir dos navios das esquadras, integrando experiências tecnológicas e inovadoras, treinando-as mensalmente. Após a sua saída do COMNAV, o conceito caiu parcialmente em esquecimento, mas foi novamente amadurecido conforme apresentado nos cadernos navais nº 53 de 2019. Quando o Sr. Almirante Gouveia e Melo assume o comando da Marinha, este conceito é colocado novamente como prioritário, mas com uma nova dinâmica, catalisadora de uma Marinha mais útil e significativa. A Diretiva Estratégica de Marinha 2023, prevê na Iniciativa Estratégica 40 (IE40) uma reorganização orientada, com forças flexíveis e ligeiras, para o conceito *L & F*, considerando-se ser o catalisador do conceito de operações distribuídas a partir do mar.

O conceito *Light and Fast* prevê “forças ligeiras que privilegiam a surpresa, a mobilidade e a rapidez da ação, sobre a proteção da própria força, com o objetivo de explorar com vantagem o ciclo OODA (Observar, Orientar, Decidir, Agir) de um

adversário, através de ações inesperadas, cirúrgicas e decisivas, usando a capacidade de manobra do binómio navio-força junto do litoral.” (IE40). Este conceito deve assentar numa estrutura ligeira que permita às forças embarcar nos navios da esquadra sendo fácil e rapidamente projetadas por períodos curtos, e permita uma maior dispersão operacional. Deve ser flexível para facilitar a adaptação a mudanças rápidas de emprego operacional e para conseguir ser eficiente em situações de dispersão geográfica. Este requer superioridade de informação proveniente das diversas fontes de *intel*, assentes em operações *ISR*. A *intel* poderá ser recolhida fisicamente através de meios aéreos, de superfícies ou subsuperfícies (através de meios tripulados ou autónomos não tripulados), através dos militares no terreno ou poderá ser recolhida no ciberespaço, em plataformas controladas ou através da exploração do espectro eletromagnético. Deve-se explorar o fator surpresa, pelo emprego de forças onde e quando menos são esperadas, com velocidade no seu emprego e com superioridade de informação. Deve também explorar-se a mobilidade, tanto no mar como em terra, e a letalidade através de armas ligeiras com grande poder de fogo, facilitando a infiltração e extração de forças, não comprometendo a sua mobilidade. Este conceito visa explorar novas tecnologias, controladas remotamente e com tendência para serem automatizadas, bem como sistemas de C4 robustos que permitam operar num ambiente operacional cada vez mais tecnológico e robotizado.

O conceito de emprego pressupõe o *deploy* e *redeploy* expedito das FFZ, de modo a explorar o ciclo OODA do IN, através da utilização intermediária de um rápido ciclo IDAR (Ilusão, Desorientação, Ação e Retirada). O objetivo do conceito será permitir que a missão seja executada, sem permitir que o IN complete o seu ciclo OODA. O *LaF* foi criado para enfrentar a realidade. O mundo está a mudar rapidamente com o surgimento de novas tecnologias disruptivas. A necessidade de adaptação deve ser sempre considerada com o objetivo de atingir o sucesso em operações futuras.

4.4. Aplicabilidade do Conceito *Ligth and Fast* às Operações Ribeirinhas

O conceito *Ligth and Fast* (*L*) não é exclusivo a forças de Fuzileiros, segundo o Comandante da UPF, Jesus Alves. Este conceito, como visto anteriormente, prevê “forças ligeiras que privilegiam a surpresa, a mobilidade e a rapidez da ação, sobre a proteção da

própria força [...]”. (IE40). O objetivo deste conceito, aplicado às FFZ, prevê o desembarque de GC de forma dispersa. Isto implica realizar operações distribuídas através do mar, o que significa que, neste caso, a concentração de força não é efetivamente desejável. O objetivo passará por aumentar a mobilidade abdicando parcialmente da função proteção de força. Passará também por manter a iniciativa e usufruir ao máximo do fator surpresa, implicando operações de curta duração. Para colmatar a falta de blindagem é necessário possuir sistemas de informações e de C2 robustos. O sistema DSS é muito importante para o conceito *L & F*, no entanto, este sistema tem algumas limitações que poderão condicionar a sua utilização neste âmbito. Poderá revelar-se vantajosa uma possível utilização de *Gatlings* e de morteiros ligeiros (e morteiroides) que aumentem o poder de fogo das forças, quer durante os seus movimentos aquáticos, quer após o desembarque.

O conceito *L & F* é parcialmente aplicável às operações ribeirinhas. Aplica-se a operações ribeirinhas ofensivas e de apoio, especialmente a raids e assaltos na costa litoral. O conceito operações ribeirinhas prevê operações militares não só lançadas a partir dos rios, como também executadas nos próprios rios, nomeadamente, patrulhas ribeirinhas, interdição marítima, contramedidas de minas, entre outras exemplificadas anteriormente. Em *stability operations*, por exemplo, se considerarmos a necessidade de manter uma *LOC* ribeirinha aberta a fim de poder ser utilizada como espaço de manobra por forças amigas, o conceito *L & F* não se enquadra. Nestas operações é necessário manter a presença no ambiente ribeirinho e os navios da Marinha podem não o conseguir fazer, devido às suas características (principalmente o calado). Também não têm capacidade de desembarcar cavalaria o que pode comprometer as margens dos rios e áreas adjacentes. A osmose tem influência em ambiente ribeirinho porque normalmente as embarcações que nele operam não têm essa capacidade. As operações ribeirinhas defensivas não se enquadram no conceito *L & F*. Além disso, os meios com que os Fuzileiros podem ser infiltrados em terra, para realizar o *STOM* são principalmente os botes e os helicópteros. Para realizar operações ribeirinhas ofensivas, apesar das condicionantes, revelam-se eficazes, mas para outros tipos de operações ribeirinhas podem não ser os mais indicados, reconsiderando uma possível futura aquisição de embarcações tipo *SURC* que permitam aumentar a capacidade operacional do CF, indo de encontro ao conceito *L & F* e, no geral, ao de operações ribeirinhas. Esta aquisição

poderia contribuir em operações *over the horizon (OTH)*, operações de apoio a outras forças (quer de outros ramos, quer forças congéneres), e em operações *HADR*. Esta aquisição também poderia preencher o *gap* que existe entre a falta/indisponibilidade de helicópteros e a necessidade de complementar/apoiar os botes.

Segundo o Comandante da UPF, oficial que tem desenvolvido o conceito, dentro do CF, este aplica-se a operações ribeirinhas ofensivas e de apoio. No entanto, “não devemos ser cegos na execução do *L & F*”. Este conceito deve ser encarado como mais uma ferramenta ao dispor dos comandantes para atingirem os seus objetivos militares, tal como a própria capacidade ribeirinha deve ser encarada.

Conclusões

Este trabalho de investigação termina com a apresentação das conclusões e de algumas recomendações que derivam do objeto em estudo. Será feita uma síntese geral do tema e, posteriormente, uma apresentação dos resultados obtidos.

A presente dissertação de mestrado teve como principal objetivo o estudo da capacidade ribeirinha do Corpo de Fuzileiros. Esta capacidade, como nos mostrou o passado, é uma capacidade inerentemente conjunta e frequentemente combinada e é neste aspeto que reside grande parte da sua complexidade. A investigação tende a focar-se nas forças de desembarque e nas embarcações que as transportam, mas o conceito operações ribeirinhas não se deve cingir apenas a desembarques. Existe uma panóplia de ações táticas que as forças podem realizar, num ambiente tridimensional, complexo por natureza, como é o ribeirão, onde a especialização das forças é a chave do sucesso. Reconhecimento, interdição, apoio, raids e assaltos, patrulhas e emboscadas são apenas algumas dessas ações. As embarcações são a principal componente desta capacidade. No entanto, o seu papel perde relevância se não forem dotadas com a capacidade de projeção de força, conferindo profundidade às operações, ou se não contarem com o apoio naval, terrestre e/ou aéreo, que permitam a cobertura da manobra, a sustentação, informações e a proteção de força. Independentemente dos meios físicos, o sucesso na condução das operações ribeirinhas reside principalmente no Homem, nas suas capacidades militares e na sua rapidez de adaptação ao ambiente envolvente.

Como se pôde verificar, operações ribeirinhas têm características especiais. Requerem forças bem treinadas, doutrina que as sustente e meios apropriados que possibilitem a sua execução. O principal objetivo de uma operação ribeirinha é o controlo do ambiente operacional, podendo realizar-se em todo o espectro do conflito, desde cenários hostis até aos permissivos. Controlar as linhas de comunicação fluviais e as suas margens e terrenos adjacentes considera-se fundamental para o sucesso das operações. O objetivo passa em grande parte por permitir que as forças amigas manobrem com liberdade, transportando poder de combate embarcado, e negar essa função ao IN, que a ela recorre para se sustentar logisticamente. As forças ribeirinhas têm de ser interoperáveis e existe nelas uma grande necessidade de comando e controlo, que deverão

assentar numa estrutura flexível e adaptada às necessidades operacionais. São normalmente comandadas pelo comandante da força conjunta e a descentralização do poder poderá ser benéfica para atingir os objetivos, porque permite uma tomada de decisão mais rápida. Atualmente, o paradigma das operações ribeirinhas pode estar a sofrer alterações. Se outrora se considerou que, numa época pré-industrial, contribuíam fortemente para as *major combat operations*, com o passar do tempo, parecem ter sido deslocadas para os campos da contrainsurgência, da assistência militar e da manutenção da segurança, diminuindo a intensidade dos conflitos em que participam e revelando-se importantes na estabilização dos mesmos (*stability operations*).

No século passado registaram-se três Guerras onde as operações ribeirinhas tiveram extrema relevância. Grande parte do atual conhecimento sobre guerra ribeirinha teve origem nessas experiências que, ainda hoje, apesar da evolução da guerra, se constituem como bons casos de estudo. A análise destes três conflitos armados permite-nos concluir que são mais os fatores comuns que os aproximam que aqueles que os fazem divergir. Todos eles se enquadram nas características da guerra revolucionária e subversiva, de baixa intensidade. O IN era insurgente e utilizava frequentemente as zonas delta, os rios e o litoral para sustentar as suas ações, aproveitando a possibilidade de dissimulação que as populações locais e o terreno lhes ofereciam. Todos os conflitos foram de extensa duração, o que saturou as forças e os meios militares dos países envolvidos e tiveram um impacto negativo na opinião da comunidade internacional, influenciando negativamente a aquisição dos meios necessários para levar as operações ribeirinhas avante. Embora nestes conflitos se tenha presenciado o sucesso operacional nas operações ribeirinhas, a componente política não o acompanhou. Em todas as Guerras se testemunhou a dificuldade em edificar uma capacidade ribeirinha, robusta e eficaz, mas também nas três foi perceptível que esta capacidade era a melhor maneira, se não a única, de estabelecer uma presença naval e terrestre constante nas zonas mais difíceis de operar, que por sua vez também eram as de maior densidade populacional. Os três conflitos analisados evidenciam a falta de preparação no emprego desta capacidade, bem como a falta de doutrina e experiência que a suportasse. Os franceses foram os primeiros e os americanos e os portugueses não aproveitaram na sua plenitude as lições aprendidas por aqueles. A capacidade ribeirinha foi edificada do zero, para responder às necessidades que iam surgindo em vez de estar prévia e minimamente consolidada, com forças

preparadas, especialmente treinadas e doutrinariamente instruídas para o efeito. Tal facto resultou em perda de tempo, no aumento dos custos de aquisição e traduziu-se em elevadas baixas em combate, não contribuindo para a maximização da capacidade. A aquisição extemporânea de meios ribeirinhos, os intensos planos de construção de embarcações e infraestruturas que as suportassem e o treino apressado das forças de desembarque verificou-se novamente. No final das três guerras, o desmantelamento e a cedência dos meios ribeirinhos às marinhas das nações hospedeiras revelou-se necessária. Apesar de todas as diferenças ao nível da dimensão dos TOs, dos efetivos empregues e das características dos diferentes INs, os aspetos comuns evidenciam-se, apelando-se para a sua consciencialização, aquando de operações ribeirinhas futuras.

	Portuguese Navy	French Navy	U.S. Navy
Estimated Primary Waterways (nautical miles)	1,040	6,000	4,000
Naval Units	137	90	619
Miles of Waterway per Unit	7.59	66.67	6.46
Enemy Troop Strength	27,000	42,000	80,000

Figura 12 - Comparação das Forças Navais Fonte: CANN, 2007, p.78

A principal conclusão que se pode retirar da análise das três Guerras é que a capacidade ribeirinha, apesar de se revestir de elevada relevância, é difícil de erigir. A sua edificação é lenta e dispendiosa, mas estas condicionantes não deverão justificar o seu abandono, mesmo que parcial, pois esta capacidade poderá ser bastante útil no futuro, mesmo em tempo de Paz. Deverá ser mantida e preservada, ainda que a um nível mínimo, com o objetivo de poder ser rapidamente empregue em caso de necessidade, não ficando dependente da aquisição extemporânea de meios, da criação “apressada” de doutrina ou do treino de forças de desembarque. Uma possível aquisição de embarcações ribeirinhas de assalto, no futuro, faria despoletar a criação e adaptação da doutrina de operações ribeirinhas, bem como permitiria a antecipação do treino especializado.

O segundo e terceiro capítulos permitem-nos concluir que os conceitos doutrinários são relativamente idênticos, de forma geral. Cada país elabora a sua doutrina baseada nas suas circunstâncias e capacidades, limitando por vezes a aplicação da doutrina de forma universal. Portugal ratifica a doutrina Aliada que é visionada para

forças de grandes escalões, podendo condicionar a sua aplicabilidade a forças de escalões menores, como é o caso das forças de Fuzileiros. No entanto verifica-se que grande parte dos procedimentos doutrinários aliados são aplicáveis às nossas forças, mas **considera-se necessária a criação e adaptação da doutrina nacional de operações ribeirinhas** para que possa ser utilizada ao nível tático aquando destas operações. A caracterização das operações ribeirinhas, do conceito de emprego das forças ribeirinhas e do ambiente operacional em que ocorrem, põem em evidência algumas limitações nomeadamente a falta de *LOCs* terrestres e de *HLZs*. Embora as operações ribeirinhas sejam mais associadas à componente naval, têm algumas semelhanças com as operações terrestres.

O culminar da tese coincide com o estudo da atual aplicabilidade do conceito a forças de Fuzileiros. Com o final dos conflitos ribeirinhos, as marinhas tendem a desconsiderar esta capacidade, porque passa a não existir uma necessidade visível de a empregar. A falta de uma visão estratégica e transversal levou diferentes marinhas a abandonarem parcialmente esta capacidade, erro que não se deve repetir. É certo que os governos só disponibilizam verbas na iminência dos conflitos, ou quando a sua ocorrência se considera inevitável e próxima no tempo, o que se revela ser um entrave à consolidação da capacidade operacional. No entanto, é da responsabilidade de cada ramo das FA identificar regularmente as necessidades a serem supridas, de modo a poderem garantir a sua operacionalidade no cenário atual.

Como ficou explícito no passado, a capacidade ribeirinha é aplicável aos Fuzileiros e a sua recriação foi feita nesse sentido. Não obstante, as realidades atuais e passadas diferem consideravelmente. As operações ribeirinhas já não são vistas como antes, e a capacidade operacional dos Fuzileiros não é a mesma que a do tempo do Ultramar. **Considera-se que, atualmente, as operações ribeirinhas são parcialmente aplicáveis aos Fuzileiros. A capacidade ribeirinha aplica-se principalmente a operações ribeirinhas ofensivas, no litoral,** e, mesmo estas, apresentam várias limitações como: a ausência da capacidade antiaérea, integrada nas forças de desembarque e nas embarcações; a deficiente capacidade de visão noturna, devido à falta de sistemas optrónicos (principalmente visores, alças de mira e câmaras térmicas); a ausência de um sistema integrado entre Marinha e Fuzileiros que permita um melhor comando, controlo e coordenação da combinação Navio-Fuzileiro, que permita a monitorização em tempo real das operações; a inadequação dos sistemas de

comunicações táticas e da capacidade *ISR*; o apoio de fogos indiretos de morteiros (devido à falta de integração de observadores avançados e à dificuldade de realizar a correção de tiro). As operações ribeirinhas defensivas e de apoio requerem normalmente mais capacidades aos níveis do transporte, blindagem, C2 e poder de fogo móvel. Dá-se primazia à presença militar, à segurança e à autossustentação, no ambiente ribeirinho, em vez de se priorizar o fator surpresa, a rapidez de execução e o *STOM*.

O conceito *Light and Fast*, atualmente em fase de experimentação no CF prevê forças flexíveis, ágeis e rápidas. Não é um conceito exclusivo a forças de Fuzileiros. Considerando que o *L & F* é o catalisador do conceito de operações distribuídas a partir do mar, tem relevância no âmbito desta investigação, devendo, porém, ser analisado ao nível tático. Este conceito prevê o desembarque de equipas de forma dispersa, negligenciando a concentração de forças e a sua proteção em detrimento da rapidez de execução na área do objetivo. É um conceito que foi idealizado principalmente para gerar efeitos no litoral. **O conceito *L & F* é parcialmente aplicável a operações ribeirinhas. Aplica-se a operações ribeirinhas ofensivas e de apoio.** No entanto, verifica-se novamente que essa aplicabilidade se encontra condicionada. É importante salientar que essas condicionantes são relativas à capacidade operacional do CF e da Marinha e não ao nível da interpretação conceptual (doutrina) do próprio conceito.

Um dos objetivos da investigação consiste em justificar, ou analisar se é justificável o investimento (aumento, desenvolvimento, consolidação) na capacidade ribeirinha do CF. Como se verificou no passado e se afirma uma vez mais, esta capacidade é difícil de erguer e é um empreendimento lento, pelo que não deve ser feito somente quando existe uma premente e comprovada necessidade de o fazer, sendo já normalmente tarde, resultando em ineficiência operacional. **Deve ser mantida uma capacidade ribeirinha básica que permitia o seu emprego imediato**, quer em cenários de Guerra quer em tempos de Paz. **Deve investir-se na capacidade ribeirinha. Esta capacidade deve ser vista como mais uma ferramenta ao dispor dos comandantes para atingirem os seus objetivos, sendo por isso pertinente equacionar-se a aquisição de embarcações ribeirinhas de assalto (tipo *SURC*), que aumentem consideravelmente a capacidade operacional do CF.** Se aos botes, muito importantes para a função manobra em ambiente ribeirinho, adicionarmos os fogos, tornar-se-ão mais protegidos, podendo talvez ser utilizados em outros tipos de cenário, apoiados por embarcações mais

robustas, com capacidades integradas. O *SURC* deve ser visto como um complemento ao bote, que em cenários não permissivos ou sem o fator surpresa associado se podem revelar ineficientes e acarretar riscos acrescidos para os Fuzileiros. A gestão do risco é um importante fator a considerar em operações ribeirinhas.

O investimento na capacidade ribeirinha já está a decorrer, dentro do CF, pelo que a sua justificação se comprova. Está em curso um processo de recuperação das antigas LARC e estão a ser estudados e desenvolvidos projetos que têm em vista o aumento de LDP aos efetivos. Embora estes meios apresentem algumas limitações táticas, a capacidade operacional dos meios deve complementar-se mutuamente, pelo que uma nova embarcação de assalto se prevê necessária para o aumento do poder de combate nas *LOCs* ribeirinhas. Em operações ribeirinhas, é tão importante transportar poder de combate para ser projetado em terra como exercer esse poder, de forma contínua, nas *LOCs*.

As operações ribeirinhas continuarão a ser importantes no futuro e exigirão a integração de novas tecnologias, a atualização da doutrina e a adaptação de procedimentos, que permitam responder mais eficazmente aos problemas militares que se avizinham.

Recomendações de Trabalhos Futuros:

- Estudar e analisar possíveis propostas de aquisição de embarcações ribeirinhas de assalto que aumentem a capacidade operacional dos Fuzileiros;
- Investigar a possível reaquisição de embarcações do tipo “sintex marujo”, que pelas suas características e comprovada aplicabilidade se podem revelar importantes para a capacidade ribeirinha, complementando a ação dos botes;
- Estudar a capacidade de construção de diversas embarcações, na Fábrica de Botes, que possam aumentar esta capacidade;
- Analisar e investigar possíveis sistemas C4 que possam ser integrados nos navios da Marinha e nas FFZ, permitindo um melhor comando e controlo sobre as operações ribeirinhas.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Tunírio (s.d.), *O Bote de Borracha*, Anais do Clube Militar Naval.
- ALBERTO, Ricardo G. (2017), *Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961-1974*, Tese de Mestrado, Escola Naval, Alfeite.
- BAÊNA, Luís Sanches de (2006), *Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África 1961/1974*, Comissão Cultural de Marinha. 1ª ed. Edições Inapa.
- BASSETT, William B. (2014), *The Birth of Modern Riverine Warfare: US Riverine Operations in the Vietnam War*. USN. 1st ed. Pickle Partners Publishing.
- BENBOW, Robert. (2006), *Renewal of Navy's Riverine Capability: A Preliminary Examination of Past, Current and Future Capabilities*, Ed. The CNA Corporation.
- BORGES, L. (2013), *O emprego das Forças Armadas em conflitos assimétricos*. (Trabalho de Investigação individual do Curso de Estado-Maior Conjunto). Instituto de Estudos Superiores Militares: Pedrouços, Portugal.
- BRADLEY, Mark P. (2009), *Vietnam at War*, Oxford University Press, New York.
- BRITO, Rogério M. (2012), *Forças Armadas: As Operações Ribeirinhas*. Instituto de Estudos Superiores Militares.
- _____ (2021), *Corpo de Fuzileiros 2030: Uma Perspetiva A Dez Anos*. Instituto Universitário Militar.
- CALVÃO, Alpoim (s.d.), *Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva*, Anais do Clube Militar Naval, p. 713-720.
- CANN, John P. (1997), *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*, 1st ed., Westport, Greenwood Press.
- _____ (2007), *Brown Waters of Africa: Portuguese Riverine Warfare 1961-1974*, 1st ed., St. Petersburg, Hailer Publishing,
- _____ (2016), *The Fuzileiros: Portuguese Marines in Africa. 1961-1974*, 1st ed., Helion & Company Limited.
- COE, (2015), *Prospective Operations in Confined and Shallow Waters*. Center of Excellence for Operations in Confined and Shallow Waters, Kiel, Germany.
- CÔRTE-REAL, Frederico (2016), *Edificação de uma capacidade expedicionária de Guerra Estuarina*. Instituto Universitário Militar. Departamento de Estudos Pós-Graduados.

- CROIZAT, Victor. (1984) *Vietnam River Warfar 1945-1975*, Blandford Press, England.
- _____ (1967) *Lessons From The Indo-China War, Vol. II*, The Supreme Command, Far East
- CRUZ, João J. (2009) *O Rio Rovuma*. Revista Militar nº 2494/NOV09, sitio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/524> , acedido em março de 2024.
- CUTLER, Thomas J. (2016) *The U.S. Naval Institute on Vietnam Coastal and Riverine Warfare*, 1st ed., Naval Institute Press.
- DALLOZ, Jacques. (1990) *The War in Indo-China: 1945-54*, traduzido por Josephine Bacon, Ed: Gill and MacMillan, Irlanda, Dublin.
- DANIELS, Victory & ERDHEIM, Judith. (1976), *CRC284 Game Warden Operations Evaluation Group*, Center for Naval Analyses, Arlington, Virginia.
- Decreto nº 275/74, de 24 de junho. (1974). <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/06/14500/07410742.pdf>
- EDWARD, Olivia. (2009) “*Boundary Issues*,” *Geographical* 81, no. 5, p.39.
- FALL, Bernard. (1964), *Street Without Joy – The French Debate in Indochina*, Mechanicsburg, Stackpole Books.
- FERREIRA, João Brandão. (2009), *Em Nome da Pátria*, 1ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FLORES, Ricardo A. (2007) *Improving the U.S Navy Riverine Capability Lessons From The Colombian Experience*. Calhoun. Naval Postgraduate School.
- FM 90-13 (1992), *River Crossing Operations* – Army, Marine Corps. FMFM 7-26.
- FULTON, William B. (1985), *Vietnam Studies – Riverine Operations 1966-1969*. Department of the Army.
- GIL, Fernandes. (2009), *Relevance of Riverine Capability for Today’s Portuguese Navy*, USMC Command and Staff College, Virginia.
- GRAU, Reagan Jay. (2006), *Waging Brown Water Warfare: The Mobile Riverine Force In The Mekong Delta, 1966-1969*, Tese de Mestrado, Texas Tech University, agosto de 2006.
- JACKSON, Peter D. (2005), *French Ground Force Organization and Conterrevolutionary Warfare 1945-1962*, Tese de Mestrado, U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas.
- JOES, Anthony J. (2010), *Victorious Insurgencies: Four Rebellions That Shaped Our*

- World, University Press of Kentucky.
- KENNEDY, Paul J. (2001), *Dinassaut Operations in Indochina: 1946-1954*. Master of Military Studies. USMC.
- LADRANGE, Paul. (1992), *La Brigade marine d'Extrême-Orient (B.M.E.O.)*, em: Revue Historique des Armées, nº189, Emplois particuliers des armées, p. 88-94.
- MACMILLAN, Harold. (1960), *A Guerra e as Respostas Militar e Política – Os “ventos de mudança” e a resistência portuguesa*. Artigo da RTP, acedido em março de 2024, acedido em <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/os-ventos-de-mudanca-e-a-resistencia-portuguesa/>.
- MAIA, José M. (2023), *As Guerras de África (1961/1974)*. Como a Marinha se preparou para o conflito. Revista Militar nº 2655/abril, sítio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1711> , acedido em junho de 2024.
- MAGNOLI, Demétrio, (2006), *História das Guerras*, São Paulo, Ed. Contexto.
- MARINHA, (2024). Centro de Referência em Liderança, acedido em https://fuzileiros.marinha.pt/pt/o_que_fazemos/forma%C3%A7%C3%A3o/Paginas/centroderefer%C3%Aanciaemlideran%C3%A7a.aspx, acedido em março de 2024.
- MARKEY, Ryan. (2020), *The Utility of US Navy Riverine Forces*. National Defence University JFSC. Joint Advanced Warfighting School.
- MAROLDA, Edward J, DUNNAVENT, R. Blake, (2015), *Combat at Close Quarters – Warfare on the River and Canals of Vietnam*, Naval History and Heritage Command, Washington Navy Yard, DC.
- MATOS, José. (2015), *O início da guerra na Guiné (1961-1964)*. Revista Militar nº 2566/novembro, sitio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1066> acedido em junho de 2024.
- McCLINTOCK, Robert. (1954), *The River War in Indochina*. U.S. Naval Institute. Sítio da internet: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/1954/december/river-war-indochina>, acedido em 06 de março de 2024.
- MD33 (2020), *Manual de Operações Ribeirinhas*, Brasil.
- MESQUITA, Vítor M. (2011), *Os Encargos com a Guerra no Ultramar*, Revista Militar nº 2511/abril , sítio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/642> , acedido em junho de 2024.

- MUNDY, Jr. KELSO, II. (1994), *Naval Doctrine Publication 1 – Naval Warfare*. Department of the Navy, 28 March.
- MURPHY, Martin N. (2007), *The Blue, Green, and Brown: Insurgency and Counterinsurgency on the Water*, *Contemporary Security Policy*, 28:1, 63-79, DOI: 10.1080/13523260701240351, acedido em março de 2024, em: <https://doi.org/10.1080/13523260701240351> .
- NATO (2017), *ATP-8(D) Vol I. Doctrine for Amphibious Operations*, ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NATO (2018), *ATP-08(D), Vol II. Tactics Techniques and Procedures for Amphibious Operations*, ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NATO (2019), *AJP-3(C) Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations*, ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NATO (2019), *ATP-8.1(A), version 2, Amphibious Operations Interoperability Matrix*, ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NATO (2020), *ATP-8(A) Vol III. Riverine Operations*. ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NATO (2022), *ATP-3.2.1 (C), version 1, Conduct of Land Tactical Operations*, ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NATO (2022), *AJP-3.2 (B), version 1, Allied Joint Doctrine for Land Operations*, ed. Brussels: Nato Standardization Office.
- NUNES, António L. (2011), *Recordando o Inicio da Guerra do Ultramar 50 Anos Depois*. Revista Militar nº 2512/maio, sitio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/655> , acedido em junho de 2024.
- _____ (2014), *Os Assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o Massacre de 15 de março no Norte de Angola – Antecedentes*. Revista Militar nº 2545/2546, sitio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/906> , acedido em junho de 2024.
- ONU, (2024), *ONU News - População Mundial chegará a 9,9 biliões em 2054*, sitio da internet: <https://news.un.org/pt/story/2024/04/1830966> , acedido em junho de 2024.
- PAUL, Christopher. (2013), *Paths of Victory – Detailed Insurgency Case Studies*, ed. Rand Corporation, outubro de 2013.

PEREIRA, José A. R. (2021), *As Guerras da Água*, Revista Militar nº 2641/2642, sítio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1618> , acedido em março de 2024.

(2014), *A Marinha na Mobilização Militar para África*. Revista Militar nº 2551/2552, setembro 2014, sítio da internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/945> , acedido em junho de 2024.

RYAN, L. (2019), *Creating a Coastal Riverine Force Operational Design for Multi-Domain Operations*, Tese de Mestrado, U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas.

RID, Thomas, KEANEY, Thomas (2010), *Understanding Counterinsurgency – Doctrine, operations, and challenges*, Routledge, New York.

ROBOREDO, Armando de. (s.d.), *Um Depoimento Sobre Politica Naval Portuguesa*, Anais do Clube Militar Naval, p. 497.

ROWLANDS, Kevin. (2018), *Riverine Warfare: Exploiting a Vital Maneuver Space*. Naval War College Review (Vol. 71, Issue 1), Ed. U.S. Naval War College.

Royal Netherlands Navy (2014). *Fundamentals of Maritime Operations – Netherlands maritime military doctrine*. Den Helder: Maritime Warfare Centre.

RTP (1990), *Processos de Independência em África*, Reportagem, RTP Ensina, acedido em março de 2024, acedido em <https://ensina.rtp.pt/artigo/independencias-paises-africanos/> .

SALAZAR, António de O. (1961), *O Ultramar Português e a ONU* (discurso público), Canal do Youtube: Joaquim Esteves, acedido em março de 2024, sítio da internet: https://www.youtube.com/watch?v=O8NkJwx3UIE&ab_channel=JoaquimEsteves

SHERWOOD, John Darrell. (2015) *War In The Shallows – U.S. Navy Coastal and Riverine Warfare In Vietnam 1965-1968*, Naval History and Heritage Command, Washington DC.

SPANGLER, David J. (1995) *What Lessons Can Be Drawn From U. S. Riverine Operations During The Vietnam War As The U. S. Navy Moves Into The Twenty-First Century?* Tese de Mestrado, ed. U.S. Naval Academy, Fort Leavenworth, Kansas.

- STOLZENBURG, Michael A. (2008), *Unified Vision for The Future: Riverine Squadrons and The Security Operations MAGTF*, tese de mestrado pela The Ohio State University, Columbus, Fort Leavenworth, Kansas.
- TELO, António José (1999), *Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974 (Tomo I)*, Academia de Marinha, Lisboa.
- TUCKER, Spencer C. (2001), *Encyclopedia of the Vietnam War: a political, social, and military history*, Oxford University Press, New York.
- TZU, Sun (XVIII). *A Arte da Guerra*. Traduzido por Samuel B. Griffith, Direção editorial: Christopher Westhorp.
- UHLIG, Frank Jr. (1986), *Vietname: The Naval Story*, ed. Naval Institute Press, 1 de Janeiro.
- UN (2015) *United Nations Peacekeeping Missions Military Riverine Unit Manual*.
s.l.: Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support.
- U.S. Naval Institute (1947), *The U.S. Naval Institute on Vietnam: Coastal and Riverine Warfare*. 1st. Ed. Naval Institute Press.
- U.S. Navy (1987), *Doctrine for Navy/Marine Corps Joint Riverine Operations*, Washington DC: Department of the Navy.
- USMC (1967), *FMFM 8-4. Doctrine for Riverine Operations – U.S. Marine Corps*, Department of the Navy, 13 february.
- VALERIU, Lucian. (2020), *Amphibious and Riverine Operations Specific Concepts*. Romanian Military Thinking. Ed. National Defence University. Bucharest.
- VENTER, Al J. (2013), *Portugal's Guerrilla Wars in Africa. Lisbon's Three Wars in Angola, Mozambique and Portuguese Guinea 1961-1974*. 1st ed., Helion & Company.
- WILLEY, Paul F., (2004) "*The Art of Riverine Warfare from an Asymmetrical Approach*" (tese, U.S. Naval Postgraduate School, Monterey, CA, 2004)

Referências Bibliográficas a Recursos Visuais:

- SANTOS, Carlos. (2017). *DVD Os Fuzileiros*. Canal do Youtube António José de Deus Gonçalves, acedido em janeiro de 2024, https://www.youtube.com/watch?v=H9hR--JWkek&t=4159s&ab_channel=Ant%C3%B3nioJos%C3%A9deDeusGon%C3%A7alves.
- BINNS, Stewart. WOOD, Adrian (2016). *Indochina, A Guerra de Um Povo*. Ep. 1 e 2. The History Channel, Canal do Youtube Bartolomeu Perestrelo, acedido em dezembro de 2023, Ep.1 em https://www.youtube.com/watch?v=3VOfrkJQaBQ&ab_channel=BartolomeuPerestrelo, Ep.2 em https://www.youtube.com/watch?v=c0Il4xULEgw&ab_channel=BartolomeuPerestrelo.
- SAVILLE, Lyndy. (2022). *The Vietnam War*. Parte 1 e 2. Canal do Youtube Free Documentary, acedido em março de 2024, part.1 em https://www.youtube.com/watch?v=Z_YkVo0qEAA&t=11s&ab_channel=FreeDocumentary-History, part.2 em https://www.youtube.com/watch?v=W5-iR_5L1LQ&ab_channel=FreeDocumentary-History.
- VISUALIZED, Military History. (2016), *Vietnam Riverine War & Patrol Boat River Documentary*. Canal do Youtube Military History Visualized, acedido em janeiro de 2024 em https://www.youtube.com/watch?v=Dvk2M2qdaoY&t=568s&ab_channel=MilitaryHistoryVisualized.
- WEMANS, Jorge. (s.d.). *As Grandes Batalhas de Portugal – Operação Nó Górdio*. Canal do Youtube Rui Pinto de Almeida, acedido em junho de 2024, acedido em https://www.youtube.com/watch?v=cnUHseGWKGw&ab_channel=InvestigatoinsetEnqu%C3%A7%C3%A3o.

Lista de Anexos:

- I – Primeira Guerra da Indochina
- II – Guerra do Vietname
- III – Guerra do Ultramar
- IV – *SURC (Small Unit Riverine Craft)*

ANEXO I: Primeira Guerra da Indochina



*Au nord (Tonkin.) le delta du fleuve Rouge ;
Au sud (Cochinchine), le delta du Mékong*

Figura 13 – Carta General da Indochina Francesa

Fonte: <https://memorial-national-des-marins.fr/l/184014-flottilles-amphibies-d-indochine-1945-1954>

A BMEO, que foi dissolvida dia 1 de janeiro de 1947 deu inicialmente origem a dois grupos anfíbios denominados Force Amphibie du Nord – FAN e Force Amphibie du Sul – FAS, que juntos constituíam a <i>FAMIC – Force Amphibie de la Marine en Indochine</i>. Mais tarde, a FAMIC sofreu uma divisão mais formal entre Exército e Marinha. Durante a primavera de 1947, as unidades navais passaram a chamar-se <i>Groupes de Combat Amphibies</i> e em agosto estes grupos foram reorganizados e denominados Dinassauts.	
Organização típica de uma Dinassaut, 1947-1949: • 1 LCI (LSIL de 1951) – Comando e controlo (e apoio); • 1LCT – Transporte; • 2 LCMs – Transporte e apoio; • 4LCVPs – Apoio, patrulhas e, mais tarde, draga-minas; • 1LCVP ou LCA – Patrulhas e barco de ligação; • Outras componentes: LSSL, Comandos Navais Franceses e Forças do Exército.	
Constituição das <i>Dinassauts</i>:	
DINASSAUT 1: (constituída em Tonkin, em agosto de 1947) CMDTs: CC Landrot, CC Brossard (1950) Outubro 1949: 1 LCI, 1LCT, 4 LCVPs/LCAs Dezembro 1950: 1 LCI, 6 LCMs ou LCVPs, 1 CLA Julho 1952: 1 LCI, 4 LCMs, 2 EAs, 1 CLA Janeiro 1954: 1 LCI, 2 LCM <i>monitors</i>, 3 LCMs, 2 EAs, 1 pelotão de embarcações tipo STCAN/FOM.	DINASSAUT 2: (constituída na Cochinchina, agosto de 1947) CMDT: CC Léost Janeiro 1954: 1 LSIL, 2 LCMs e 2 EAs.
DINASSAUT 3: (constituída em Tonkin, em agosto de 1947) CMDTs: LV Garnier, CC Acloque Outubro 1949: 1 LCI, 1 LCT, 4 LCVPs and/or LCAs Dezembro 1950: 1 LCI, 6 LCMs ou LCVPs, 1 CLA Julho 1952: 1 LCI, 4 LCMs, 1 CLA Março 1954 (Dinassaut 22): 1 LSIL, 2 LCM <i>monitors</i>, 5 LCMs	DINASSAUT 4: (constituída na Cochinchina, enquanto unidade de intervenção em agosto de 1947) CMDTs: CC Degoy, CC Rossignol In July 1952: 1 LCI, 2 LCM <i>monitors</i>, 2 LCMs, 2 EAs, 1 CLA.
DINASSAUT 5: (constituída em Tonkin, em agosto de 1947) CMDTs: LV Nivet-Doumer, CC Mangin d’Ouice Outubro 1947: 2 LCTS, 2 LCMs e 2 LCAs.	DINASSAUT 6: (constituída na Cochinchina em agosto de 1947) CMDTs: CC Buot de l’Epine Janeiro 1954: 1 LCM (Comando), 4 LCMs e 4 LCVPs
DINASSAUT 8: (conhecida por “<i>dinassaut rapide</i>” e mais tarde, “<i>dinassaut d’escorte</i>” foi constituída em janeiro de 1948 na Cochinchina, especialista em operar nos	DINASSAUT 10: (constituída na Cochinchina em março de 1951, unidade de intervenção)

campos de arroz do delta do rio Bassac) CMDTs: CF Ponchardier, CC Pasquier de Franclieu Março 1948: 2 <i>armoured barges</i> (<i>Lave e Dévastation</i>), 2 LCMs e 4 LCVPs, Janeiro 1954: 1 LCM (Comando), 4 LCMs e 2 LCVPs	CMDTs: CC Gasnier-Duparc Janeiro 1954: 1 LSIL, 2 LCMs e 2 LCVPs.
DINASSAUT 12: (constituída em Tonkin, em janeiro de 1951) CMDTs: CC de Kersauzon Janeiro 1952: 1 LCI, 2 LCM <i>monitors</i> , 2 LCMs, 2 EAs, 1 CLA (com 61 comandos navais)	DINASSAUT Haiphong: (constituída na Cochinchina em fevereiro de 1953) CMDT: LV Bardet Maio 1953: 1 LSIL, 5 LCMs e 3 LCVPs Janeiro 1954: 1 LSIL, 1 LCM <i>monitors</i> , 3 LCMs, 3 EAs, 1 Pelotão de STCAN/FOM, e 1 CLA (com 65 comandos navais)
STCAN/FOM = <i>Services Techniques des Constructions et Armes Navales / France Outre Mer</i> (Embarcações-patrolha blindadas de 8 a 11 m, construídos pelos franceses para operarem na Indochina. Calado e silhueta baixos, com casco em forma de V resistente a danos de minas, muito utilizados mas só foram oficializados como parte da Dinassaut a partir de 1953)	
Fontes do Anexo: CROIZAT, Victor (1986) <i>Vietnam River Warfare 1945-1975</i> , Blandford Press. PISSARDY, Jean-Pierre (1987) <i>Flottilles Fluviales et Dinassaut</i> , Militaria Magazine nº17.	

1. **LSL** - Landing Ship, Support, Large

Displacement: 227 tons / 383 tons full load

Dimensions: 158 x 24 feet (6 ft draft)

Armament: 1- 3" gun
4 - 40mm gun
4 - 20mm gun

Speed: 14 kts

2. **LSIL** - Landing Ship, Infantry, Large

Displacement: 227 tons / 383 tons full load

Dimensions: 158 x 24 feet (6 foot draft)

Armament: 1- 3" gun
1 - 40mm gun
2 - 20mm guns
4- HMG
5- Mortars (1-4.2in, 2- 81mm, 2-60mm)

Speed: 14 kts

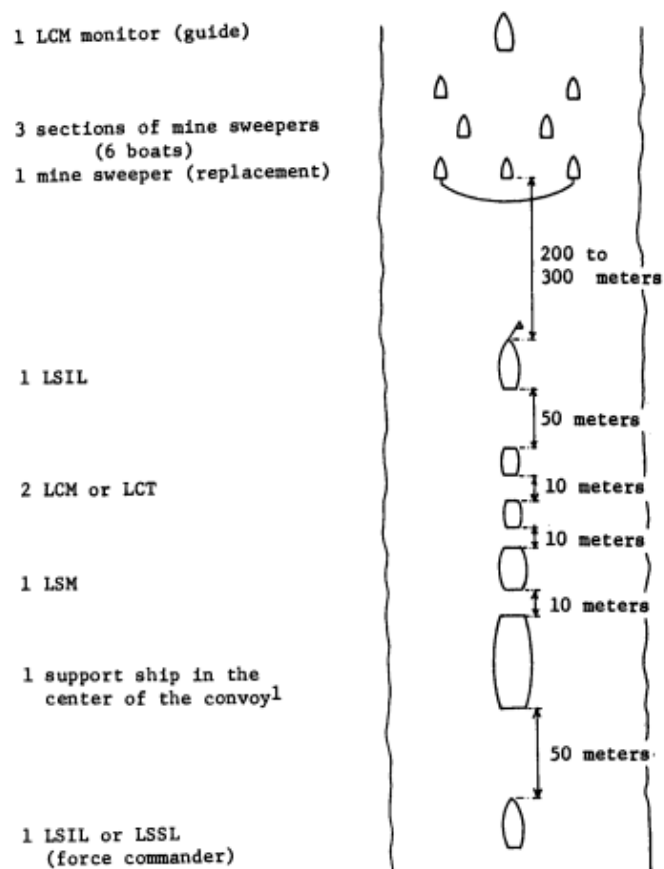


Figura 14 – Comboio ribeirinho francês no Vietname do Norte Fonte: FULTON, 1985, p. 12

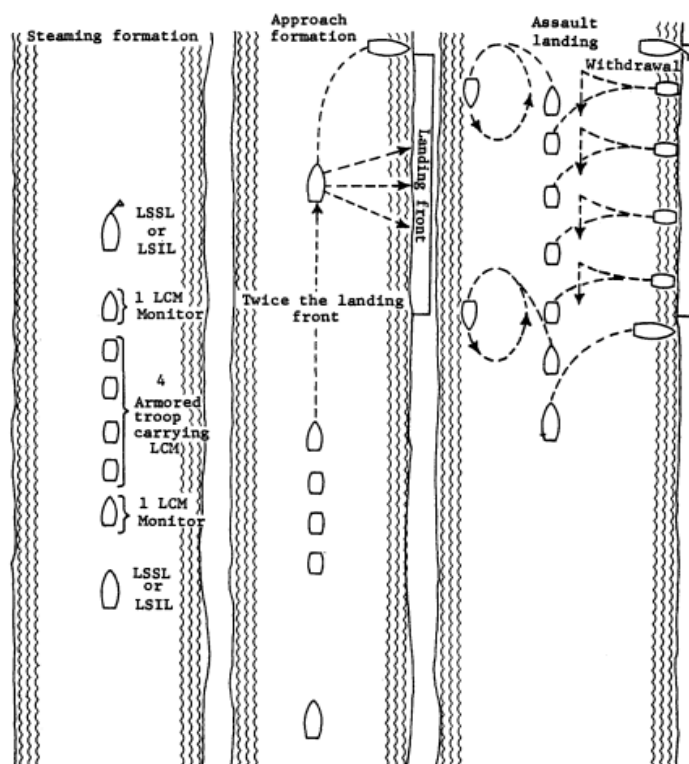


Figura 1 - Típica formação de desembarque francesa (assalto) Fonte: FULTON, 1985, p. 13

French Expeditionary Corps October 1945

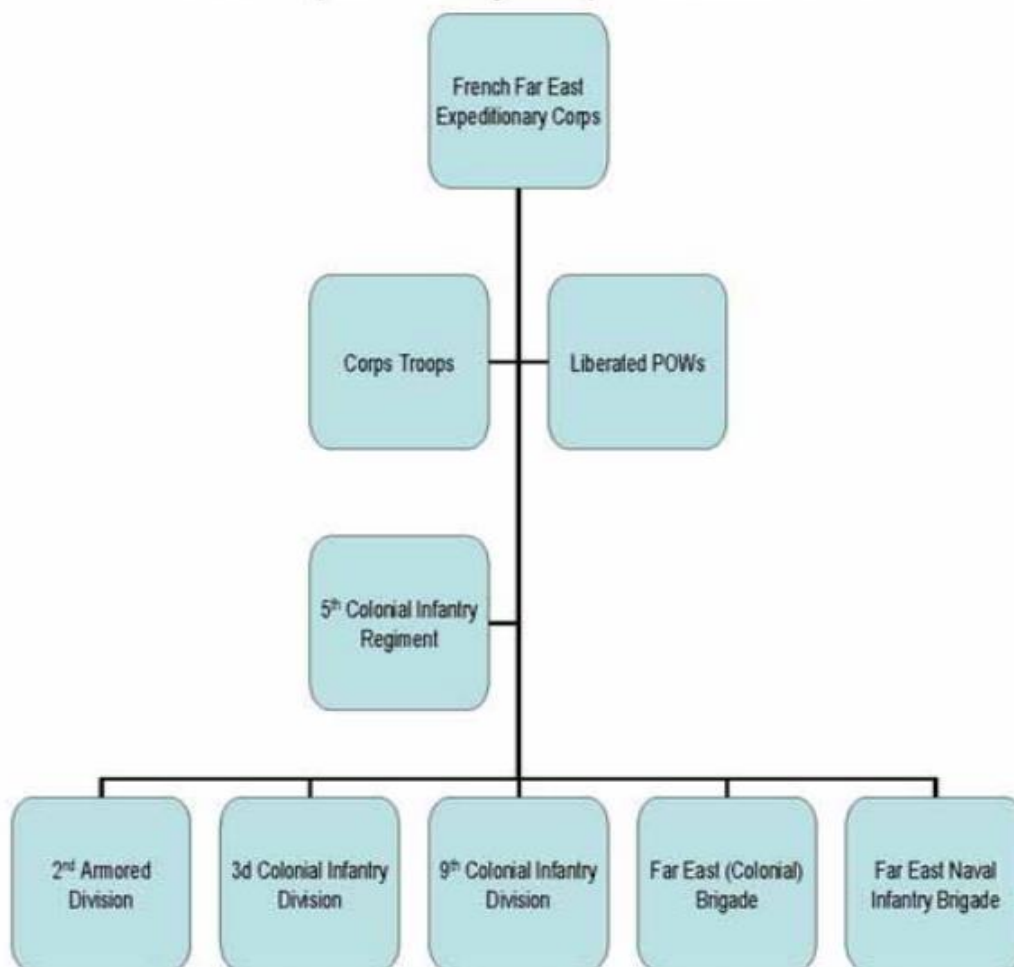


Figura 16 - Organização das FEC Fonte: JACKSON, 2005, p. 90

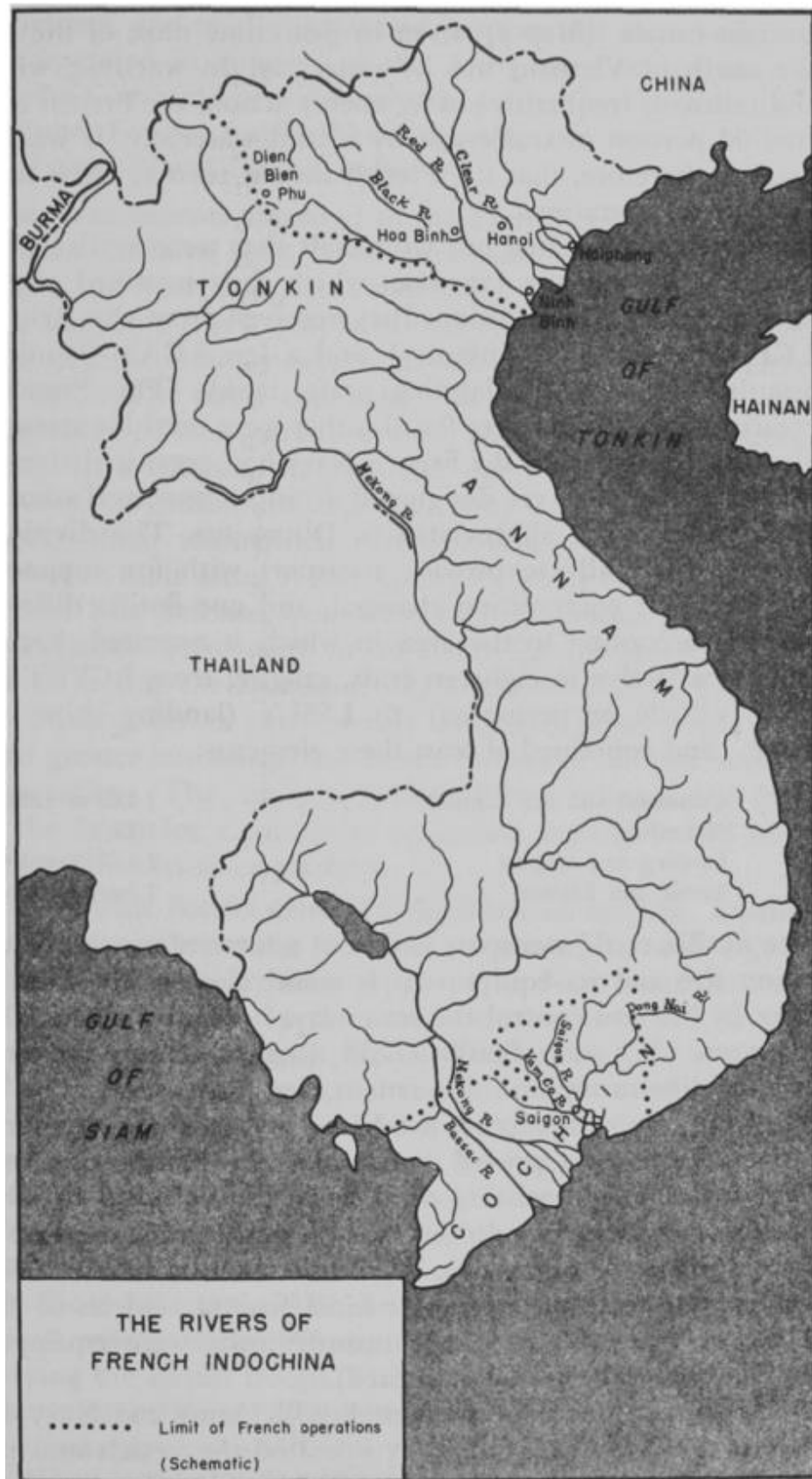


Figura 17 - Os rios da Indochina Francesa Fonte: FULTON, 1985, p. 9

ANEXO II: Guerra do Vietnam

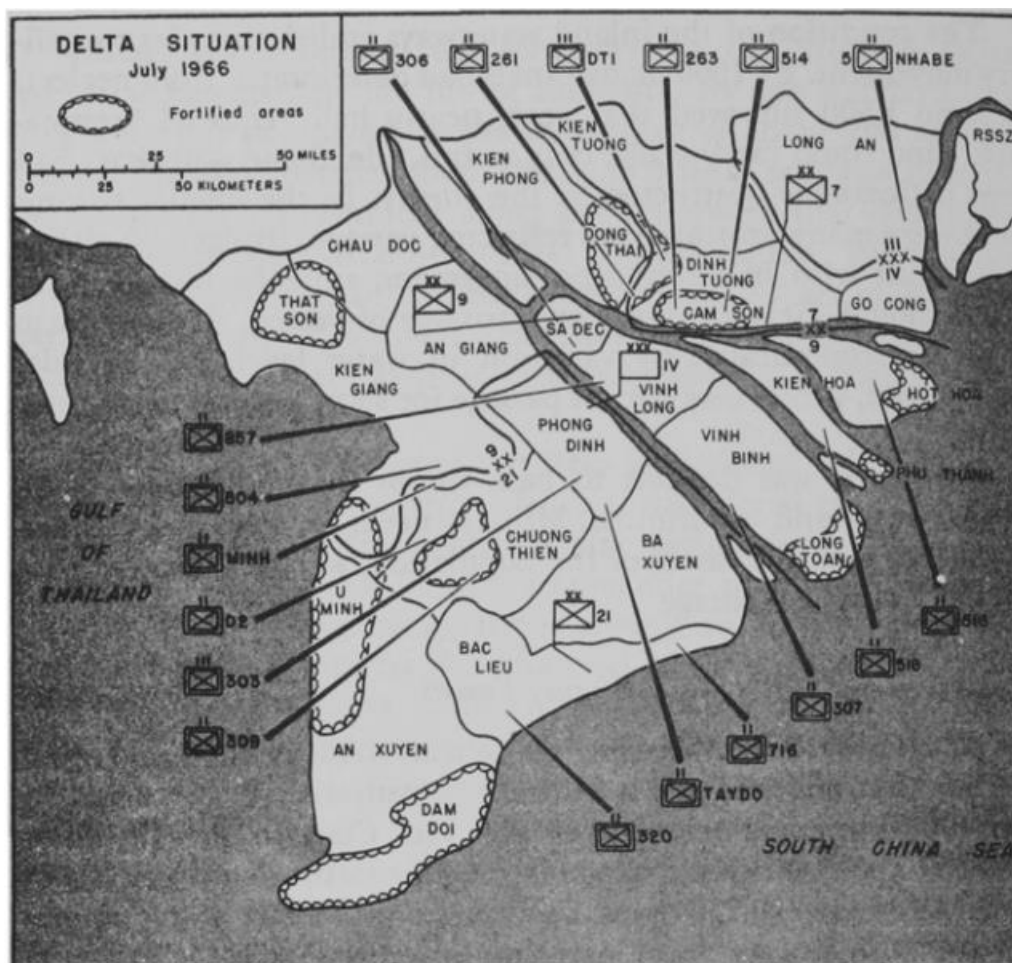


Figura 18 - Panorama geral das forças americanas no Delta do Mekong, em julho de 1966. Fonte: FULTON, 1985, p. 22

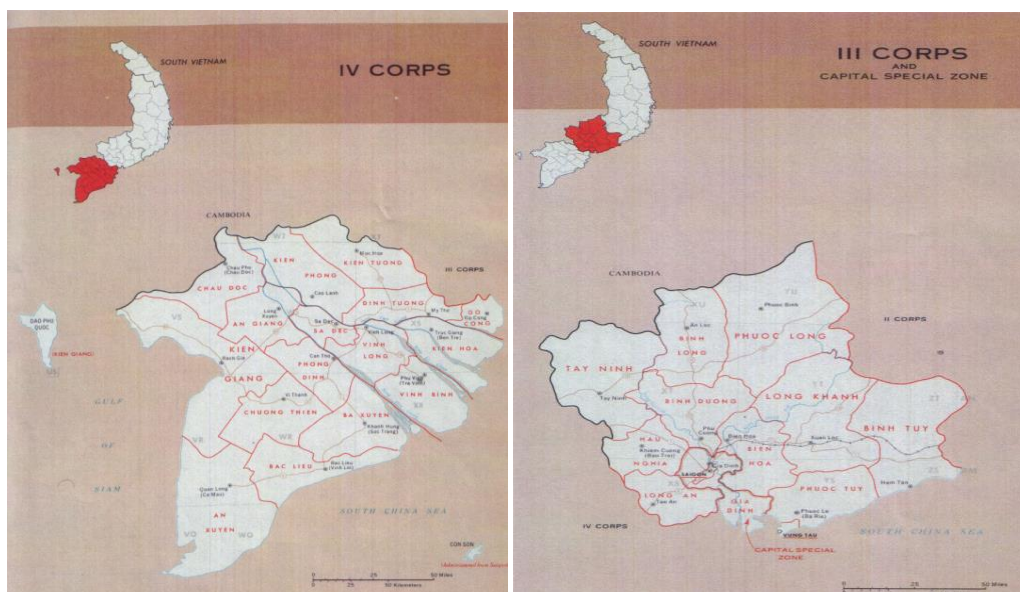


Figura 19 e 20 - III e IV Corps Tactical Zones Fonte: GRAU, 2006, p. 95 e 96

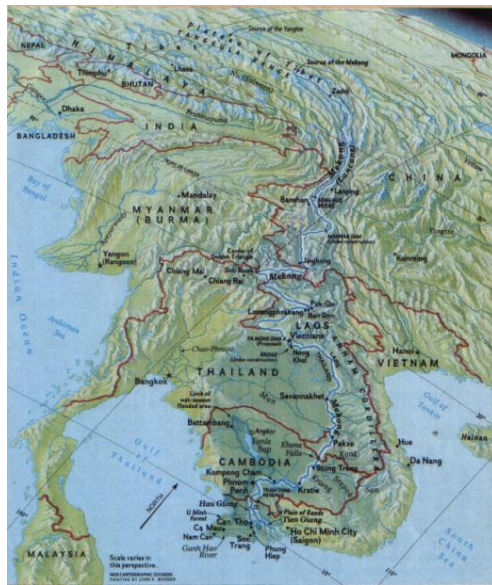


Figura 21 - Rio Mekong. Fonte: GRAU, 2006, p. 4

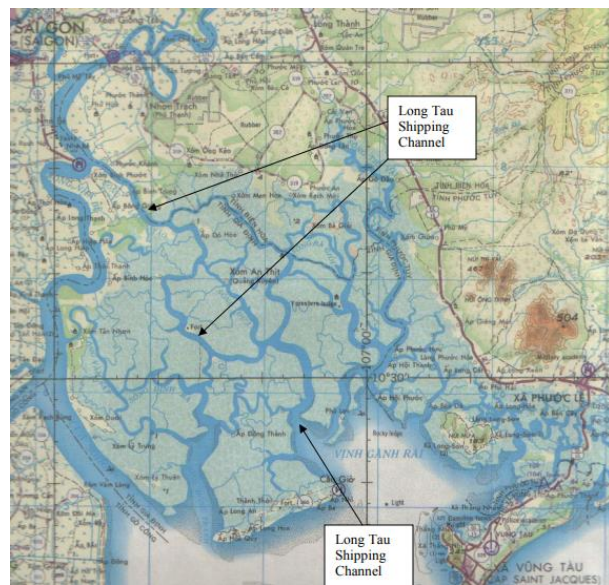


Figura 22 - Rung Sat Special Zone. Fonte: GRAU, 2006, p. 4

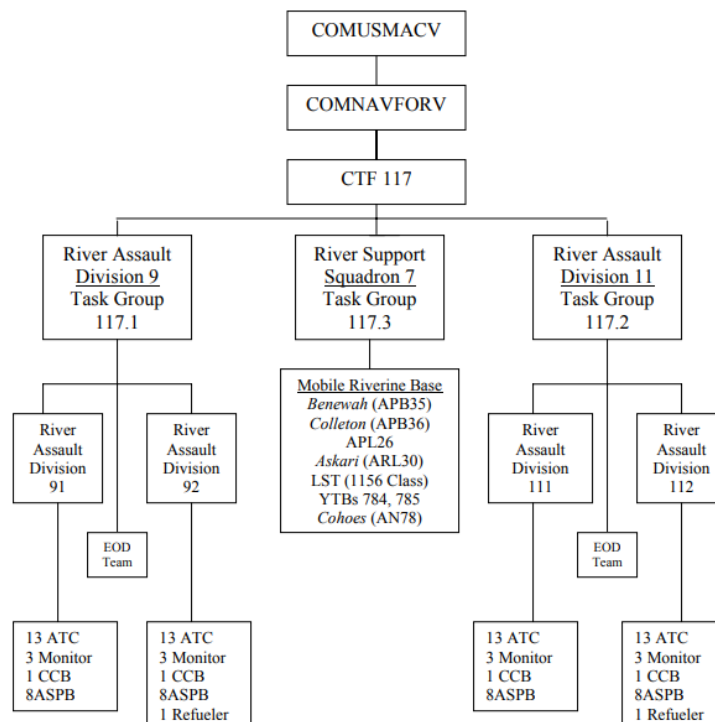


Figura 23 - Organização da TF117 Fonte: GRAU, 2006, p. 69

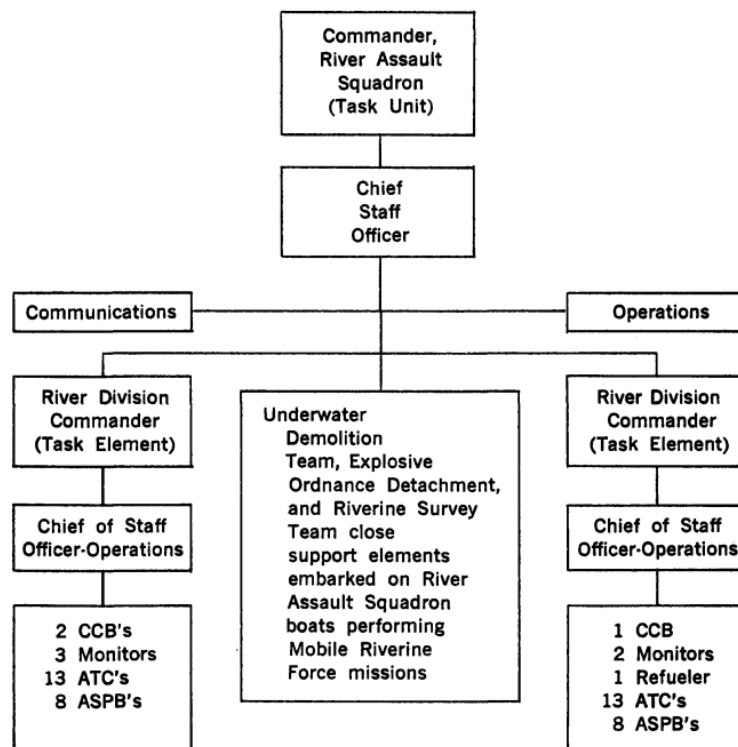


Figura 24 - Organização do River Assault Squadron Fonte: FULTON, 1985, p. 61



USS Harnett County (AGP-821) Used as an Afloat Staging Base During Vietnam War

Figura 25 - Base Móvel na Guerra do Vietname Fonte: NATO, 2020, p. 4-15

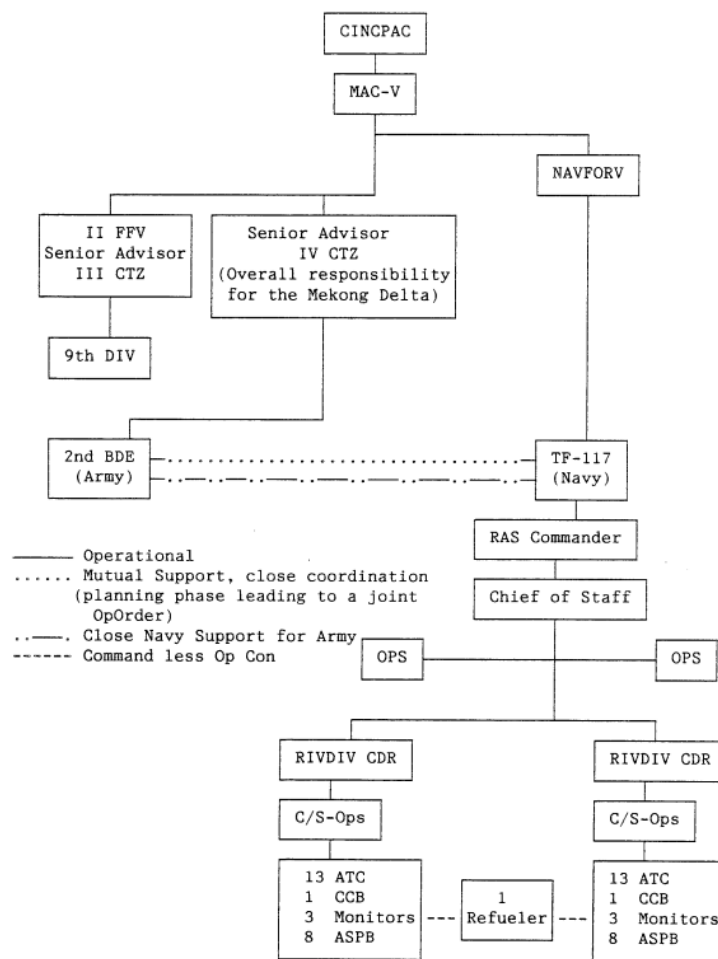


Figura 26 - Estrutura de Comando da MRF e dos River Assault Squadrons (SPANGLER, 1995, p. 53)

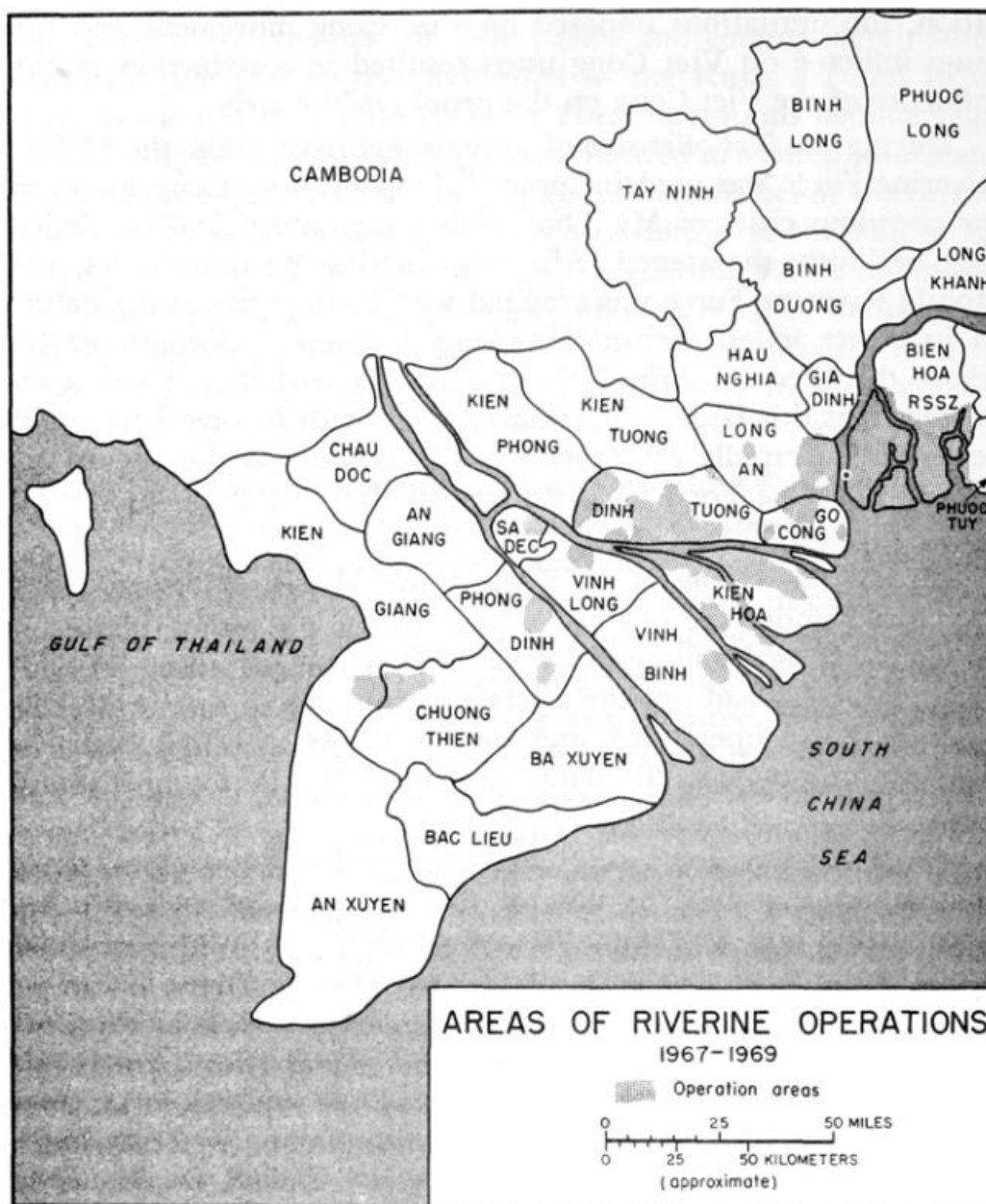


Figura 29 - Áreas de Operações Ribeirinhas da MRF (1967-1969) Fonte: FULTON, 1985, p. 192

ANEXO III: Guerra do Ultramar

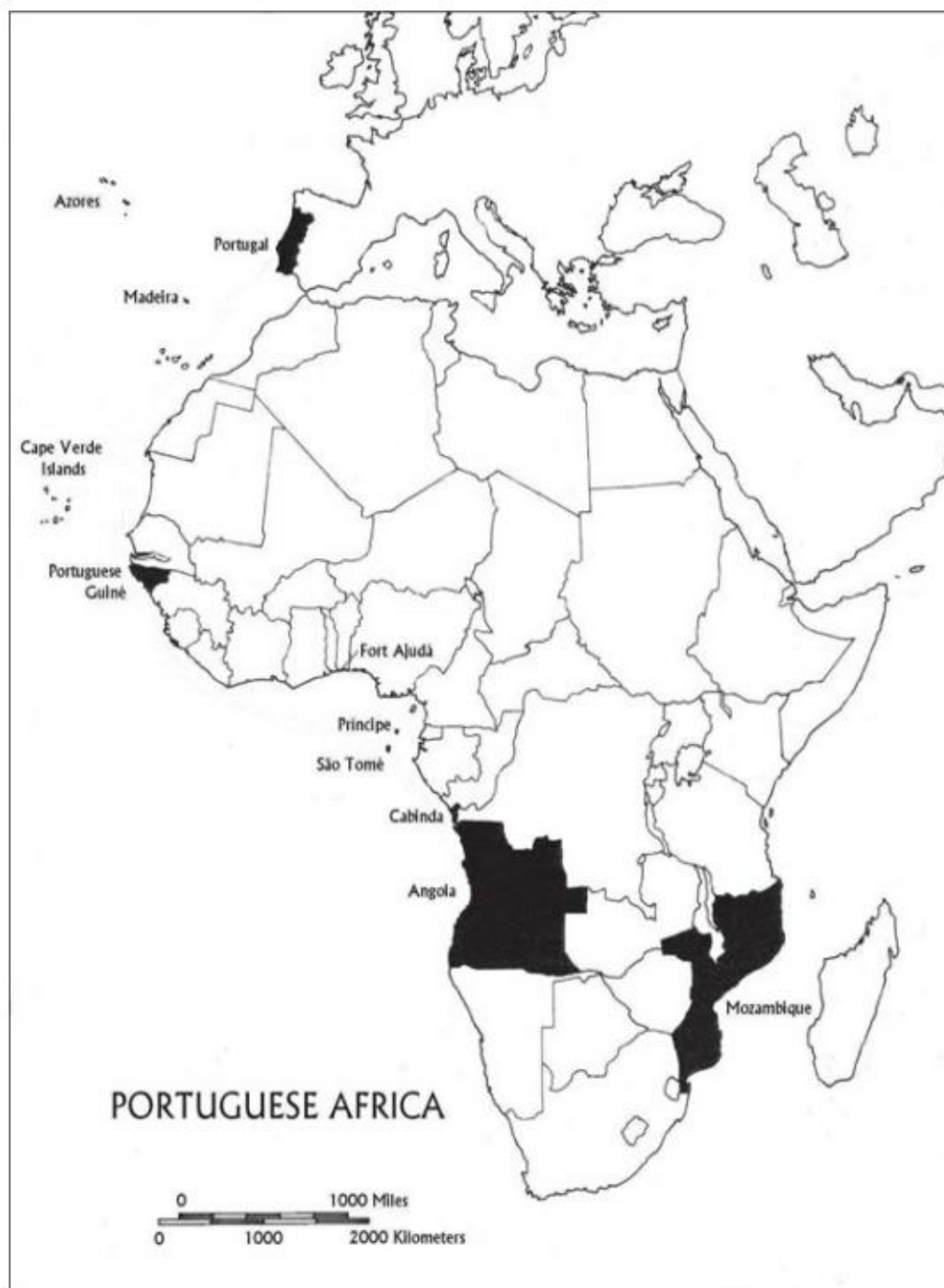


Figura 30 - Províncias Ultramarinas Fonte: CANN, 1997, p. 27.

Overseas Territory	Primary stations with date of establishment and posts
Cape Verde:	São Vicente (1961) + 8 posts
Guiné:	Bissau (1961) + 3 posts
São Tomé and Príncipe:	São Tomé (1962) + 2 posts
Angola:	Luanda (1960) + 22 posts Santo António do Zaire (1960)
Mozambique:	Lourenço Marques (1960) + 25 posts Beira (1960) Nacala (1960) Porto Amélia (1962) Metangula (1968) Nampula (1968) Tete (1973)
Macau:	Macau (1960)
East Timor:	Dili (1962)

Figura 31 - Primeiras Radio-Estações Navais e Postos Fonte: CANN, 2007, p. 65

Embarcações utilizadas no Ultramar:

Class	Number of Ships	Displacement (maximum tons)	Dimensions (meters)	Speed (maximum)	Crew
<i>Antares</i>	3+1	18	17.0x4.6x1.2	18.0 kts	7
<i>Bellatrix</i>	8+5	27.6/35.7	20.7x5.1x1.2	15.1 kts	7
<i>Castor</i>	1	22	17.7x4.0x1.0	18.2 kts	7
<i>Júpiter</i>	6	43.5	21.0x5.0x1.4	20.3 kts	8
<i>Alvor</i>	3	35.7	20.7x5.1x1.6	12.3 kts	7
<i>D. Aleixo</i>	2	67.7	25.0x5.2x1.7	16.0 kts	10
<i>Albatroz</i>	6	48.6	21.9x5.3x1.9	14.0 kts	8

Figura 32 - Especificações das LFPs (1961-1974) Fonte: CANN, 2007, p. 101

Class	Number of Ships	Displacement (maximum tons)	Dimensions (meters)	Speed (maximum)	Crew
<i>Argos</i>	10	210	41.7x6.7x2.1	17.3 kts	24
<i>Cacine</i>	10	310	48.1x7.6x2.1	20.4 kts	33

Figura 33 - Especificações LFGs (1961-1974) Fonte: CANN, 2007, p. 103

Class	Number of Ships	Displacement (maximum tons)	Dimensions (meters)	Speed (maximum)	Crew
LDP 100	5	18	14.0x3.4x0.7	9.5 kts	4
LDP 200	17	18	14.0x3.4x0.7	9.0 kts	4
LDP 300	4	18	14.0x3.4x0.7	9.5 kts	6
LDM 100	19	65	17.8x5.0x1.6	9.5 kts	6
LDM 200	5	50	15.3x4.3x1.2	8.5 kts	6
LDM 300	13	56	17.1x4.3x1.2	8.5 kts	6
LDM 400	26	58	17.8x5.0x1.1	9.2 kts	4
LDG 100 (<i>Alfange</i>)	4	480	56.5x11.8x1.3	10.3 kts	20
LDG 200 (<i>Bombarda</i>)	2	652	56.2x11.8x1.9	9.5 kts	20

Figura 34 - Lanchas de Desembarque (1961-1974) Fonte: CANN, 2007, p.106-107

Dates		Guiné		Angola		Mozambique		Total	
Year	Month	DFE	CF	DFE	CF	DFE	CF	DFE	CF
1961	November			1				1	
1962	May			1	1			1	1
	June	1		1	1			2	1
	August	1		2	1			3	1
	October	1		2	1		1	3	2
1963	February	1		3	1		1	4	2
	June	1	1	3	1		1	4	3
	September	1	1	4	1		1	5	3
	October	2	1	4	1		1	6	3
	November	3	1	4	1		1	7	3
1964	February	4	1	4	1		1	8	3
	November	4	1	4	2	1	1	9	4
1965	March	4	1	3	2	1	1	8	4
	June	4	1	3	2	2	1	9	4
	November	4	1	3	2	3	2	10	5
1966	August	4	2	3	3	3	2	9	7
	December	4	2	2	3	3	2	9	7
1967	February	4	2	2	3	4	2	10	7
1968	August	4	2	2	4	4	2	10	8
1969		4	2	2	4	4	2	10	8
1970	June	5	2	2	4	4	2	11	8
1971		5	2	2	4	4	2	11	8
1972		5	2	2	4	4	2	11	8
1973	April	5	2	2	4	3	3	10	9
1974	February	6	2	2	4	3	3	11	9
	April	5	2	2	4	3	3	10	9
	May	6	2	2	4	3	3	11	9

Figura 35 - Disposição das Unidades de Fuzileiros (1961-1974) Fonte: CANN, 2007, p. 119-120

1. Angola

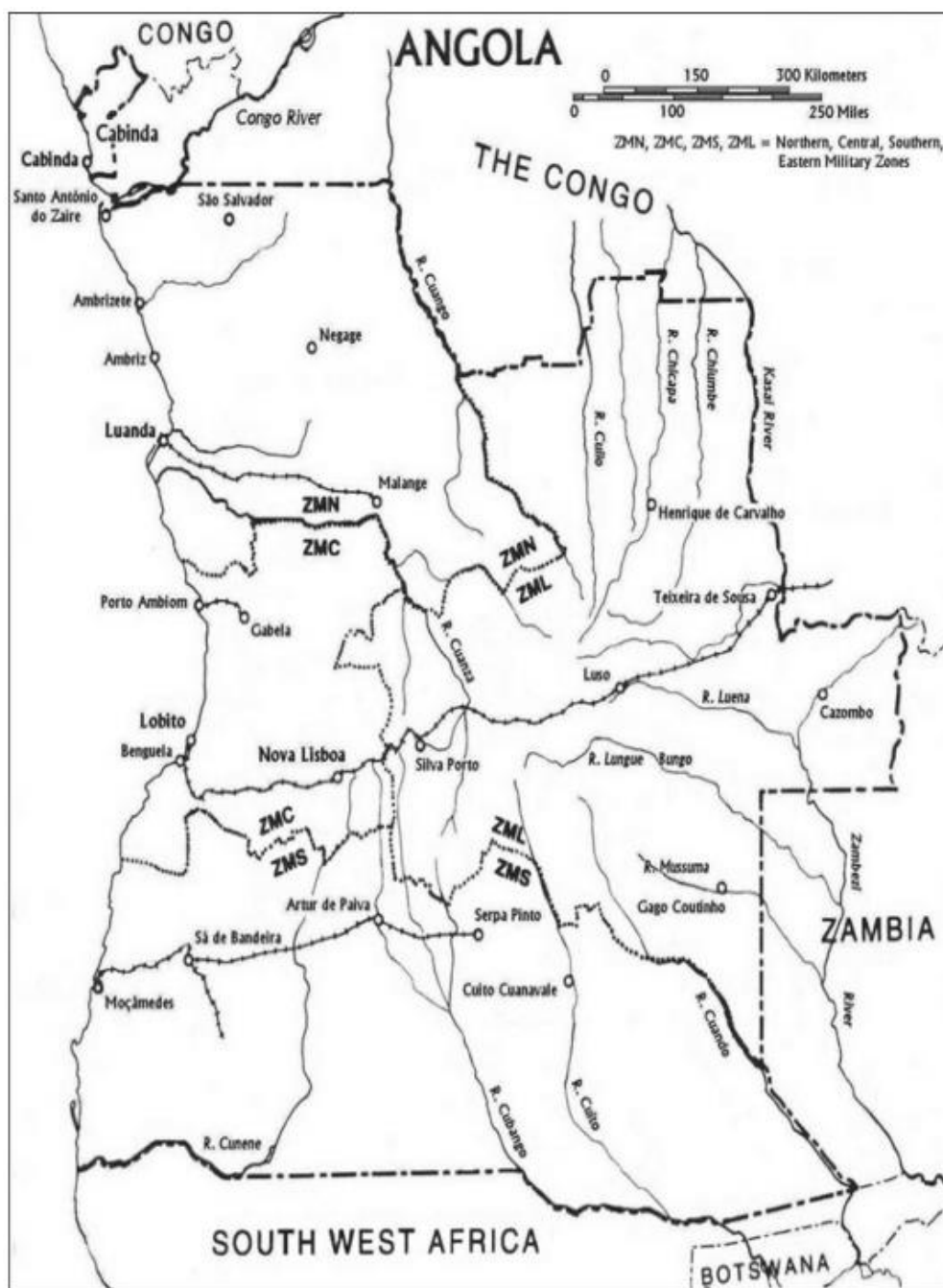


Figura 36 - Mapa de Angola Fonte: CANN, 1997, p. 21

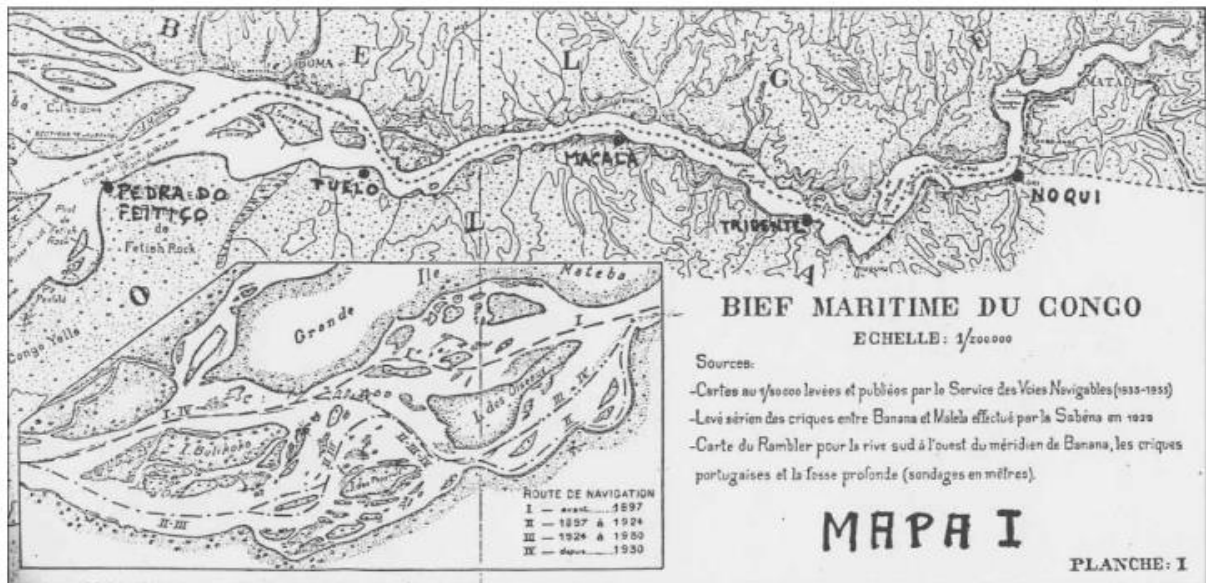


Figura 37 - Fronteira Ribeirinha do Zaire (Norte de Angola) Fonte: CANN, 2016, p.73



Figura 38 e Figura 39 - Posto Fixo em Quissanga (Dispositivo Detentor). Fontes: CANN, 2007 e CANN, 2016



Figura 40 - LDM 403 modificada para base móvel. Fonte: CANN, 2016, p. 91

Year	Operations	Squadron Units Assigned				Comments
		LF	LDM 400	LDP 100	LDP 200	
1961		2/3 Variable				2 assigned 30 Sep 1 assigned 22 Dec
1962	Rifle Bolt (Ferrolho) and Rifle Bolt Alfa (Ferrolho Alfa)	2/3/4 Variable				1 assigned 6 Mar
1963	Rifle Bolt Bravo (Ferrolho Bravo)	2/3/4 Variable		1 (a)		(a) LDP 105 assigned 27 Mar
1964	Rifle Bolt Bravo (Ferrolho Bravo)	2/3/4 Variable	2 (b)	2 (c)		(b) LDM 401 & 402 assigned 28 Sep (c) LDP 108 assigned 24 Mar
1965	Rifle Bolt Charlie (Ferrolho Charlie)	2/3/4 Variable	2	2	2 (d)	(d) LDP 201 & 202 assigned 11 May
1966	Rifle Bolt Charlie (Ferrolho Charlie)	4	2	2	4 (e)	(e) LDP 207 & 208 assigned 3 Jun LDP 208 reassigned Oct
1967	Foremast (Mastro do Traquete)	2/3/4 Variable	2	2	4 (f)	(f) LDP 209 assigned 28 Apr
1968	Mizen Mast (Mastro de Mezena)	3/4 Variable	4 (g)	2/0 (h)	5 (i)	(g) LDM 403 & 409 assigned 5 Mar and 25 Sep respectively (h) Reassigned 16 Jul and 13 Oct (i) LDP 213 assigned 17 Oct
1969	Mizen Mast (Mastro de Mezena)	2/3 Variable	4		4 (j)	(j) Casualty LDP 202
1970	Mizen Mast (Mastro de Mezena)	3	4		6 (l)	(l) LDP 214 & 215 assigned Mar
1971	Mizen Mast (Mastro de Mezena)	3	4		6	

Figura 41 - Operações Ribeirinhas no Zaire Fonte: CANN, 2007, p. 178-179

2. Guiné-Bissau

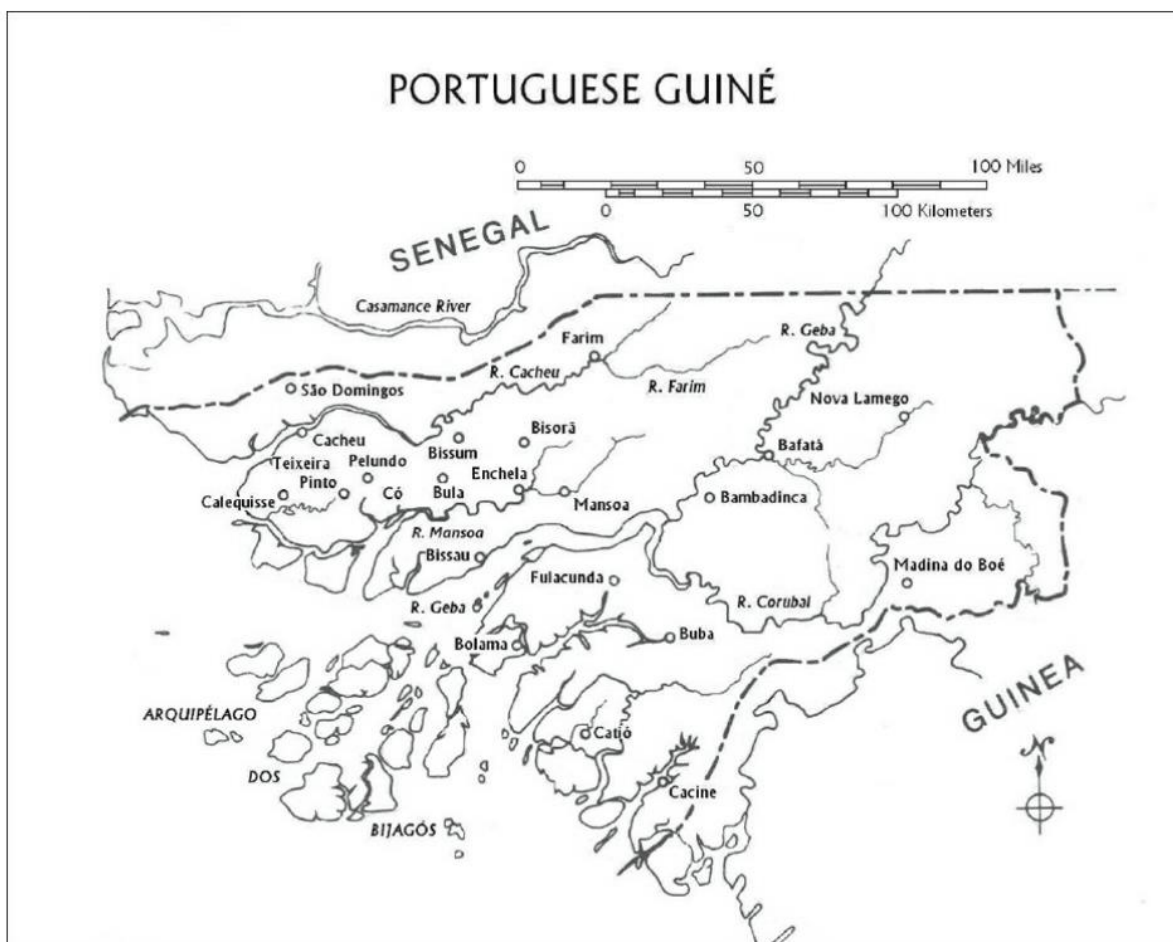


Figura 42 - Guiné Portuguesa Fonte: CANN, 2007, p. 20

TU1 composed of three LFGs and one LP supported by a LFG, and operating in the Cacheu River as far upstream as Farim.
 TU2 composed of one LFG, three LFPs, and three LPs, and operating in the southern rivers of Cacine, Cobado, and Cumbijã.
 TU6 composed of two LDMs and a detachment of *Fuzileiros*, and operating in the Gebar and Bafatá Rivers.
 TU7 composed of two LDMs and a detachment of *Fuzileiros*, and operating in the area of Bolama.
 TU8 composed of two LDMs and *Fuzileiros* drawn from Bissau and operating in the Mansoa River.⁵²

Figura 43 - Task Units que constituíram o sistema de comboios, atribuídas pelo CDMG
 às 4 principais LOCs ribeirinhas. Fonte: CANN, 2007, p. 211



Figura 44 - Desembarque de Fuzileiros na ilha Como, durante a Operação Tridente. Fonte: CANN, 2016, p. 112.

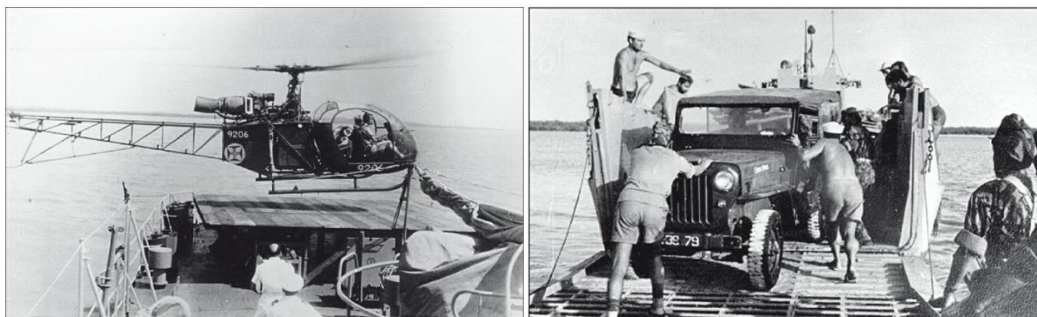


Figura 45 - Helicóptero a aterrar numa plataforma temporária no navio Nuno Tristão, durante a Operação Tridente. Fonte: CANN, 2007, p. 222 (Esquerda)

Figura 46 - Recuperação de meios e equipamentos no final da Operação Tridente. Fonte: CANN, 2007, p. 223 (Direita)

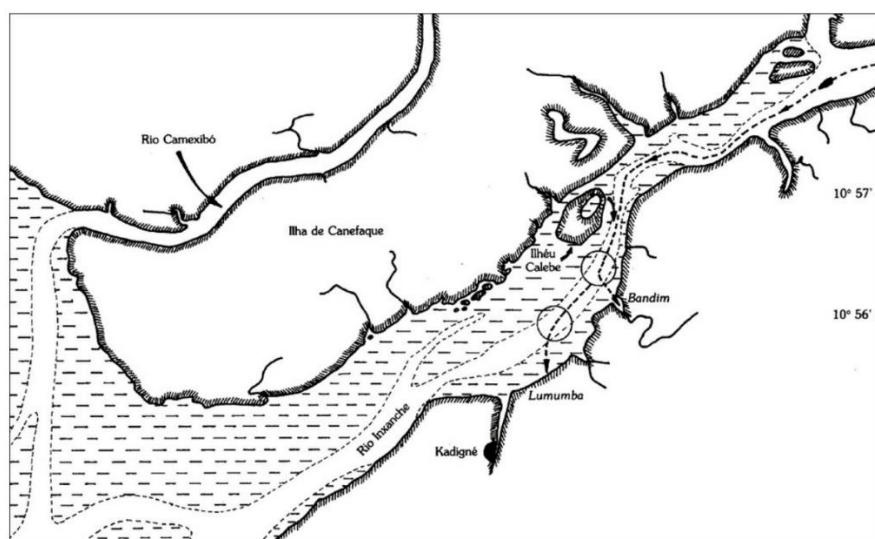


Figura 47 - Localização dos incidentes da Patrice Lumumba e da Bandim, no rio Inxanche.

Fonte: CANN, 2007, p. 325

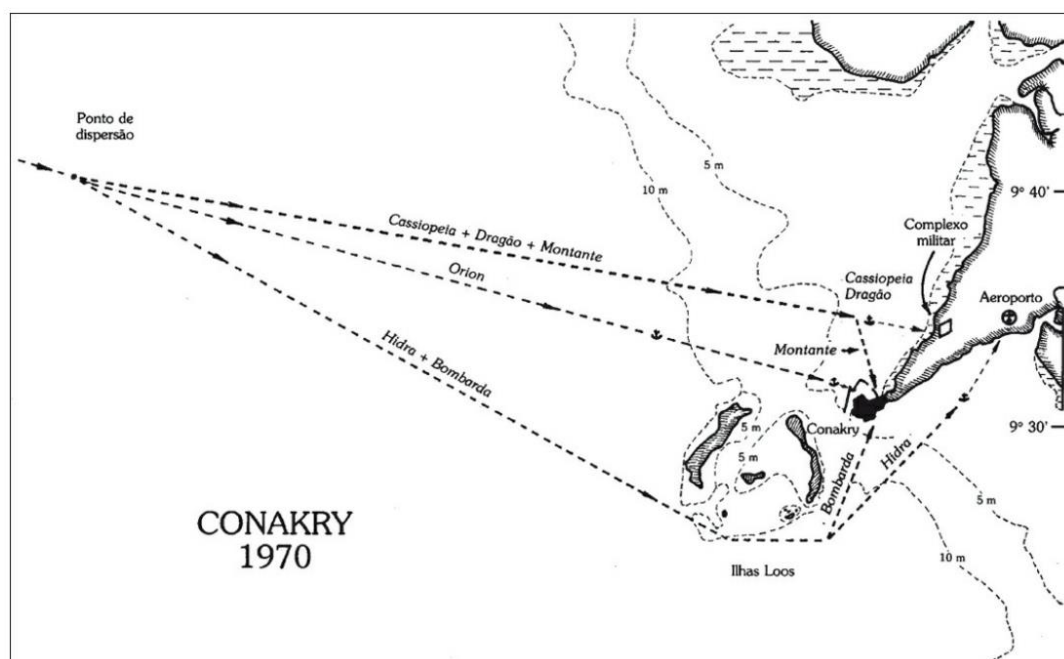


Figura 48 - Operação Mar Verde Fonte: CANN, 2007, p. 336

Ship	Team	Objective	Team Composition
<i>Bombarda</i>	Alfa	Presidential Palace Sékou Touré	FLING
<i>Bombarda</i>	Bravo	Ministry of Interior	FLING
<i>Bombarda</i>	Charlie	Police directorate	FLING
<i>Bombarda</i>	Delta	Executive residences	FLING
<i>Bombarda</i>	Echo	Police barracks	FLING
<i>Bombarda</i>	Foxtrot	La Paternelle (Cuban contingent)	FLING
<i>Bombarda</i>	Golf	Post office Telephone exchange	FLING
<i>Bombarda</i>	Hotel	National radio station	FLING
<i>Montante</i>	India	Electric grid	FLING & African Commandos (10 men)
<i>Montante</i>	Mike	Camp Samory Chief of Staff Defense	FLING & African Commandos (50 men)
<i>Montante</i>	Oscar	Republican Guard	FLING & African Commandos (40 men)
<i>Bombarda</i>	Papa	Isthmus between Conakry and airport	African Commandos
<i>Hydra</i>	Sierra	Airport	African Commandos (44 men)

<i>Orion</i>	Victor	Fast patrol boats	<i>Fuzileiros</i> (14 men + guide)
<i>Cassiopeia & Dragão</i>	Zulu	Villa Silly de S. Tomé S. Touré residence	DFE 21 (22 men)
<i>Cassiopeia & Dragão</i>	Zulu	PAIGC Headquarters	DFE 21 (22 men)
<i>Cassiopeia & Dragão</i>	Zulu	La Montaigne prison	DFE 21

Figura 49 - Equipas e objetivos da Operação Mar Verde Fonte: CANN, 2016, p.149



Figura 50 - Recuperação da LDM 302 após o incêndio a bordo no rio Cacheu (recuperada 3 vezes) Fonte: CANN, 2016, p. 121

A detailed map of Mozambique, showing its borders with neighboring countries: Tanzania to the north, Zambia to the west, Rhodesia (now Zimbabwe) to the southwest, South Africa to the south, and Swaziland to the south. The map highlights the Zambezi River flowing through the western part of the country and the Save River in the south. Major cities and towns are marked, including Mocimboa da Praia, Mueda, Porto Amélia, Montepuez, Nacala, Moçambique, António Enes, Nampula, Nova Freixo, Mocuba, Quelimane, Beira, Vila de Manica, Vila Pery, Vila Gouveia, Changra, Songo, Zumbo, Inhambane, Vila de João Belo, Lourenço Marques, and Ressano Garcia. The map also shows the Mozambique Channel to the east, leading to the Indian Ocean. A scale bar at the bottom indicates distances in miles (0 to 250) and kilometers (0 to 300). A legend at the bottom right explains the acronym ZIN ZIC ZIS as Northern, Central, and Southern - Intervention Zone.

TANZANIA

ZAMBIA

RHODESIA

SOUTH AFRICA

SWAZI-LAND

MOZAMBIQUE

Mozambique Channel (INDIAN OCEAN)

ZIN ZIC ZIS = Northern, Central, Southern - Intervention Zone

Scale:
0 100 250 Miles
0 100 200 300 Kilometers

143

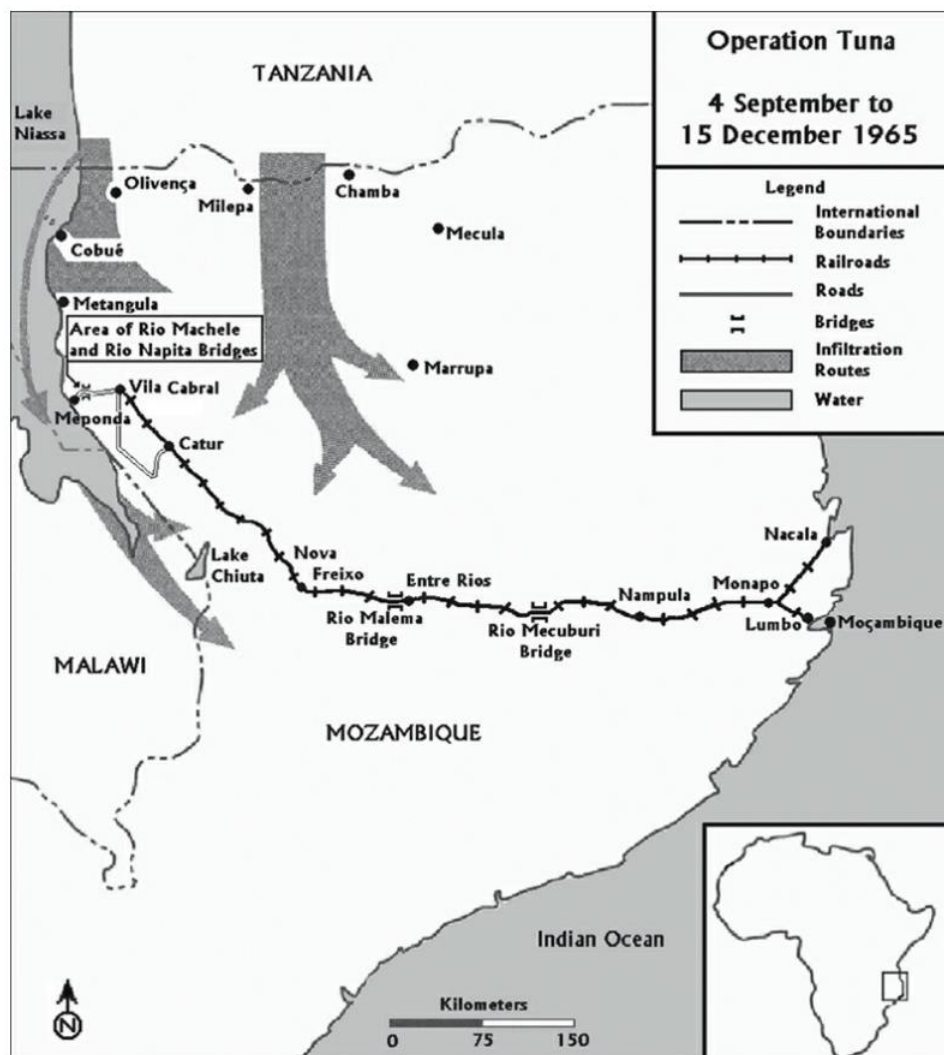


Figura 52 - Operação Atum Fonte: CANN, 2007, p. 261

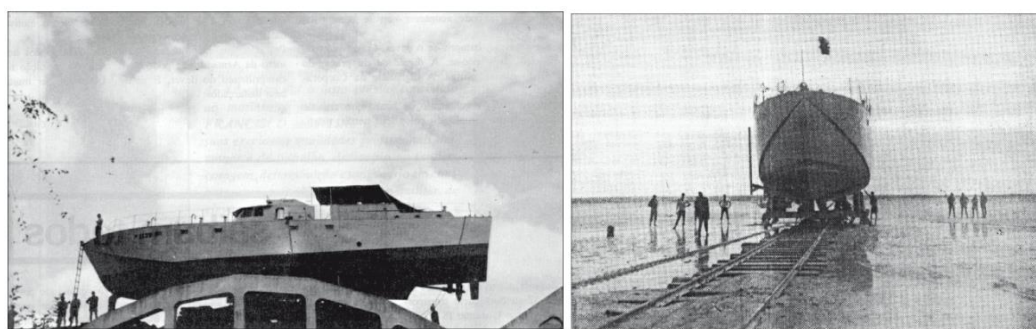


Figura 53 - NRP Mercurio levantado para conseguir passar a ponte. Fonte: CANN, 2007, p. 264. (Esquerda)

Figura 54 - Sistema de caminhos de ferro da Operação Atum, numa praia em Lumbo. Fonte: CANN, 2007, p. 262. (Direita)

ANEXO IV: SURC (Small Unit Riverine Craft)



Fonte: <https://marinejetpower.com/references/surc-by-safe-boats-international/>
(acedido a 28 de março de 2024).

Primary Mission	Provide tactical mobility and a limited weapons platform for the ground combat element of a Marine Air Ground Task Force in littoral and riverine environments.
Secondary Mission	Command and control, reconnaissance, logistic/resupply, medevac, counter-drug operations, humanitarian assistance, peacekeeping, and non-combatant evacuation operations.
Hull Type:	Aluminum with full length beaching plates
Collars:	High strength solid cell foam collar provides stability, redundant buoyancy, and small-arms ballistic protection
Length:	38 ft (12 m) (with transom platform)
Beam:	10 ft 2 in (3.1 m) (collars removable for C-130 transport)
Draft:	24 in (0.61 m) static
Displacement:	22,000 lb (10,000 kg) combat load
Weight:	17,500 lb (7,900 kg) craft and trailer
Propulsion:	Twin Yanmar 6LY2A-STP diesel engines, 440 bhp (330 kW) at 3300 RPM; Twin Hamilton waterjets HJ292 Fuel: JP-5, JP-8, and marine diesel #2
Speed:	35 knots (65 km/h) cruise, 39 knots (72 km/h) sprint

Acceleration:	Accelerate to 25 knots (46 km/h) in less than 15 seconds
Turning:	Turn 180 degrees in less than three boat lengths
Range:	Greater than 250 NM
Crew:	2
Capacity:	16 troops (285 pounds per passenger)
Weapons:	3 mounts for heavy machine gun and smoke launchers
Ballistic protection:	Propulsion system armored against mobility kill
Navigation:	Ritchie magnetic compass Integrated AN/PSN-11 GPS (PLGR) Raymarine SL72 LCD radar ST 60 depth sounder
Communications:	Raymarine RAY53 VHF marine band radio SINCGARS (VHF tactical) radio and AN/VIC-3 internal stations

Fonte: Gil, 2009, p. h-1 e h-2